

INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

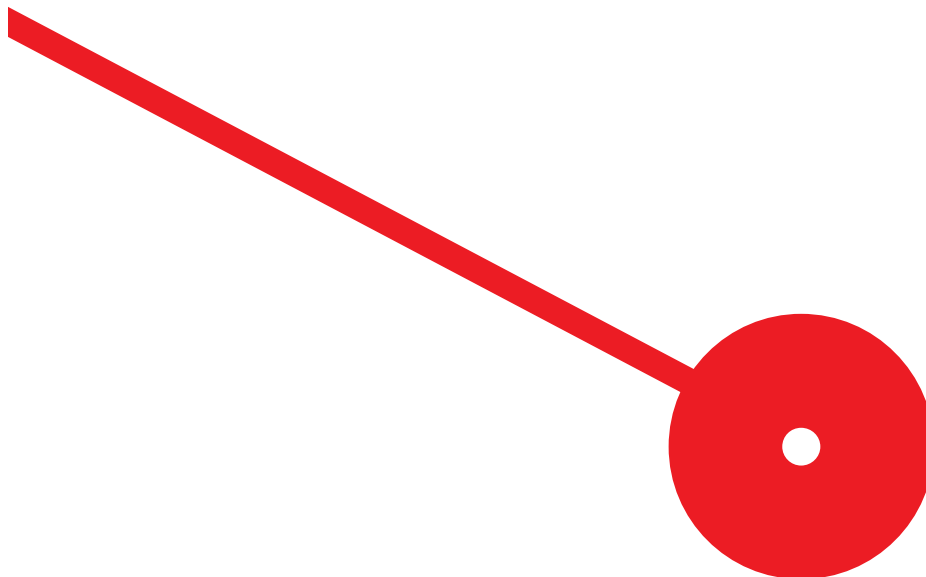
M

MESTRADO
Auditoria

Divulgação do Capital Intelectual: Uma Revisão Sistemática da Literatura

Cátia Sofia Miranda Nogueira

10/2021



INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M

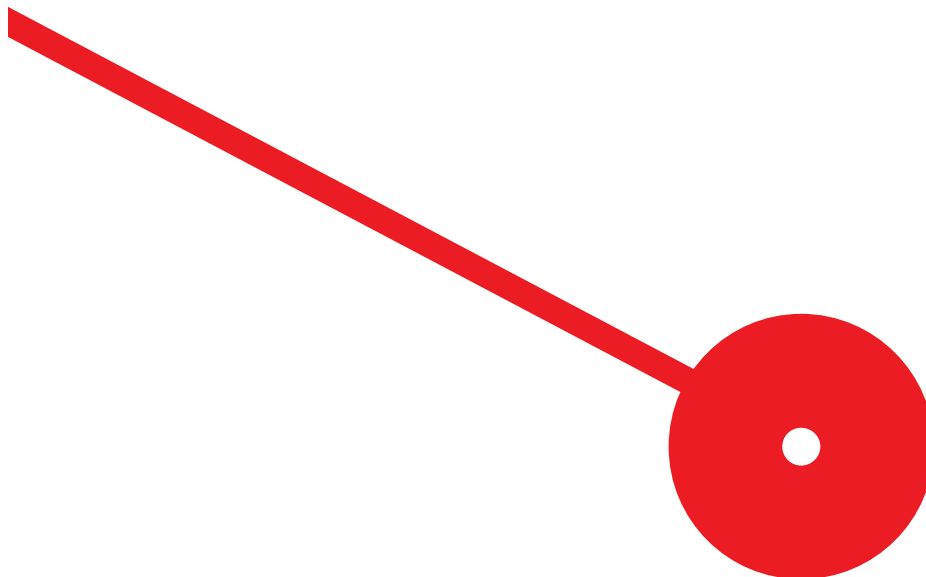
MESTRADO
Auditoria

Divulgação do Capital Intelectual: Uma Revisão Sistemática da Literatura

Cátia Sofia Miranda Nogueira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob orientação do Professor Doutor José António Fernandes Lopes Oliveira Vale

Cátia Sofia Miranda Nogueira. Divulgação do Capital Intelectual: Uma Revisão Sistemática da Literatura
10/2021



Agradecimentos

O apoio e presença permanente de um conjunto de pessoas foi o que permitiu a conclusão deste árduo trabalho.

Agradeço à minha família por todo o esforço e educação que me possibilitou alcançar mais um marco na minha vida.

Agradeço às minhas amigas Ana Lúcia pelo seu exemplo, força de vontade e companheirismo, à Rita por me motivar e fazer reconhecer o meu valor e à Catarina por estar presente em todos os momentos.

E por fim, o meu maior agradecimento ao professor José Vale, meu orientador, por toda a partilha de conhecimentos, disponibilidade e incentivos.

A todos, muito Obrigada!

Resumo:

Com a evolução da economia mundial, passaram a estar na sua base, o desenvolvimento e gestão do conhecimento. Tal evolução deu origem a um novo conceito, o Capital Intelectual, onde surge também a necessidade de o divulgar. Neste sentido, a presente dissertação fornece uma visão geral dos principais estudos sobre a Divulgação do Capital Intelectual através de uma Revisão Sistemática da Literatura. Foram seguidas as linhas orientadoras do PRISMA, onde foram selecionados os artigos relacionados com a Divulgação do Capital Intelectual através do *Journal Intellectual Capital*. A amostra final foi de 109 artigos publicados pelo *Journal of Intellectual Capital*. A presente dissertação tem como objetivos identificar os principais temas nos estudos da Divulgação do Capital Intelectual, assim como as principais metodologias adotadas, futuras investigações propostas e ainda as teorias adotadas. Procura-se dar um contributo teórico para a investigação da Divulgação do Capital Intelectual e preencher a lacuna que existe na literatura sobre o tema. Com esta Revisão Sistemática da Literatura pretende-se fornecer um contributo teórico para a literatura nesta área, nomeadamente, a determinação do estado da arte no que respeita à Divulgação do Capital Intelectual e a sua utilidade para os gestores das organizações. A sua principal limitação está relacionada com a utilização de apenas uma revista científica para a realização da Revisão Sistemática da Literatura. Relativamente às pistas para investigação futura, seria interessante analisar o impacto de auditorias internas e externas aos relatórios de Capital Intelectual e qual a influência nos *stakeholders*, a fiabilidade dos relatórios de Capital Intelectual e, ainda, alargar a investigação a outras revistas indexadas nas bases de dados *ISI Web of Knowledge* e *Scopus*.

Palavras chave: Capital Intelectual; Divulgação do Capital Intelectual; Divulgação; Revisão Sistemática da Literatura, Análise de Conteúdo

Abstract:

With the evolution of the world economy, developing and managing knowledge has become the basis for its creation. This evolution led to a new concept, the one of Intellectual Capital, also emerging a need to disclose it. Thus, the present dissertation provides an overview of the main studies on the Disclosure of Intellectual Capital through a Systematic Literature Review. The PRISMA guidelines were followed and the Journal Intellectual Capital was adopted to serve as basis to choose the articles related to Intellectual Capital Disclosure. The final sample was comprised of 109 articles published in the Journal of Intellectual Capital. This dissertation aims to identify the main themes on Intellectual Capital Disclosure's studies, as well as the methodologies, the suggested cues for further research and the adopted theories. It seeks to provide a theoretical contribution on Intellectual Capital Disclosure research and fill the literatures' gap that exists on this subject. The Systematic Literature Review intends to provide a theoretical contribution to the literature in this area, by assessing the state of the art on Intellectual Capital Disclosure and its usefulness for the various stakeholders. Its main limitation is related with the use of only one scientific journal to conduct the Systematic Literature Review. Regarding some cues for future research, it would be interesting to analyse the impact of internal and external audits on Intellectual Capital disclosure, as well as on its influence on stakeholders and on the reliability of Intellectual Capital reports. This research should also be extended to other journals indexed in the ISI Web of Knowledge and Scopus databases.

Keywords: Intellectual Capital; Intellectual Capital Disclosure; Disclosure; Systematic Literature Review, Content Analysis

Índice geral

Introdução	1
Capítulo I – Revisão da Literatura	5
Capítulo II – Metodologia	15
Capítulo III – Resultados	20
3.1 Principais temas adotados nos estudos sobre a Divulgação do Capital Intelectual	21
3.2 Metodologias adotadas nos estudos sobre a Divulgação do Capital Intelectual	28
3.3 Investigações futuras propostas nos estudos sobre a Divulgação do Capital Intelectual	33
3.4 Principais teorias abordadas nos estudos sobre a Divulgação do Capital Intelectual	42
Capítulo IV – Análise Complementar dos dados	46
4.1 Ano com maior número de publicações	47
4.2 Países e continentes onde foram realizados os estudos dos artigos	48
4.3 Número de citações por artigo	49
4.4 Número de autores por artigo	50
4.5 Número de artigos publicados por autor	51
4.6 Palavras-chave mais frequentes	54
Capítulo V – Considerações Finais	57
Referências bibliográficas	62
Apêndices	78
Apêndice I – Temas dos artigos que compõem a amostra	79
Apêndice II – Métodos de investigação utilizados nos artigos que compõem a amostra	92
Apêndice III – Teorias adotadas nos artigos que compõem a amostra	109

Apêndice IV – Número de citações por artigo.....	112
Apêndice V – Número de artigos publicados por autor.....	115
Apêndice VI – Palavras-chave utilizadas na amostra dos artigos	120

Índice de Figuras

Figura 1- Esquema do PRISMA.....	19
Figura 2 – Metodologias Adotadas na Investigação da DCI.....	29
Figura 3 - Principais temas para as futuras investigações	37
Figura 4 – Relação entre as teorias.....	43
Figura 5 - Número de artigos publicados por ano	47
Figura 6 – Número de autores por artigo.....	51
Figura 7 - Número de artigos publicados por autor.....	54
Figura 9 – Palavras-chave utilizadas nos artigos.....	55
Figura 10 - Palavras-chave mais frequentes	56

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Adoção da Análise de Conteúdo.....	29
Tabela 2 – Outras investigações futuras propostas nos estudos sobre a Divulgação do Capital Intelectual.....	37
Tabela 3 – Teorias mais abordadas na amostra	43
Tabela 4 - Número de estudos por país	48
Tabela 5 - Número de estudos por continente	49
Tabela 6 - Número de citações por artigo.....	50
Tabela 7 - N° de artigos publicados por autor	51

Lista de abreviaturas

AC – Análise de Conteúdo

CI – Capital Intelectual

DCI – Divulgação do Capital Intelectual

IPO – Initial Public Offering

JIC – Journal of Intellectual Capital

OCDE – Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PRISMA - Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses

RSL – Revisão Sistemática da Literatura

VOS – Visualization of Similarities

A economia mundial, desde a década de 80, tem vindo a sofrer alterações, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento e gestão do conhecimento, o qual passou a estar na base da criação de riqueza para a mesma. A criação de valor deixou de estar associada apenas aos resultados financeiros, passando a ser medida tendo em consideração as atividades que desenvolvem o recurso ao conhecimento. Assim, passamos a enfrentar o desafio de perceber como os colaboradores, clientes e atividades contribuem para a criação de valor, levando-nos para o desafio de como identificar, mensurar e relatar o valor do conhecimento (Ricceri, 2008).

A literatura define o Capital Intelectual (CI) como um ativo ou recurso não monetário sem substância física e identifica exemplos tais como *know-how*, inovação, satisfação do cliente, investigação e desenvolvimento e formação dos empregados. Estas variáveis são fundamentais para compreender a forma como as empresas criam valor e representam elementos-chave para a análise dos investidores (Vitolla et al., 2019).

De acordo com Mouritsen (2003), apesar de ser difícil esclarecer os limites do CI, atualmente é apresentado como um recurso intangível. Assim, surge a problemática do CI não apresentar a faculdade de ser registado pelos meios tradicionais da contabilidade, uma vez que a função de produção da sociedade do conhecimento é desconhecida e a posse de CI não é clara. Deste modo, o CI é parte do problema do facto do balanço patrimonial não estar apropriado para apresentar uma contabilidade convincente do valor dos recursos das empresas que expõem a economia do conhecimento e se baseiam fortemente em intangíveis (competências humanas, relações com clientes e fornecedores, sistemas de conhecimento), em vez de recursos tradicionais tangíveis (e.g. edifícios, maquinaria) (Mouritsen, 2003).

Tem havido uma perceção crescente da importância da divulgação de informação do CI como um todo no funcionamento das organizações (Bontis, 2003). Dada a mudança dos fatores de produção subjacentes a uma empresa dentro da “nova economia”, é importante determinar se as empresas também ajustaram as práticas de divulgação como resposta a esta mudança. De facto, entre os utilizadores de informação de contabilidade financeira, existe uma procura crescente de divulgações mais extensivas sobre questões de CI por parte das empresas. Para além de investigar a quantidade de informação relacionada com

o CI, é pertinente investigar fatores que influenciam os padrões de divulgação nesta questão (Williams, 2001).

No que diz respeito à auditoria da Divulgação do Capital Intelectual, existe uma grande lacuna na investigação. Abeysekera (2001) afirma que a auditoria do CI é utilizada num contexto mais amplo em comparação a uma auditoria financeira. O objetivo da auditoria é monitorizar e supervisionar o CI de uma empresa o que leva a requerer uma equipa composta por diferentes peritos, estratégias empresariais, especialistas em finanças, especialistas em recursos humanos, analistas de conhecimento, especialistas em propriedade intelectual e especialistas em marketing. A realização de auditorias ao CI é importante, uma vez que é uma fonte de dados que ajuda a preencher as lacunas da estratégia para a tornar bem-sucedida. Por outro lado, ajuda a avaliar e a conceber programas de pesquisa e desenvolvimento. A auditoria do CI fornece, ainda, conhecimentos na reengenharia de uma empresa para reter capacidades e conhecimentos valiosos. Ajuda a planear programas de educação e formação mutuamente benéficos para os empregados e para a organização e fornece informações sobre ativos não registados na contabilidade tradicional para determinar o valor da empresa. Finalmente, permite verificar a memória organizacional e expandi-la (Abeysekera, 2001).

Dada a atual importância de divulgação de informação por parte das organizações, consideramos que existe uma lacuna ao nível da investigação da Divulgação do Capital Intelectual. No sentido de sistematizar os principais contributos a este nível, o objetivo desta dissertação é, com base numa Revisão Sistemática da Literatura, fornecer uma análise do estado da arte sobre a Divulgação do Capital Intelectual tendo em vista a análise dos principais temas adotados pelos autores, quais as metodologias adotadas, as propostas para futuras investigações e as teorias evidenciadas. Pretende-se, ainda, complementar este estudo, com uma análise bibliométrica de alguns dados considerados pertinentes.

Deste modo, ao longo da presente dissertação, serão respondidas as seguintes questões de investigação:

Q1: Quais os principais temas abordados nos estudos sobre a Divulgação do Capital Intelectual?

Q2: Quais as principais metodologias adotadas nos estudos sobre a Divulgação do Capital Intelectual?

Q3: Quais as investigações futuras propostas nos estudos sobre a Divulgação do Capital Intelectual?

Q4: Quais as principais teorias adotadas nos estudos sobre a Divulgação do Capital Intelectual?

Com esta dissertação, destacam-se os principais contributos: a determinação do estado da arte no que respeita à Divulgação do Capital Intelectual, através da realização da presente Revisão Sistemática da Literatura. Esta dissertação revela-se útil para os vários *stakeholders*.

No capítulo I é realizada uma breve revisão da literatura, destacando, entre outros aspetos, algumas análises pertinentes na investigação sobre a Divulgação do Capital Intelectual. No capítulo II é apresentada a metodologia adotada e expostas as linhas orientadoras do PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), sendo que, com base no *Journal of Intellectual Capital*, obtivemos uma amostra final de 109 artigos para análise. No capítulo III e com o objetivo de responder às questões de investigação colocadas anteriormente, são expostos os resultados da presente dissertação. No capítulo IV é feita uma análise complementar dos dados obtidos, com índole bibliométrico. Finalmente, no último capítulo são apresentadas as principais conclusões deste estudo, assim como as suas limitações, e sugeridas propostas para investigações futuras.

CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA

1.1. Capital Intelectual

A ascensão da “nova economia” uma vez impulsionada pela informação e conhecimento desencadeou o destaque do CI nos negócios e nas investigações. A importância do CI é, desta forma, realçada no que respeita à revolução nas tecnologias da informação e na sociedade da informação, na importância crescente do conhecimento e da economia baseada no conhecimento, na evolução dos padrões das atividades interpessoais e, ainda, na emergência da inovação como o principal determinante da competitividade (Guthrie, 2001).

Este conceito, o de Capital Intelectual (CI), surgiu na década de oitenta. O conceito baseia-se em muitos campos de investigação diferentes, tais como economia, sociologia e ciências de gestão. Foi reconhecido que muito do sucesso de uma empresa, especialmente o de uma empresa intensiva em conhecimento, depende do seu CI (Kujansivu, 2008).

No que concerne às investigações no âmbito do CI nas últimas décadas, as mesmas evoluíram ao longo de quatro estágios. O primeiro estágio de investigação teve origem no final da década de oitenta e continuou até finais da década de noventa, caracterizando-se principalmente pela consciencialização da importância do CI (Petty e Guthrie, 2000). O segundo estágio investiga o impacto do CI no desempenho financeiro e na criação de valor, que gera uma maior rentabilidade e torna o conhecimento organizacional o cerne da vantagem competitiva. Finalmente, o terceiro estágio teve início em 2004 e indaga o desenvolvimento da teoria do CI através da sua prática (Francioli e Albanese, 2017). O JIC lançou, no mesmo ano, uma edição especial intitulada “*IC at the crossroads – theory and research*” (Dumay e Garanina, 2013). No entanto, a ascensão da economia do conhecimento e o aumento do trabalho em rede na sociedade motivou a criação de um quarto estágio na investigação do CI que estende as fronteiras do CI a ecossistemas mais alargados como países, cidades e comunidades. Esta fase, procura entender o impacto do CI na sociedade e no ambiente e criar pontes entre o conhecimento dentro e fora das organizações (Secundo et al., 2018).

Numa tentativa de ultrapassar a inadequação da contabilidade financeira tradicional para refletir o valor do CI, os investigadores e os profissionais têm-se esforçado por encontrar novos métodos de mensuração e divulgação do CI (Brüggen et al., 2009). Uma vez crucial

a identificação e mensuração dos recursos intelectuais, vários modelos com diferentes taxonomias foram desenvolvidos ao longo dos anos. Alguns exemplos de modelos para medir e gerir o CI são o “Skandia Navigator” de Edvinsson e Malone, o Monitor de Ativos Intangíveis de Sveiby, o Modelo Ramboll de Pederson ou o IC Rating (Claver-Cortés et al. 2015).

Considerado modelo de referência na literatura do CI, um importante contributo sobre o CI foi dado por Edvinsson e Malone (1997) através do modelo denominado *Skandia Navigator*. Este modelo afirma que o CI corresponde à diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado das empresas (Sánchez-Canizares, 2007). Neste modelo, o CI é decomposto em Capital Humano e Capital Estrutural, sendo que este último está subdividido em Capital Organizacional e Capital de Cliente. O Capital Organizacional está relacionado com o investimento da organização em sistemas, instrumentos e operações. Porém, o Capital Organizacional pode, ainda, ser subdividido em Capital de Inovação (capacidade de renovação e resultados de inovação, utilizados para criar e disponibilizar no mercado novos produtos e serviços) e Capital de Processos (formado por processos, técnicas e programas que servem de apoio aos empregados para aumentar a eficiência da produção).

Existem várias definições de Capital Intelectual (CI) adotadas em diversos estudos. No entanto, não existe uma definição padrão de CI. A vasta gama de estudos criou um conjunto de recursos, propriedades e atributos que podem ser considerados como parte do CI. A literatura é, deste modo, proliferada com diferentes termos para descrever a informação utilizada em relação ao CI. Apesar de não existir uma clara definição do CI, deparamo-nos com uma diversidade de terminologias que, no entanto, acabam por fornecer definições similares (Choong, 2008).

Akpinar e Akdemir (1999) definem o CI como a diferença entre o valor de mercado de uma empresa e o custo de substituição dos seus ativos. Defendem que são recursos em que normalmente não podemos colocar um preço, tais como a especialização, o conhecimento e a capacidade de aprendizagem organizacional de uma empresa. O valor de mercado é igual ao valor contabilístico mais o CI. O CI engloba muito mais do que patentes, direitos de autor e outras formas de propriedade intelectual. É a soma e sinergia

do conhecimento, experiência, relações, processos, descobertas, inovações, presença no mercado e influência comunitária de uma empresa.

De acordo com Petty e Guthrie (2000), uma das definições mais exequíveis de CI é oferecida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), que descreve o CI como o valor de duas categorias de ativos intangíveis pertencentes a uma empresa: o capital organizacional (estrutural) e o capital humano. O capital humano compreende todos os recursos humanos dentro da organização e os recursos externos à organização, nomeadamente clientes e fornecedores. Por seu turno, o capital estrutural refere-se, por exemplo, à propriedade de um sistema de software por parte da organização, as suas redes de distribuição ou, ainda, cadeias de abastecimento.

Ainda, Nonaka et al. (2000), explicam que o CI é um recurso intangível que está presente tanto nas pessoas como na experiência adquirida. O CI pode, também, estar presente na própria organização, nos relatórios, arquivos eletrónicos e documentos. Os autores referem que o CI pode ser visto como conhecimento explícito, dito conhecimento concreto, ou conhecimento tácito (intuitivo).

Por estarmos perante um cenário competitivo e dinâmico, surgindo a necessidade da capacidade para reconhecer e desenvolver novas oportunidades e saber reutilizar o conhecimento para a criação de novas tecnologias para a obtenção de vantagens competitivas sustentáveis, Berezinets et al. (2016) defendem que o CI não deve ser considerado apenas conhecimento, mas também deve ser visto como fonte intangível que contribui para novas descobertas e inovações e que está subjacente à gestão dos recursos humanos. O CI não só diz respeito à criação de conhecimento, mas também à distribuição e uso desse conhecimento.

Ademais, a generalidade das definições decompõe o CI em três dimensões primárias: o Capital Humano, o Capital Estrutural e o Capital Relacional, sendo por isso possível dizer que existe algum consenso quanto às componentes que integram o CI. O Capital Humano é definido como o conhecimento, as competências, a experiência, a intuição e as atitudes dos trabalhadores (Herremans, 2007). O Capital Humano relaciona-se tanto com o conhecimento tácito como com o explícito. Por forma a manter as pessoas motivadas, surge a necessidade de valorizá-las, inculcando o conceito de continuidade e pertença, uma vez que são a base das empresas. Os gestores apostam cada vez mais na formação,

especialização e recompensação dos trabalhadores de modo a permitir a sua motivação e integração. Como o conhecimento das organizações é cada vez mais realçado no que respeita aos fatores físicos e financeiros, cabe aos gestores gerir o Capital Humano com o objetivo de manter e difundir o conhecimento. Os gestores são, também, responsáveis por encorajar e motivar os colaboradores a transformar o conhecimento tácito em conhecimento explícito (Engelman et al. 2017).

Por outro lado, o Capital Estrutural lida com a estrutura e os sistemas de informação que podem conduzir ao intelecto empresarial, compreende as rotinas organizacionais, as estratégias e as bases de dados (Herremans, 2007). O Capital Estrutural pode ser visto como um conjunto de instrumentos que permitem à organização absorver e transferir conhecimento em todas as atividades de negócio. Pode-se afirmar que o Capital Estrutural é detido e gerido pela organização (Dost et al. 2016). Deste modo, o Capital Estrutural envolve as bases de dados, sistemas de software, distribuição de redes, organogramas, cultura, valores, estratégias e políticas empresariais (Abdullah e Sofian, 2012).

Por último, o Capital Relacional é a capacidade da organização para interagir positivamente com os membros da comunidade empresarial e para motivar a criação de riqueza através da valorização do Capital Humano e Estrutural. Este, compreende o conhecimento incorporado em todas as relações da organização, quer seja com clientes, concorrentes, fornecedores ou organismos governamentais (Herremans, 2007). O Capital Relacional poderá contribuir para a melhoria dos laços existentes e para a criação de valor, uma vez que esta dimensão está associada ao relacionamento entre indivíduos (Dost et al. 2016). O Capital Relacional fornece informações acerca das oportunidades de mercado e constitui um guia útil para a empresa melhorar e desenvolver novos conhecimentos, sendo uma dimensão do CI bastante importante (Madhani, 2016).

Shih et al. (2010) defende que as dimensões acima descritas não devem ser analisadas isoladamente, mas tendo em conta que as mesmas se inter-relacionam. Os autores exemplificam usando empresas de setores financeiros, uma vez que o Capital Humano influencia direta e positivamente o Capital Estrutural (aumento da eficiência operacional) e também o Capital Relacional (colaboradores com capacidades de comunicação, desenvolvem e promovem os relacionamentos).

1.2. Divulgação do Capital Intelectual

O CI representa agora um elemento-chave para reforçar a vantagem competitiva de uma organização e para alcançar objectivos financeiros a médio e longo prazo. Consequentemente, as empresas precisam de proporcionar uma representação adequada do CI para permitir uma compreensão mais profunda da dinâmica empresarial e das variáveis críticas subjacentes às decisões dos investidores (Vitolla et al., 2020). Esta necessidade está, inevitavelmente, ligada aos limites dos modelos tradicionais de medição de desempenho que se concentram principalmente nos ativos materiais. De facto, os princípios contabilísticos geralmente aceites não contêm regras e regulamentos rigorosos para a Divulgação do Capital Intelectual (DCI). Esta circunstância levou os *stakeholders* a solicitarem às empresas a divulgação voluntária de informação sobre o CI para que possam julgar o desempenho e os processos de criação de valor das mesmas de uma forma mais rigorosa. Por esta razão, várias empresas passaram a divulgar informações relacionadas com o CI em diferentes documentos, tais como relatórios anuais, relatórios de responsabilidade social empresarial, declarações de capital intelectual, relatórios ambientais ou prospectos de *Initial Public Offering* (Vitolla et al., 2020).

As organizações passaram a ter mais compreensão da importância de gerir sistematicamente a comunicação externa no que respeita ao CI. Mesmo que a definição de CI, na literatura, esteja associada a alguma ambiguidade, a DCI toma outra perspetiva, uma vez que informa sobre as atividades de gestão do conhecimento e divulga os indícios de CI (Bukh, 2003).

Contrariamente ao CI, a DCI não apresenta uma vasta gama de definições, sendo escassas as propostas. Excepcionalmente, Abeysekera e Guthrie (2002), utilizando como base a definição de relatórios financeiros de finalidade geral, definem que a DCI é destinada a satisfazer as necessidades de informação comuns aos utilizadores, incapazes de comandar a preparação de relatórios sobre o CI adaptados, de modo a satisfazer as suas necessidades de informação. Mouritsen et al. (2001) descrevem a DCI como uma forma de elaboração de relato credível, coeso, verdadeiro e justo das atividades da empresa.

As organizações procuram continuamente meios para atingir vantagens competitivas, a fim de alcançar e comunicar um desempenho acima da média (Henriques e Bontis, 2011). De acordo com An et al. (2011), os benefícios que levam as organizações a divulgar o CI

são os seguintes: melhorar as relações com os *stakeholders*; desviar a atenção da comunidade da influência negativa das suas atividades; melhorar a imagem da empresa; atrair talentos e reter os já existentes; reduzir os custos de capital; diminuir a volatilidade dos *stocks* e; criar uma compreensão dos produtos e serviços entre os vários *stakeholders*. Apesar dos benefícios para as organizações, a DCI pode apresentar alguns custos que as empresas suportam com essa divulgação, tais como os custos diretos, relacionados com a preparação e divulgação dos relatórios de CI, e os custos indiretos, como custos de concorrência, políticos ou de auditoria. Não obstante, no que respeita ao enquadramento teórico subjacente à DCI voluntária, têm sido adotadas diversas teorias a partir da literatura de relatórios sociais e ambientais, sendo a Teoria dos *Stakeholders* e a Teoria da Legitimidade duas das mais conhecidas (Bozzolan et al., 2003; Guthrie et al., 2004).

A legitimidade é o estatuto ou condição que existe quando o sistema de valores de uma entidade é consistente com o da sociedade, e legitimação é o processo que leva a que uma organização seja vista como legítima. Por conseguinte, a sociedade permite que as organizações continuem a funcionar na medida em que satisfaçam as suas expectativas. Deste modo, a Teoria da Legitimidade baseia-se na noção de "contrato social" e não no pressuposto económico de que toda a ação é impulsionada pelo interesse próprio e pela maximização da riqueza ou em pressupostos sobre a eficiência dos mercados (Luca e Kinsey, 2018). As empresas com elevados níveis de CI, quando não conseguem legitimar o seu estatuto através da utilização dos seus recursos intangíveis, considerados atributos de sucesso, têm tendência a divulgar mais informação sobre o seu CI (Guthrie et al., 2004).

A Teoria dos *Stakeholders* defende que as organizações que tratam particularmente bem de um vasto grupo de *stakeholders* (ou seja, clientes, fornecedores, colaboradores, comunidades) funcionarão de forma mais eficaz e criarão mais valor. Este valor pode então ser utilizado para sustentar e fazer crescer a organização e para o restituir aos interessados que ajudaram a criá-la. A teoria assenta também numa forte base ética (Phillips et al., 2019). No que respeita às informações sobre o CI, estas são cada vez mais exigidas pelos vários intervenientes, dado que o CI é visto como um recurso crítico para o sucesso das empresas (Yi e Davey, 2010).

Derivadas da teoria político-económica, a teoria da legitimidade e a teoria dos *stakeholders*, veem a inclusão de informações no relatório de gestão como tendo uma base social e política, bem como razões económicas (Gray et al., 1995).

Para além das duas teorias já mencionados, a literatura identifica a Teoria da Agência e a Teoria da Sinalização como fundamentais para a motivação para a divulgação de informação. A Teoria da Agência estuda a relação entre acionistas e administradores e pressupõe a existência de custos de agência associados à relação contratual entre as partes envolvidas. Segundo esta teoria, quanto maior o nível de divulgação, menores serão os custos de agência, uma vez que a divulgação voluntária de um maior número de informações aos acionistas reduz a assimetria da informação e consequentemente reduz a necessidade de controlo por parte dos acionistas reduzindo, por sua vez, os custos de agência (Jensen e Meckling, 1976). A DCI voluntária poderá reduzir o custo de capital porque aumenta a confiança dos investidores e credores em relação ao impacto do CI na criação de valor (Singh e Zahn, 2008).

A Teoria da Sinalização baseia-se na existência de uma lacuna de informação entre a informação da direção e a informação dos acionistas. Fornecer informação como sinal é um processo destinado a convencer os investidores sobre o valor da empresa. Esta teoria baseia-se na ideia de que a gerência fornecerá informação aos investidores ou acionistas quando obtiver boa informação relacionada com a empresa, tal como aumentar o valor da empresa. Dar um sinal de excelência ao mercado pode ser uma forte motivação para que as empresas reportem o CI, embora o foco e o estilo de divulgação possam variar consoante as diferentes organizações (Astuti et al., 2020).

Para além das teorias mencionadas acima, os autores dão relevo a outras teorias, nomeadamente, a a Teoria da Economia Clássica, a Teoria da Contabilidade Financeira, a Teoria da Estruturação, a Teoria do Sistema, a Teoria Microeconómica, a Teoria Baseada na Liquidez, a Teoria da Escolha Pública, a Teoria dos, a Teoria da Dependência dos Recursos, a Teoria do Capital Humano, a Teoria do Capital Social, a *Actor-Network Theory*, a Teoria da Sociologia Neo-Institucional, a Teoria Institucional, a Teoria da Administração e a Teoria dos Custos Proprietários. É de notar que a teoria dos *stakeholders*, a teoria da legitimidade, a teoria da agência e a teoria da sinalização devem

ser relacionadas, uma vez que se complementam. Uma teoria não consegue explicar por si só as motivações que levam as organizações a divulgar informações voluntariamente.

1.3. Auditoria e a Divulgação do Capital Intelectual

As informações de CI não são obrigatoriamente exigidas por qualquer norma ou regulamento, o que pode originar uma recusa por parte dos auditores a realizar uma auditoria às divulgações voluntárias de CI. Os auditores geralmente são obrigados a seguir um conjunto de regulamentos e normas de auditoria quando auditam as demonstrações financeiras. O designado “conservadorismo de auditoria” tem como objetivo proteger a reputação dos auditores e evitar o risco potencial de litígios (Sonnier, 2008).

A divulgação voluntária e os relatórios financeiros auditados podem ser concebidos como complementos, na medida em que a veracidade da informação financeira auditável reduz o risco de que a divulgação voluntária não auditável não seja fiável (Demartini e Trucco, 2016).

O comité de auditoria é considerado um dos participantes críticos e influentes do *Corporate Governance*, desempenhando um papel importante na monitorização, gestão das práticas de divulgação e controlos internos. Como resultado, um comité de auditoria eficaz reduz a assimetria de informação entre a gestão e os *stakeholders* e melhora os processos de informação financeira e os níveis de divulgação de informação da empresa. A qualidade da divulgação está muito interligada com o conceito de governação empresarial, de tal forma que quanto mais uma empresa divulga, maior é o nível de transparência. Uma divulgação adequada de relatórios financeiros é um objetivo comum de todos os sistemas de governação empresarial (Balasundaram, 2019).

No que respeita ao papel do comité de auditoria na divulgação de informações de CI é de notar uma forte relação com a quantidade global de informações de CI divulgadas (Haji, 2015). A eficácia do comité de auditoria é reforçada quando este dispõe de bons recursos, é independente e tem membros com experiência financeira. O comité de auditoria tem a responsabilidade chave de monitorizar os processos de relatórios corporativos, a fim de apoiar o papel global de monitorização das ações de gestão por parte do conselho. A este

respeito, o papel do comité de auditoria não se refere apenas ao processo de relato financeiro, mas estende-se ao relato de informações não financeiras, incluindo informações do CI. Na medida em que a informação do CI é importante para a avaliação do valor de mercado, o comité de auditoria influenciaria a sua divulgação para reduzir a aguda assimetria de informação associada às capacidades de criação de valor dos ativos do CI (Li et al., 2012).

Devido à percepção do papel crítico que o comité de auditoria desempenha na supervisão do processo de elaboração de relatórios corporativos seria expectável uma grande quantidade de pesquisas neste ramo, no entanto, a investigação no âmbito da auditoria da DCI centra-se principalmente na sua ligação com o *Corporate Governance* (Li et al., 2012).

Na presente dissertação é realizada uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) aplicada à Divulgação do Capital Intelectual (DCI) por forma a analisar os principais temas abordados, as metodologias adotadas e ainda as futuras investigações sugeridas, com base nos artigos publicados no *Journal of Intellectual Capital* (JIC). Uma RSL visa fornecer uma visão abrangente da literatura relacionada com um determinado tema, teoria ou método de modo a sintetizar estudos prévios para reforçar a base de conhecimento (Paul e Criado, 2020). As RSL possibilitam chegar a conclusões sobre o estado atual do conhecimento sobre uma determinada questão (Briner e Denyer, 2012). Numa RSL podem ser incluídas análises bibliométricas. As análises bibliométricas analisam uma extensa quantidade de investigação publicada, utilizando ferramentas estatísticas, de modo a descobrir tendências de um determinado tema, ano, país, autor, revista, entre outros. Este tipo de análise, geralmente, é desenvolvido utilizando programas de software como o VOS (*Visualization of Similarities*) (Paul e Criado, 2020).

As RSL relatam um plano detalhado para encontrar toda a literatura relevante para um determinado tema, que é descrito de forma explícita e transparente de forma a possibilitar a sua replicação para verificar a ausência de enviesamento ou para posterior atualização. Isto permite reforçar as perceções dos leitores, uma vez que as conclusões são resultantes de provas de pesquisa e não de juízos ou opiniões de investigadores. As pesquisas são extensas e procuram encontrar toda a literatura relevante para o estudo (Williams et al., 2020). Entre outras vantagens da realização das RSL destaca-se a transparência e síntese de dados que resultam num maior nível de objetividade e reprodutibilidade (Kraus, Breier e Rodríguez, 2020).

A execução de uma RSL pode ser orientada através de cinco etapas: (1) planear a revisão: protocolo – desenvolvimento de perguntas claras, definição de uma estratégia de pesquisa e estabelecer critérios para decidir se um artigo deve ser incluído na revisão; (2) identificar o universo de estudos potencialmente relevantes – incluir todos os potenciais artigos relevantes; (3) conduzir a revisão: determinar quais os artigos da pesquisa para incluir e recolher conhecimentos – decidir quais os critérios a aplicar para um determinado documento ser alvo de inclusão no estudo; (4) analisar e sintetizar informação: desenvolver uma visão holística de forma a interligar conceitos e relações; (5) relatar o processo, os resultados e os conhecimentos discernidos: expor os resultados

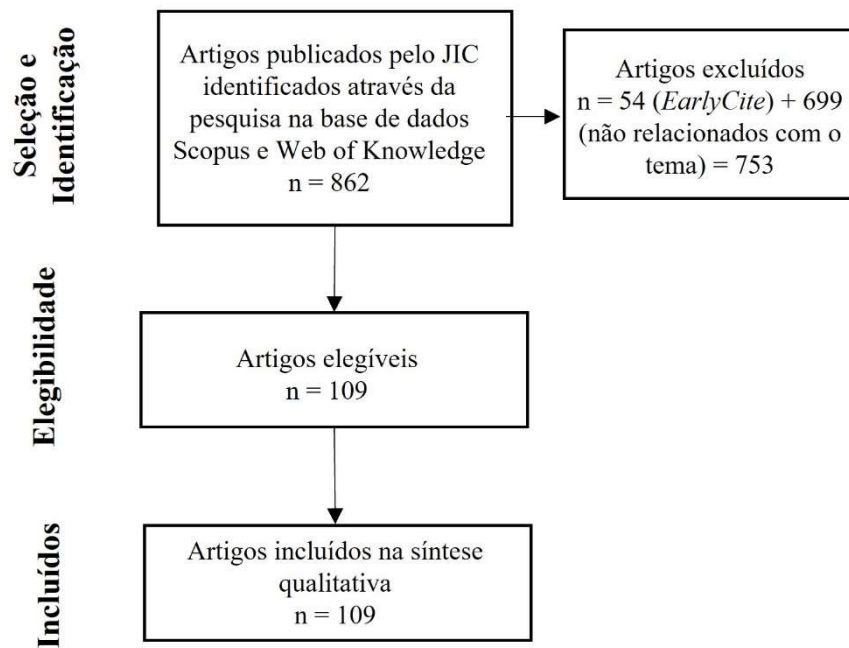
relacionados com as questões de investigação de forma estruturada e organizada (Williams et al., 2020).

Nesta dissertação, a RSL foca-se na DCI como um todo, e não apenas nas dimensões do Capital Intelectual (Capital Humano, Capital Estrutural e Capital Relacional) em isolado. Complementarmente à RSL, é também realizada uma análise bibliométrica. Importa salientar que, no presente estudo, foram seguidas as linhas orientadoras do PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) proposto por Liberati, Altman, Tetzlaff, Mulrow, Gotzsche, Ioannidis, Clarke, Devereaux, Kleijnen e Moher (2009), de forma a obter a amostra para a presente dissertação. Este modelo tem como propósito expor as formas pelos quais os autores podem assegurar relatórios transparentes e completos de RSL (Liberati et al., 2009). O PRISMA baseia-se em quatro etapas: identificação, seleção, elegibilidade e artigos incluídos (ver figura 1).

Relativamente à identificação dos documentos, optou-se por apenas considerar os artigos dedicados ao tema da dissertação presentes no *Journal of Intellectual Capital (JIC)*. O JIC tornou-se a mais importante revista académica dedicada ao CI, com um elevado fator de impacto. O primeiro volume do JIC foi publicado no ano 2000 e nos últimos vinte anos temos testemunhado o seu desenvolvimento, transformação e contribuição crescente para a investigação e promoção dos ativos intangíveis. Ao publicar as pesquisas relacionadas com o CI, o JIC auxilia o propósito de orientar organizações e profissionais a reconhecer a verdadeira essência dos intangíveis, tornando-se um meio eficaz para as organizações adotarem e capitalizarem o valor do CI (Lyn e Edvinsson, 2020). O interesse na contabilidade do CI é significativo entre os estudiosos. Desde 2004, para demonstrar as contribuições significativas para o conhecimento do CI, o JIC reconhece a liderança na investigação, conferindo aos artigos o estatuto de “Outstanding” e “Highly Commended”. O facto de o JIC publicar artigos mais ostensivos é, em parte, uma demonstração da natureza evolutiva da investigação do CI (Dumay, 2014). Nos últimos anos, assistimos ao crescimento da comunidade do CI, que é composta, por exemplo, por estudantes académicos ou dirigentes governamentais. Em geral, as conferências governamentais servem como incubadoras de artigos de jornal, uma vez que se têm evidenciado pelo número crescente de artigos indicados (Lyn e Edvinsson, 2020). O sucesso e a importância do JIC têm vindo a aumentar devido à centralidade do tema do CI nos negócios e estudos de gestão (Belluci et al., 2020).

Sendo considerada a principal revista focada no Capita Intelectual, procedeu-se à análise de todos os artigos publicados pelo *Journal of Intellectual Capital* (JIC). Numa primeira fase, em 13 de maio de 2021 às 19h, constatou-se que o JIC tinha publicados 862 artigos dos quais 54 eram considerados como “*EarlyCite*”, sendo estes excluídos. Os 808 artigos encontram-se divididos em 22 volumes e, ainda, em edições. Seguidamente foram analisadas as palavras-chaves dos 808 artigos, excluindo os artigos que não apresentavam palavras-chave relacionadas com “*disclosure*”, “*reporting*” e “*Intellectual Capital*” (excluídos 753 artigos). Por forma a eliminar dúvidas, foram analisados, também, os resumos correspondentes dos artigos que apresentavam as palavras-chave referidas para a obtenção de uma base de dados fidedigna de modo a identificar todos os artigos relacionados com o tema. Quando os resumos ou palavras-chave suscitavam qualquer dúvida, era efetuada uma análise profunda ao texto de modo a garantir a relação com o tema. Após a análise detalhada aos artigos publicados pelo JIC com vista a distinguir os relacionados com a DCI, selecionamos 109 artigos como elegíveis para análise. Com o objetivo de estruturar a análise dos artigos, foi criada uma base de dados em *excel* com o intuito de se colocarem, para cada um dos artigos, as informações consideradas relevantes e que posteriormente foram utilizadas, nomeadamente, temas, futuras investigações, metodologias, país onde foi realizada a investigação, ano de publicação, autores, palavras-chave ou teorias.

Figura 1- Esquema do PRISMA



Fonte – Adaptado de Liberati et al. (2009)

Com base nas questões de investigação 1, 2 e 3, este capítulo tem como objetivo indicar os principais temas abordados (ver apêndice I) nos estudos da Divulgação do Capital Intelectual (DCI) no *Journal of Intellectual Capital* (JIC), quais as principais metodologias adotadas e métodos utilizados (ver apêndice II) no mesmo campo de investigação e, finalmente, quais as investigações futuras sugeridas nos estudos sobre a DCI. No final deste capítulo, apresentam-se, ainda, as teorias mencionadas nesses estudos.

3.1 Principais temas adotados nos estudos sobre a Divulgação do Capital Intelectual

Após a análise do conteúdo de todos os artigos, os resultados sugerem a existência das seguintes categorias temáticas: **(1) Práticas de DCI; (2) Natureza, Extensão e Qualidade da DCI; (3) Diretrizes ou Modelos de Relatórios de DCI; (4) Percepção da DCI pelos Stakeholders; (5) Análise de Conteúdo Como Metodologia Adotada; (6) Relação entre *Initial Public Offering* e a DCI; (7) DCI nas Universidades; (8) A DCI nos Relatórios Integrados.** Todavia, observou-se que alguns autores abordam temas bastante distintos, não tendo sido categorizados dentro dos temas atrás salientados. Para além disso, há artigos que poderiam ser alocados a mais do que uma categoria. No entanto, optamos por distribuí-los pelo tema com maior relevo no artigo em causa.

O CI é um tema em desenvolvimento e, como tal, surgem ainda algumas questões no que respeita ao melhor procedimento para a divulgação do mesmo. Os autores procuram estudar as práticas da DCI e para isso revêm a literatura e analisam relatórios de DCI. Com efeito, uma das categorias resultante do estudo dos artigos é as **Práticas de DCI** (ver Petty e Guthrie, 2000; Guthrie e Petty, 2000; Seetharaman et al., 2002; Ordóñez de Pablos, 2002; Ordóñez de Pablos, 2003; April et al., 2003; Vergauwen e Alem, 2005; Ordoñez de Pablos, 2005; Abeysekera, 2006; Abeysekera, 2008; Guthrie et al., 2009; Singh e Kansal, 2011; Haji e Ghazali, 2012; Joshi et al., 2012; Girella e Zambon, 2013; Bronzetti e Veltri, 2013; Silva et al., 2014; Goebel, 2015; Sharma e Dharni, 2017).

No que concerne a esta categoria, no primeiro artigo publicado no JIC com foco na DCI, os autores revêm a literatura mais significativa sobre o CI de modo a destacar importantes contribuições da literatura relacionadas com a mensuração e relato do CI (ver Petty e

Guthrie; 2000). Por outro lado, Abeysekera (2006) examina uma série de questões-chave relacionadas com a DCI, abordando alguns dos pontos fortes, fraquezas e lacunas da investigação existente. Seetharaman et al., (2002) pretende identificar a forma como o CI é mensurado e divulgado nas demonstrações financeiras e avaliar se o balanço patrimonial é adequado para empreender os desafios colocados pela economia emergente do CI.

Nesta categoria, é de notar um interesse em perceber o aumento da importância dos recursos baseados no conhecimento organizacional e para isso os autores tentam estabelecer uma melhor compreensão de como as empresas têm respondido ao desafio de mensurar e divulgar o CI. Os autores procuram analisar os relatórios de DCI em diferentes regiões do planeta, tal como em empresas na Austrália, Ásia, Europa e Médio Oriente, Espanha, Suécia, Índia e Europa, Malásia, Itália, Nova Zelândia, Alemanha e Índia ou, ainda, numa indústria mineira sul-africana e no Serviço de Sangue da Cruz Vermelha Australiano, assim como em empresas indianas do setor farmacêutico (ver Guthrie e Petty, 2000; Ordóñez de Pablos, 2002; Ordóñez de Pablos, 2003; April et al., 2003; Vergauwen e Alem, 2005; Ordoñez de Pablos, 2005; Guthrie et al., 2009; Singh e Kansal, 2011; Haji e Ghazali, 2012; Bronzetti e Veltri, 2013; Silva et al., 2014; Goebel, 2015; Sharma e Dharni, 2017).

Por outro lado, Abeysekera (2008) e Joshi et al. (2012) comparam a DCI voluntária numa nação em desenvolvimento (Sri Lanka e Índia) e numa nação desenvolvida (Singapura e Austrália). Com isto, pretendem destacar as diferenças nas práticas de DCI das empresas que operam em duas economias diferentes. Girella e Zambon (2013) procuraram explorar as premissas económicas, políticas e sociais segundo as quais algumas agências governamentais decidiram promover a elaboração de relatórios do CI no seu país.

Adicionalmente, constata-se que vários autores procuram avaliar a **Natureza, Extensão e Qualidade da DCI**, surgindo assim uma nova categoria. Segundo Onuoha et al. (2020), a extensão da DCI refere-se à frequência da divulgação ou ao volume de divulgação das variáveis do CI. É a quantidade de CI nos relatórios anuais das empresas. Já a qualidade da divulgação pode ser descrita como a exatidão, exaustividade e fiabilidade da informação, ou definida em termos do nível de intensidade e abrangência da informação. O CI é um elemento de natureza heterógena uma vez que pode conter elementos fixos

(patentes) ou flexíveis (capacidades humanas), pode ser o *input* ou o *output* do processo de criação de valor.

Os autores procuram investigar e comparar a natureza, extensão e qualidade em empresas de diferentes países como Malásia, Países Baixos, Suécia, Reino Unido, Austrália, China, Nova Zelândia, Estados Unidos da América, Índia e Nigéria (ver Williams, 2001; Bozzolan et al., 2003; Goh e Lim, 2004; Vandemaele et al., 2005; Guthrie et al., 2006; White et al., 2007; Sonnier, 2008; Schneider e Samkin, 2008; Davey et al., 2009; Yi e Davey, 2010; Oliveira et al., 2010; White et al., 2010; Cinquini et al., 2012; Wang et al., 2016; Duff, 2018; Yang, 2018; Onuoha et al., 2020). Já Liao et al., (2013) avalia a extensão e a qualidade da DCI nas versões em chinês e inglês dos relatórios anuais de 50 empresas chinesas. Garanina e Dumay (2017) procuraram investigar a extensão da DCI pelos gestores e proprietários em prospectos de IPOs.

De seguida, um conjunto de autores procuram desenvolver modelos ou diretrizes que possam ser utilizados para formalizar um relatório da DCI (ver Mouritsen et al., 2001; Abdolmohammadi, 2005; Ng, 2006; Choong, 2008; na et al., 2011; Abhayawansa, 2014; Schaper et al., 2017). A este conjunto de artigos denominamos **Diretrizes ou Modelos de Relatórios de DCI**, onde através do desenvolvimento ou adoção de diretrizes ou modelos de DCI os autores averigam a sua aplicação por parte das empresas nos relatórios de CI. Respeitante a esta categoria, Johanson et al. (2006) analisa uma *Guideline for Intellectual Property Information Disclosure*, com o propósito de abordar os principais desafios relativos à construção de diretrizes para a DCI. Por sua vez, Bontis et al. (2007) procura descrever uma metodologia para a DCI que foi testada na Alemanha. Karagiannis et al. (2009) apresenta o método *Intellectual Capital Report Benchmarking*, um modelo abrangente para a gestão do CI que foi aplicado numa empresa de conhecimento, com o objetivo de ilustrar um método de gestão como uma ferramenta que permite uma gestão fácil e intuitiva do CI. Chaminade e Johanson (2003) defendem que as diretrizes de um determinado modelo não devem divergir consoante a cultura das empresas. Ainda, Liu et al. (2014) apresenta um modelo de DCI no E-tourism que permite a identificação de fatores-chave de sucesso, bem como a seleção de indicadores a nível operacional. Finalmente, Schaper (2016) investiga as razões e condições subjacentes que levaram as empresas que estavam envolvidas no projeto dinamarquês de diretrizes para as declarações de CI, a deixar a proposta.

Outra categoria identificada refere-se à **Percepção da DCI pelos Stakeholders**. Esta categoria é caracterizada pela interpretação, valorização e importância da DCI por parte dos *stakeholders*. Alguns autores investigam se a DCI é um valor relevante para os *Stakeholders*, se existem diferenças significativas nas percepções da utilidade da informação de CI e dos objetivos de informação dos preparadores e utilizadores (ver Burgman e Roos, 2007; Ousama et al., 2011; Dumay e Guthrie, 2017). Por outro lado, Abhayawansa e Abeysekera (2009) e Abhayawansa (2011), procuram examinar a importância da investigação sobre a DCI por analistas do lado das vendas e qual a informação e como é comunicada nos seus relatórios. Alguns artigos exploram se a DCI gera algum impacto sobre o comportamento de avaliação dos analistas (ver Meca, 2005; Alwert, Bornemann, Will, 2009; Graaf, 2013; Farooq, Nielson, 2014). Ainda nesta categoria, vários autores analisam as opiniões a nível da gestão e do conselho administrativo, de modo a aferir se a DCI tem impacto na competitividade, qual o incentivo para a divulgação e a quantidade divulgada (ver Abeysekera, 2010; Arvidsson, 2011; Chiucchi, 2013; Cabrita, Silva, Rodrigues, Dueñas, 2017).

Outros artigos criticam a **Análise de Conteúdo Como Metodologia Adotada** nas pesquisas efetuadas no ramo da DCI, uma vez que uma grande parte dos estudos da DCI fazem uso do método de análise de conteúdos. Os autores procuram perceber se, de facto, este método será o mais adequado nas investigações relativas à DCI. Guthrie et al. (2004) revê a análise de conteúdo (AC) como método de investigação na compreensão da DCI e oferece observações sobre a utilidade prática do método. Husin et al. (2012), para além de fornecer uma análise do CI divulgado, avalia a AC, defendendo a incorporação de todas as formas de DCI (narrativas, números e imagens visuais) na análise e destaca a necessidade de estudar tanto a quantidade como a qualidade da divulgação. Por outro lado, Dumay e Cai (2014) reveem o estado da AC a fim de determinar se tem um papel contínuo a desempenhar no desenvolvimento de novos conhecimentos sobre o CI. Tendo em conta este estudo, Dumay e Cai (2015) fornecem uma análise mais profunda do problema associado à utilização da AC como metodologia de investigação da DCI. Ainda, Goebel (2015) investiga se os resultados de AC são comparáveis apesar das diferenças nos quadros de investigação do CI. Polo e Rodríguez (2017) avaliam as possibilidades e limitações da AC. Por último, Parshakov e Shakina (2020), sugerem uma alternativa à

AC confirmatória e demonstram empiricamente que a AC exploratória permite novos conhecimentos sobre o mecanismo de DCI.

Para além dos temas referidos, alguns autores procuraram identificar uma conexão entre *Initial Public Offering* (IPO) e a DCI – **Relação entre *Initial Public Offering* e a DCI**. Singh e Zahn (2009) procuraram investigar a associação entre a DCI em IPOs e o desempenho das ações pós-emissão. Por outro lado, outros autores, investigaram os fatores que influenciam a DCI no prospeto de IPOs (ver Rashid et al., 2012), ou compararam a DCI no prospeto de uma IPO com a DCI nos relatórios anuais, investigando se as empresas assumem um compromisso em relação à DCI e se divulgam o CI no prospeto (ver Branswijck e Everaert, 2012). Nielson et al. (2006), demonstra as semelhanças entre um relatório de CI e um prospeto de IPO. Ainda nesta categoria, mas focados no *underpricing*, Singh et al. (2007) examina a associação entre o *underpricing* e o CI divulgados nas IPOs de Singapura, e Too e Wan Yusoff (2015) estudam o impacto direto e indireto das características específicas da empresa ao nível do *underpricing* entre as IPOs da Malásia.

Através da RSL, foi possível perceber que os autores recorreram a universidades como contexto para analisar a DCI. Optamos por intitular esta categoria como **DCI nas Universidades**. Sánchez et al. (2009) analisaram a prática, nas universidades, do CI e apresenta um relatório de CI especialmente concebido para estas instituições. Discutem, ainda, os desafios em relação ao estabelecimento de normas para as universidades gerirem e informarem sobre o CI. Bezhani (2010) examina a quantidade e a natureza da DCI voluntárias nas universidades britânicas, a relação entre o desempenho e a quantidade divulgada, bem como a opinião das universidades sobre uma DCI obrigatória. Low e Samkin (2015) estudam a qualidade da DCI voluntária em universidades da Nova Zelândia, Austrália e Reino Unido. Sangiorgi e Siboni (2017) realizaram um estudo aplicado a universidades italianas com a finalidade de investigar a quantidade e a natureza da DCI, aferindo, ainda, a opinião dos gestores universitários sobre a gestão e a elaboração de relatórios de CI. Di Berardino e Corsi (2018) verificam se o relato obrigatório sobre a qualidade evidencia a contribuição do CI para a criação de valor, com vista a aumentar a consciencialização das universidades sobre a gestão do CI e o desenvolvimento da terceira missão. Habersam et al. (2018) apresentam os resultados de um estudo longitudinal sobre a utilização dos balanços de conhecimento obrigatórios nas

universidades públicas austríacas com vista a contribuir para a continuação da investigação do CI e melhorar as práticas de DCI. Por outro lado, Rossi et al. (2018), explora uma nova forma de DCI nas universidades através das suas páginas web de modo a identificar os possíveis determinantes da DCI. Ramírez e Tejada (2019), investigam a extensão e a qualidade da DCI online através de websites e meios de comunicação social em relação às necessidades de informação das partes interessadas nas universidades públicas espanholas. Além disso, examinam se existem diferenças na DCI online de acordo com o tipo de universidade.

É de notar que os estudos inseridos nesta categoria podem coincidir com outras, dado que nesta categoria é abordada a aplicação da DCI num contexto específico: as universidades. Ainda a propósito desta categoria – **DCI nas Universidades** – a quantidade de artigos referentes a este tema pode ter origem no momento em que o relato de CI foi tornado obrigatório nas universidades austríacas. Segundo Leitner (2004), a gestão do CI e a elaboração de relatórios, tornaram-se um novo instrumento para a gestão universitária e a governação das universidades pelos ministérios e pela política. Tal como outros instrumentos recentemente propostos para a gestão de instituições públicas, deverá permitir a tomada de decisões no seio da organização num contexto de maior autonomia. Leitner (2004), refere, também, que os instrumentos mais importantes para as universidades, diferenciados e discutidos nos últimos anos, representam várias formas de avaliação e gestão do desempenho. Consequentemente, a experiência e os estudos sobre a utilização de sistemas de gestão do desempenho e avaliações poderão fornecer informações úteis para a conceção de sistemas de gestão de CI. De acordo com este autor, a DCI obrigatória nas universidades tem como propósito apoiar a formulação de objetivos e estratégias organizacionais, fornecer informação para decisões de investimento no que diz respeito a ativos intangíveis, o foco nos resultados e impactos, a substituição parcial do sistema tradicional de relatórios, a descrição exaustiva do potencial, processos e desempenho e, ainda, ser um instrumento de comunicação entre as universidades e o ministério.

A DCI nos Relatórios Integrados é outra categoria definida para a investigação dos principais temas nos estudos da DCI. Por exemplo, Melloni (2015), avalia a qualidade da DCI nos relatórios integrados. Dumay et al. (2019), exploram como as principais características do CI e dos relatórios integrados podem ser combinadas para desenvolver

um modelo para que as empresas cumpram uma diretiva da União Europeia de modo a aumentar a confiança nas divulgações das empresas. Beretta et al. (2019) examina como o conteúdo e as propriedades semânticas da DCI encontradas nos relatórios integrados estão associadas ao desempenho da empresa. Camodeca et al. (2019), investigam a adoção de um quadro teórico de relatórios integrados como uma escolha estratégica para sinalizar o CI aos investidores de ações. Terblanche e Villiers (2019) examinam se a preparação de um relatório integrado está associado a uma maior DCI. Salvi et al. (2020), exploram o impacto da DCI no custo do capital próprio, no contexto dos relatórios integrados. Por último, Dameri e Ferrando (2020), fornecem soluções empíricas e teóricas a alguns aspetos críticos do Quadro Internacional de Relatórios Integrados. Importa salientar que o JIC lançou, em 2019, uma edição especial intitulada “*Extending intellectual capital through integrated reporting*”, sendo que tal facto poderá ter sido um motivo para o aumento de investigações focadas na **DCI nos Relatórios Integrados**.

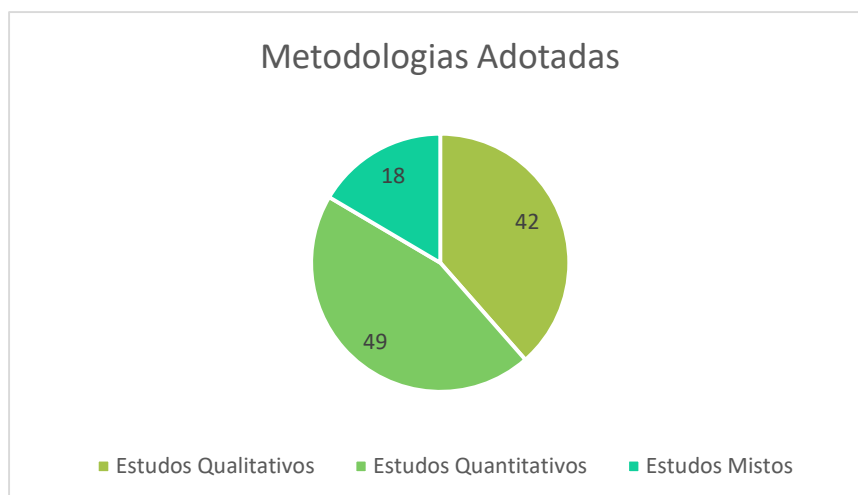
Durante a realização da RSL, foi possível constatar que em 17 artigos, para além das categorias já mencionadas, foram abordados temas bastante diferenciados. Bart (2001) analisa se as declarações de missão podem ser consideradas na DCI de uma determinada organização e Bini et al. (2016) avalia a divulgação do modelo de negócio, uma vez que este é considerado um meio necessário para a interpretação e avaliação da contribuição do CI como uma vantagem competitiva de uma empresa. Vafaei et al. (2011) examina se a DCI das empresas cotadas é relevante em termos de valor nos mercados de ações e avalia o seu papel moderador no relato do valor dos lucros e do capital próprio comunicados, na sequência da adoção das normas internacionais e de relato financeiro. Dumay e Tull (2007) examinam uma forma alternativa através da qual as empresas podem divulgar o CI aos intervenientes externos que têm influência no preço das ações. Kristandi e Bontis (2007), Demartini e Paoloni (2013), Lardo et al. (2017) e Rossi et al. (2021) investigam a associação entre a DCI com o custo de capital próprio, a declaração de responsabilidade social das empresas, a popularidade numa rede de comunicação social e o efeito potencial da ética empresarial e da responsabilidade social empresarial, respetivamente. Guimón (2005) tem como objetivo aumentar a compreensão sobre o papel dos intangíveis na análise de risco de crédito e os principais fatores que permitem ou impedem o impacto da DCI. Uma vez que a assimetria contabilística entre o tangível e o intangível levou ao desenvolvimento de relatórios de CI, Riegler e Höllerschmid

(2006) reúnem informações sobre os intangíveis num projeto de investigação e desenvolvimento fornecido por sistemas de informação voluntária e obrigatória. Por outro lado, Marr et al. (2004), destacam a importância das representações visuais de intenções estratégicas de modo a compreender como os recursos organizacionais, especialmente o CI são utilizados para criação de valor organizacional. Abeysekera (2007) examina os padrões dos relatórios de CI numa nação em desenvolvimento e realça as diferenças na execução da DCI entre nações em desenvolvimento e em nações desenvolvidas. Já Abeysekera (2011), investiga se o cenário político de um país tem influência na narrativa, visual e numérica, da DCI nas empresas e se está a ser incluído no valor atual de mercado do capital próprio. Ainda, Dumay (2016) oferece uma reflexão crítica pessoal sobre o futuro da DCI. Cuzzo et al. (2017) realiza uma revisão bibliográfica da DCI de modo a identificar os principais temas desenvolvidos, a evolução da teoria e orientar futuras investigações em benefício de investigadores e utilizadores da DCI. Goebel (2019), investiga os geradores da DCI voluntária, com base na Teoria da Agência. Por último, Alves et al. (2020), estuda a relação entre a DCI e o desempenho das empresas.

3.2 Metodologias adotadas nos estudos sobre a Divulgação do Capital Intelectual

Através da RSL foi possível determinar quais as principais metodologias adotadas pelos autores na amostra final. Constata-se a utilização de diferentes tipos de metodologias considerados para a análise, nomeadamente estudos qualitativos, estudos quantitativos ou, ainda, estudos mistos. Através da Figura 2, verifica-se a frequência das metodologias adotadas. Os resultados sugerem que a metodologia mais utilizada é a quantitativa, adotada em 49 artigos. Seguidamente, os estudos qualitativos são a metodologia mais adotada com 42 artigos e, por último, estudos mistos são utilizados em 18 artigos.

Figura 2 – Metodologias Adotadas na Investigação da DCI



Fonte – Elaboração Própria

Constatamos, ainda, que uma grande parte dos autores (55 autores) recorre à Análise de Conteúdo (AC) como método para as suas investigações. Com base na Tabela 1 é possível analisar quais os autores que adotaram este método e como foi elaborada a AC.

A AC é um método de investigação que visa dar sentido ao conteúdo de mensagens, sejam elas textos, imagens, símbolos ou dados em áudio. São utilizadas algumas diretrizes para inferência (com base em teorias existentes, pesquisas anteriores ou experiência) e regras processuais rigorosas para passar de texto não estruturado para respostas às questões de pesquisa (Gheyle e Jacobs, 2017). A AC pode ser caracterizada como quantitativa ou, ainda, qualitativa.

Tabela 1 – Adoção da Análise de Conteúdo

Autores	Análise de Conteúdo
Guthrie e Petty (2000)	Foi realizada uma AC a uma amostra constituída pelas 19 maiores empresas australianas cotadas em bolsa e uma outra empresa que se apresenta como sendo um exemplo das melhores práticas no campo da elaboração de relatórios sobre o CI.
April et al. (2003)	As 20 maiores empresas sul-africanas cotadas por capitalização bolsista foram selecionadas para a AC.
Bozzolan et al. (2003)	Este estudo centra-se numa amostra de 30 organizações escolhidas entre as empresas não financeiras cotadas na Bolsa de Valores Italiana, a AC incidiu nos seus relatórios anuais.
Goh e Lim (2004)	Foi realizada uma AC das práticas de DCI de 20 relatórios anuais das 20 maiores empresas cotadas na bolsa da Malásia.

Vergauwen e Alem (2005)	A amostra inclui empresas listadas nas listas de ações primárias, resultando num total de 95 empresas possíveis. A AC é realizada em relatórios anuais das empresas da amostra.
García-Meca (2005)	A amostra é constituída por 257 relatórios de apresentações de analistas realizados por empresas espanholas e 217 relatórios de analistas emitidos durante 2000 e 2001. A AC é utilizada para analisar estes relatórios.
Abdolmmmadi (2005)	As componentes do CI são utilizadas como unidades da AC para analisar os relatórios anuais de uma amostra de 58 empresas da <i>Fortune 500</i> ao longo do período de cinco anos (1993-1997).
Vandemaele et al. (2005)	A AC é aplicada aos relatórios anuais das empresas da amostra, são analisados 180 relatórios anuais dos Países Baixos, Suécia e Reino Unido a fim de fazer uma comparação entre países. Foram definidos três anos (1998, 2000 e 2002), com o objetivo de analisar a tendência de divulgação ao longo dos anos.
White et al. (2007)	Utiliza um índice de divulgação de CI de divulgações voluntárias em 96 empresas de biotecnologia cotadas. As relações são testadas estatisticamente usando correlação e análise de regressão múltipla.
Kristandl e Bontis (2007)	Dois índices de divulgação são desenvolvidos e é aplicado o método dos mínimos quadrados sobre 95 empresas cotadas da Áustria, Alemanha, Suécia e Dinamarca. Os índices são definidos de acordo com o contexto temporal (histórico, orientado para o futuro) da informação fornecida nos relatórios anuais.
Abeysekera (2008)	O estudo investiga as 20 maiores empresas de capitalização bolsista cotadas na bolsa de Colombo em 1998-2000. Usando AC, analisa os relatórios anuais destas empresas.
Sonnier (2008)	Para medir o nível de DCI de cada empresa da amostra de 484 empresas de alta tecnologia para 2000 e 2004, uma AC foi realizada a um formulário aplicado à amostra.
Schneider e Samkin (2008)	Este artigo faz uso de um índice de DCI construído através de um processo de consulta participativa dos <i>Stakeholders</i> para desenvolver um índice de divulgação que mede a extensão e a qualidade dos relatórios de capital intelectual nos relatórios anuais de 2004/2005 de 82 autoridades governamentais locais da Nova Zelândia.
Guthrie et al. (2009)	Foi realizada uma AC aos relatórios anuais da <i>Australian Red Cross Blood Service</i> e à DCI entre 2002 e 2005. Foram realizadas várias entrevistas com vários funcionários.
Davey et al. (2009)	Foram analisados os relatórios anuais de 2005 das 15 maiores empresas europeias e as 15 maiores empresas norte-americanas.
Singh et al. (2009)	A análise baseia-se numa amostra de 259 IPOs cotadas na Bolsa de Valores de Singapura. A DCI é medida utilizando um índice de 81 itens.
Yi e Davey (2010)	Utilizando a AC, foi construído um índice abrangente de DCI para codificar os relatórios anuais de 49 empresas com dupla cotação na China.

Bezhan (2010)	A AC foi utilizada para examinar a quantidade e natureza de DCI dos relatórios anuais de 30 universidades britânicas. Os Diretores de Finanças foram escolhidos como representantes para responder a um questionário.
Oliveira et al. (2010)	É construído e implementado um índice de divulgação voluntária de intangíveis para analisar a DCI nos relatórios de sustentabilidade de 2006 das empresas portuguesas.
Abeysekera (2010)	Analisa relatórios anuais das 26 maiores empresas na capitalização de mercado, utilizando a técnica de AC.
White et al. (2010)	A DCI foi medida em relatórios anuais e demonstrações financeiras publicados nos sítios Web das empresas. Foi utilizado um índice de divulgação dinamarquês para avaliar a divulgação voluntária em 156 empresas.
Abhayawansa (2011)	Baseado na AC são observados os relatórios de analistas.
Abeysekera (2011)	Utilizando a AC, foram obtidos dados financeiros a partir dos relatórios anuais das empresas e da bolsa de valores.
Vafaei et al. (2011)	A AC é aplicada aos relatórios anuais de 220 empresas cotadas na Grã-Bretanha, Austrália, Hong Kong e Singapura.
Singh e Kansal (2011)	Usando a AC, são analisados os relatórios anuais das 20 maiores empresas do setor farmacêutico no ano de 2009.
Husin et al. (2012)	Usando a AC, este artigo analisa 30 das maiores empresas cotadas na bolsa de valores dos relatórios anuais de 2008 de CI.
Cinquini et al. (2012)	AC foi realizada utilizando um esquema multidimensional de qualidade composto por três perfis de divulgação, nomeadamente, orientação temporal, natureza da informação e tipo de informação.
Rashid et al. (2012)	A amostra é constituída por 130 empresas dos setores de tecnologia e produtos industriais de Bursa Malásia que passaram por uma IPO entre 2004 e 2008. A extensão do índice de DCI é quantificada através da AC. A análise de regressão múltipla é utilizada para examinar as associações de nove potenciais variáveis explicativas com o nível de DCI.
Branswijck (2012)	Utilizando uma amostra de 55 empresas da Bélgica e Países Baixos de (2005-2009), foi utilizado um quadro de codificação de 86 itens para realizar a AC para investigar o prospeto e o relatório anual.
Haji e Ghazali (2012)	Foi construída uma lista de controlo para medir a extensão e qualidade da DCI nos relatórios anuais das empresas da Malásia. A extensão da DCI foi medida numa base dicotómica (0, 1) enquanto a qualidade da DCI foi medida utilizando uma escala de quatro pontos (0-3), através de uma AC.
Joshi et al. (2012)	Usando a AC, o estudo analisa as 20 maiores empresas por capitalização bolsista cotadas na Bolsa de Valores de Bombay na Índia e na Bolsa de Valores Australiana no ano 2007-2008.
Liao et al. (2013)	É construído um índice de DCI. A AC é utilizada para codificar os 100 relatórios anuais de acordo com uma escala de cinco pontos.
Farooq e Nielson (2014)	A DCI foi calculada a partir das demonstrações financeiras aplicando um índice de divulgação

Silva et al. (2014)	A AC foi utilizada para examinar os relatórios de CI de 5 empresas de conhecimento intensivo e 5 empresas tradicionais baseadas em produtos cotadas na Bolsa de Valores da Nova Zelândia durante 2004-2010.
Too e Yusoff (2015)	A AC dos prospectos de IPO foi utilizada para 331 empresas que foram admitidas à cotação entre 2002 e 2008. A extensão da divulgação foi calculada através da aplicação de um índice de divulgação
Melloni (2015)	Foi realizada uma AC de todos os relatórios disponíveis no web site do Conselho Internacional de Relatórios Integrados.
Goebel (2015)	Foi realizada uma AC de 428 relatórios de gestão de grupo de empresas alemãs cotadas em bolsa para relatórios de CI exigidos, recomendados e voluntários.
Goebel (2015)	É realizada uma AC de 428 relatórios de gestão alemães, capturando as pontuações dos relatórios de CI. As relações das pontuações de CI para diferentes combinações de itens de CI amplamente utilizados são analisadas mais aprofundadamente numa análise de correlação.
Low et al. (2015)	Foi desenvolvido um quadro de CI para medir os relatórios de CI no setor universitário. A AC foi utilizada para analisar os relatórios anuais de 2011 antes da realização de uma análise comparativa trienal de 90 universidades.
Bini et al. (2016)	É feita uma AC da divulgação do modelo de negócio apresentado no Relatório Estratégico de 35 empresas britânicas cotadas do setor de alta tecnologia.
Wang et al. (2016)	Foi realizada uma AC ao CI divulgado no relatório anual das 20 empresas cotadas por capitalização bolsista na bolsa de Shenzhen ou Shanghai e as maiores 20 empresas cotadas na bolsa indiana.
Cabrita et al. (2017)	A metodologia inclui a recolha de dados secundários (relatórios anuais e websites) junto dos 28 bancos que operam em Portugal, e entrevistas semiestruturadas de 25 gestores bancários. A AC é aplicada utilizando um índice construído com base em dois quadros europeus - <i>Intellectus</i> e <i>InCaS</i> .
Garanina e Dumay (2017)	Utilizando a AC, o estudo analisa os prospectos para determinar a extensão da DCI.
Sharma e Dhami (2017)	Foram analisados os relatórios anuais de 2004-2005 a 2013-2014 de 20 empresas dos setores farmacêutico, metais básicos, manufatura industrial, energia, serviços financeiros e tecnologia da informação.
Sangioni e Siboni (2017)	A AC foi aplicada a um grupo de Relatórios Sociais Voluntários emitidos por universidades italianas. Foi, também, submetido um inquérito a todos os gestores de topo das universidades italianas.
Yang (2018)	É realizada uma AC de 610 relatórios anuais de empresas australianas cotadas na <i>Australian Securities Exchange 200</i> .
Duff (2018)	Usando a AC, o estudo investiga a DCI nos relatórios anuais das empresas, relatórios de responsabilidade social corporativa, websites e materiais de recrutamento. A amostra para esta investigação baseia-se em 20 empresas de contabilidade profissional.
Ramírez e Tejada (2019)	A AC foi utilizada para analisar os websites e as redes sociais de todas as universidades públicas espanholas no ano 2019. Foi submetido um inquérito a

	todos os membros dos Conselhos Sociais das universidades públicas espanholas.
Beretta et al. (2019)	A AC é utilizada para analisar todos os relatórios das empresas europeias listadas de 2011 a 2016 disponíveis através da base de dados integrada de exemplos de práticas emergentes de relatórios.
Goebel (2019)	Foi realizada uma AC de 428 relatórios de gestão de um grupo de empresas alemãs.
Terblanche e Villiers (2019)	É realizada uma AC dos relatórios integrados de uma amostra de 40 empresas.
Parshakov e Shakina (2020)	A AC foi utilizada para analisar um grande volume de relatórios anuais de grandes empresas dos EUA.
Salvi et al. (2020)	Os autores empregam a AC para medir os níveis de DCI sobre uma amostra de 164 relatórios integrados.
Onuoha et al. (2020)	Foram recolhidos dados de um inquérito de 271 informadores e feita uma AC dos relatórios anuais de 12 <i>Deposit Money Banks</i> na Nigéria.
Rosi et al. (2021)	Foi aplicada uma AC às 83 empresas que surgem como as empresas mais éticas do mundo.

Fonte – Elaboração Própria

3.3 Investigações futuras propostas nos estudos sobre a Divulgação do Capital Intelectual

No que respeita às investigações futuras sugeridas nos artigos constantes da amostra, importa salientar que a maior parte dos estudos apresenta um conjunto de propostas similares. Apenas 32 estudos sugerem investigações futuras que podemos considerar como distintas da maioria.

De acordo com a RSL, é proposta a **utilização de métodos de investigação que não a AC**, como questionários ou entrevistas. Tal é proposto em artigos com foco na Natureza, Extensão e Qualidade da DCI, Yi e Davey (2010), sugerem a aplicação de métodos de investigação que não a AC (por exemplo, inquérito por questionário, entrevistas ou um método misto) a fim de obter uma visão mais aprofundada de como as empresas chinesas gerem e reportam o seu CI. Cinquini et al. (2012), referem que estudos qualitativos poderiam ser importantes para compreender o que os agentes do mercado financeiro, tais como analistas do lado da compra, analistas do lado da venda e gestores de fundos, pensam da presença e das características de qualidade da DCI voluntária nos relatórios de sustentabilidade. Yang (2018), recomenda alargar o estudo atual da DCI e gestão de lucros a um exame detalhado a partir de uma perspetiva diferente, utilizando métodos

diferentes, por exemplo, realizar entrevistas ou inquéritos para examinar as percepções dos diretores sobre a DCI e como percebem o papel da DCI na gestão dos lucros da empresa. Observa-se, ainda, a sugestão de métodos de investigação alternativos à AC em artigos com ênfase na Percepção da DCI pelos Stakeholders, Abhayawansa e Abeysekera (2009), recomendam que a futura investigação sobre o uso/divulgação de informação CI por analistas do lado das vendas utilize uma combinação de métodos para aumentar a validade e fiabilidade dos resultados. Ousama et al. (2011), Chiucchi (2013) e Cabrita et al. (2017) esperam que a investigação futura possa ser alargada de modo a permitir uma compreensão mais abrangente da DCI, e que sejam aplicados outros métodos de investigação que não a AC, por exemplo, inquéritos, entrevistas ou métodos mistos. Também em artigos onde é abordada a Relação entre *Initial Public Offering* e a DCI é proposto a utilização de métodos de investigação diferentes. Rashid et al. (2012) afirma que embora a análise de regressão múltipla seja o modelo de regressão mais comum utilizado na análise dos determinantes da DCI, seria interessante observar os resultados da utilização de diferentes métodos. Em artigos com foco na DCI nas Universidades, Low et al. (2015) afirma que outros métodos de investigação poderiam ser adotados, por exemplo, as entrevistas ou questionários poderiam provavelmente gerar dados adicionais para enriquecer a compreensão da prática de DCI. Ramírez e Tejada (2019), sugerem expandir a amostra a uma comunidade de representação mais ampla, realizando uma série de entrevistas com grupos selecionados de pessoas, o que poderia gerar conhecimentos mais profundos e a recolher ideias adicionais sobre os benefícios da introdução de relatórios obrigatórios do CI. Finalmente, num artigo que visa estudar A DCI nos Relatórios Integrados, Terblanche e Villiers (2019) sugerem explorar com maior profundidade as relações identificadas no artigo utilizando uma amostra maior, diferentes locais e outros métodos, tais como estudos de casos e entrevistas com a gerência para compreender o processo de elaboração de relatórios CI nos relatórios integrados.

A **utilização de meios de divulgação alternativos aos relatórios anuais** foi sugerido em alguns artigos que investigam as Práticas da DCI. Abeysekera (2008), sugere a utilização de meios de divulgação alternativos aos relatórios anuais (como páginas web), para fornecer provas corroborativas na investigação das práticas da DCI, assim como, Haji e Ghazali (2012) e Sharma e Dharni (2017), também defendem a análise das divulgações de CI nas páginas web em conjunto com os relatórios anuais por forma a

mostrar uma avaliação mais abrangente da DCI. Também em artigos com foco na Natureza, Extensão e Qualidade da DCI, Cinquini et al. (2012), incentivam a investigação da DCI voluntária nos relatórios de sustentabilidade através de comparações internacionais, comparando também a DCI em diferentes tipos de documentos, tais como relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade e apresentações de analistas financeiros. Com o tema DCI nas Universidades, Low et al. (2015), sugere examinar a divulgação do CI nos sítios Web das universidades.

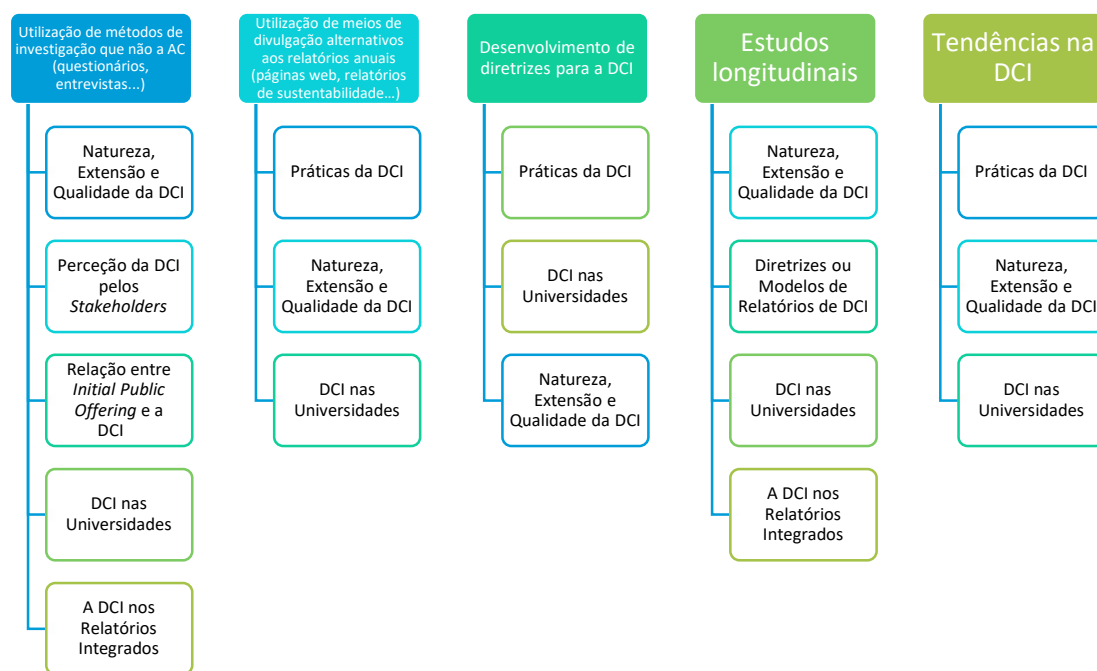
Alguns autores incitam, ainda, a **criação de modelos ou diretrizes para a DCI**, no entanto é necessário referir que este é um tema já explorado, como podemos verificar através da RSL. No que concerne a artigos com base nas Práticas da DCI, Guthrie e Petty (2000) sugerem a aplicação dos modelos existentes de modo a determinar qual o quadro que melhor se adequa à DCI. Ainda, sugerem a sofisticação do modelo apresentado com vista a avaliar a qualidade da divulgação nos relatórios anuais. Ordóñez de Pablos (2002), defende que a investigação futura se deve concentrar no desenvolvimento de diretrizes de CI e na sua harmonização, sendo que os investigadores devem analisar a DCI nas empresas pioneiras de modo a recolher as melhores experiências de aprendizagem. No que respeita à Natureza, Extensão e Qualidade da DCI, Yi e Davey (2010), afirmam que devido à falta de um modelo geralmente aceite para a elaboração de relatórios do CI, prosseguir o trabalho na área de desenvolvimento de um modelo de DCI que é aplicável às empresas chinesas. Ainda em artigos onde é abordada a DCI nas Universidades Low et al. (2015), sugerem, também, o desenvolvimento de um quadro para assistir as organizações na apresentação voluntária de relatórios de CI.

Constata-se, ainda, a sugestão de **elaboração de estudos longitudinais**. No que respeita a artigos com o foco na Natureza, Extensão e Qualidade da DCI, Bozzolan et al. (2003) sugere alargar a análise numa base longitudinal com o objetivo de monitorizar o progresso e desenvolvimento das práticas de elaboração de relatórios de CI. Yi e Davey (2010) defendem que um estudo longitudinal poderia ser realizado para ver a tendência das práticas de divulgação durante o período. Wang et al. (2016) afirma que a investigação futura pode expandir a dimensão da amostra para obter uma visão geral da DCI, e conduzir um estudo longitudinal. Duff (2018), sugere um estudo longitudinal para captar a tendência das práticas de relato de modo a considerar abordagens narrativas e discursivas da DCI e alargar o trabalho prévio numa avaliação da utilização de tecnologias

em desenvolvimento, tais como as redes sociais. Com foco no estudo de Diretrizes ou Modelos de Relatórios de DCI, Schaper et al. (2017), incentiva a realização de estudos longitudinais às práticas de comunicação de CI ao longo do tempo e o estudo dos canais de comunicação para a DCI. No que se refere à DCI nas Universidades, Ramírez e Tejada (2019), propõe que a investigação pode ser mais desenvolvida através de uma análise longitudinal e de uma comparação transnacional, com o objetivo de compreender melhor até que ponto a divulgação online de CI é específica de cada país ou é um fenômeno que cresce ao mesmo ritmo em todo o mundo. Finalmente, com o intuito de estudar A DCI nos Relatórios Integrados, Terblanche e Villiers (2019) sugerem um estudo longitudinal comparando a DCI antes e depois do relatório integrado.

De modo a averiguar as **tendências da DCI** e com base nas Práticas da DCI, Abeysekera (2008), sugere um melhoramento do seu estudo com vista a aumentar a amostra de modo a proporcionar uma tendência na DCI. Yi e Davey (2010), através do estudo longitudinal propõem, ainda, a análise das tendências das práticas de DCI, onde o foco do artigo reside na Natureza, Extensão e Qualidade da DCI. No que se refere ao estudo da DCI nas Universidades, Ramírez e Tejada (2019), propõe a análise das tendências da DCI com o objetivo de compreender melhor até que ponto a divulgação online de CI é específica de cada país ou é um fenômeno que cresce ao mesmo ritmo no mundo.

Figura 3 - Principais temas para as futuras investigações



Fonte – Elaboração Própria

Constatou-se que em 32 estudos são propostas investigações futuras que não se enquadram nos cinco grupos acima identificados, encontrando-se, assim, resumidos na tabela 2.

Tabela 2 – Outras investigações futuras propostas nos estudos sobre a Divulgação do Capital Intelectual

Autores	Proposta Para Futura Investigação
Petty e Guthrie (2000)	Sugerem pesquisas que permitam identificar o que motiva as empresas a mensurar o CI. Ainda, sugerem pesquisas relacionadas com os efeitos atuais e antecipados da DCI, qual a eficiência ou se é viável gerar informação sobre o CI a partir de um custo/benefício. Os autores incutem também, pesquisas sobre os métodos atuais de mensuração do CI e se podem vir a ser melhorados, se a informação sobre o CI é transparente, robusta, fiável e verificável, se deve ser auditável e onde deve ser apresentada/reproduzida.
Guthrie e Petty (2000)	Continuação do trabalho na área do conhecimento do CI para a perceção do que poderá influenciar a tomada de decisões.

Chaminade e Johansom (2003)	Sugerem que na agenda futura devem ser colocadas questões culturais na investigação da DCI.
Goh e Lim (2004)	Apontam que o estudo se centra apenas em empresas lucrativas de topo e que a investigação futura poderia estudar as principais empresas produtoras de receitas para verificar se a DCI acontece nessas empresas. Sugerem a realização de um estudo para analisar como a DCI pode contribuir para o desempenho global da empresa.
Meca (2005)	Sugere a análise da relevância do valor da informação sobre o CI para a avaliação do mercado e para examinar se as avaliações bolsistas são influenciadas pela informação sobre o CI contidos nos relatórios dos analistas financeiros.
Johanson et al. (2006)	Sugerem investigação ao tipo de orientação que é importante na perspectiva do controlo de gestão, se é possível obter um consenso sobre a necessidade de divulgar, o que divulgar, e como divulgar o CI.
White et al. (2007)	Investigação de práticas de gestão de ativos intangíveis de modo a averiguar se contribuem para uma cultura firme de informação aberta, por exemplo, se a prática de uma gestão eficaz da propriedade intelectual pode estar relacionada com a DCI voluntária de alto nível.
Singh e Zahn (2007)	Declaram que a investigação futura pode procurar desenvolver um método de pesquisa para determinar precisamente como os emissores estão a utilizar a DCI no processo de IPO. Isto pode envolver: um exame mais atento da natureza exata da DCI, da colocação precisa da DCI no prospeto, ou da DCI no prospeto em relação a divulgações relacionadas através de outros mecanismos (ou seja, relatórios dos meios de comunicação social ou relatórios de analistas financeiros).
Abhayawansa e Abeysekera (2009)	Afirmam que a pesquisa futura poderia examinar como a teoria da sinalização pode interpretar tanto a utilização como a divulgação de informação de CI pelos analistas do lado da venda.

Abeysekera (2010)	Declara que um estudo futuro pode examinar os atributos dos membros do conselho e a influência de cada atributo na divulgação estratégica e tática do CI.
Abeysekera (2011)	Sugere examinar o CI por categorias de divulgação, e/ou itens de CI, sugere que um estudo quantitativo num cenário político estável pode acrescentar uma nova dimensão às conclusões de Mouritsen et al. (2001), resultantes de estudos de caso, segundo as quais a interação de estratégias de DCI informa as atividades "relevantes em termos de valor" para os investidores. Um estudo futuro pode também explicar outras medidas de desempenho financeiro relevantes para os investidores para investigar o valor preditivo do CI. E, ainda, sugere que uma investigação futura poderá determinar a associação de estratégias de DCI com o retorno atual das ações.
Joshi et al. (2012)	Sugerem que uma amostra alargada e o prolongamento do período de tempo do estudo para estudos comparativos de DCI pode fornecer mais conhecimentos sobre as práticas de DCI. Pode ser feito um esforço na comparação da DCI feita por diferentes setores industriais e as divulgações comparativas de CI podem ser estudos com referência a determinantes financeiros e não financeiros de divulgações voluntárias por parte das empresas que operam em diferentes ambientes.
Husin et al. (2012)	Afirma que a utilização de AC, em investigações futuras, para medir outros tipos de qualidade de divulgação, tais como a DCI no relatório anual, poderia aperfeiçoar ainda mais a metodologia utilizada.
Branswijck e Everaert (2012)	Sugerem a análise do efeito do compromisso de divulgação sobre o valor firme e o custo do capital, em investigações futuras.
Graaf (2013)	Defende que a investigação futura deve enfatizar a forma como a DCI é legitimada num contexto específico e explorar mais a interligação da informação financeira e não financeira.

Silva et al. (2014)	Sugere a utilização de uma amostra maior para examinar as diferenças entre empresas intensivas em conhecimento e empresas tradicionais baseadas em produtos, sugere também que uma abordagem qualitativa poderia ser utilizada para aumentar o conhecimento sobre as razões pelas quais as organizações reportam a informação sobre o CI, da forma como o fazem e examinar se o aumento no capital humano reportado está associado a um reconhecimento crescente por parte das organizações do valor dos empregados e da necessidade de se envolverem na gestão do conhecimento.
Abhayawansa (2014)	Incita a avaliação dos pontos fortes e fracos das diretrizes e modelos resumidos no estudo.
Liu et al. (2014)	Defende que a investigação futura deve testar a validade do modelo para outros tipos de empresas transculturais, por exemplo, os hotéis internacionais e que o estudo empírico deve ser realizado em diferentes países
Goebel (2015)	Sugere a investigação da importância atribuída aos relatórios de CI pelos reguladores e avaliação das potenciais razões pelas quais determinados componentes de CI podem ser exigidos ou recomendados.
Too e Yusoff (2015)	Para investigações futuras, sugerem determinar se a DCI é complementar a outros tipos de divulgação na redução da assimetria de informação de potenciais investidores no mercado primário e um estudo de divulgação sobre elementos de CI noutra meio de informação para outros objetivos de decisão, tais como a emissão de obrigações de empresas.
Low et al. (2015)	Afirma que a diferenciação das universidades públicas ou privadas, pequenas ou grandes e mesmo pela sua estrutura organizacional (centralizada ou descentralizada) poderia fornecer mais informações sobre a extensão e qualidade da DCI.
Melloni (2015)	Sugere avaliar a DCI em todos os relatórios integrados a fim de obter uma imagem mais completa do comportamento das empresas em matéria de relatórios. As dimensões da

	amostra poderiam ser alargadas, de modo a permitir outras conclusões.
Dumay e Guthrie (2017)	Enfatizam a investigação da DCI involuntária.
Lardo et al. (2017)	Sugerem que os resultados da investigação poderiam ser mais desenvolvidos, através da expansão da análise a outros clubes de futebol ou a diferentes desportos. A análise de como a divulgação involuntária de CI individual pode afetar o CI de uma empresa é outra questão a considerar.
Yang (2018)	Sugere examinar a DCI e as suas implicações para outros aspetos do benefício da empresa, tais como a reputação da empresa.
Berardino e Corsi (2018)	Sugerem observações aos centros de investigação públicos, que têm organizações e operações diferentes das universidades, para verificar como o modelo de avaliação da qualidade permite a DCI através de várias entidades de conhecimento dentro do mesmo país. A investigação da DCI nas universidades com uma cultura de CI madura, verificaria a utilidade real da apresentação voluntária de relatórios em comparação com a apresentação obrigatória de relatórios de qualidade.
Rossi et al. (2018)	Sugere deslocar a atenção para a forma como os stakeholders veem o CI nas universidades e quais são as suas necessidades de informação no que diz respeito às componentes do CI.
Ramírez e Tejada (2019)	Recomendam, a comparação das diferenças entre os relatórios de CI nas universidades públicas e privadas, considerando que as universidades públicas tendem a ser menos ativas na divulgação online.
Beretta et al. (2019)	Incitam a exploração das distinções da DCI em diferentes secções de relatórios integrados, investigar diferenças nas práticas entre continentes ou tipos de países, considerar o desenvolvimento de medidas personalizadas de qualidade de divulgação, uma vez que a análise de conteúdo com codificação automática é uma prática emergente na contabilidade, procurar investigar as razões pelas quais as empresas decidem não divulgar informação não financeira

Parshakov e Shakina (2020)	Sugerem que o estudo seria enriquecido por uma comparação de diferentes contextos institucionais, tais como os dos países emergentes. Consideram, ainda, que a divulgação involuntária, que está a crescer na internet, pode ser considerada para uma investigação mais aprofundada. Propõem, também, que a investigação futura deve centrar-se na integração da AC exploratória e confirmatória para a DCI, a fim de desenvolver um ciclo metodológico completo que permita uma análise mais abrangente.
Salvi et al. (2020)	Sugerem a exploração dos efeitos adicionais da DCI, tais como o seu efeito sobre o valor da empresa, custo da dívida e capitalização do mercado.
Alves et al. (2020)	Afirma que uma investigação futura deve concentrar-se na utilização de CI em diferentes contextos, tais como cuidados de saúde, educação, transportes, construção e turismo.

Fonte – Elaboração Própria

3.4 Principais teorias abordadas nos estudos sobre a Divulgação do Capital Intelectual

No que concerne às teorias abordadas nos estudos da DCI verifica-se, através da análise dos artigos que compõem a amostra, que dos 109 artigos, apenas 48 adotam diferentes teorias. Nesses artigos são referidas 22 teorias distintas (ver apêndice III).

A RSL revela que uma das teorias mais adotadas ao longo da amostra é (ver Tabela 2) a **Teoria da Agência**, referida em 20 artigos. A **Teoria dos Stakeholders** é adotada em 19 artigos, assim como a **Teoria da Legitimidade** indicada em 19 artigos. Outra teoria imensamente referenciada é a **Teoria da Sinalização**, abordada em 14 artigos.

An et al. (2011) demonstraram uma relação entre as quatro teorias mencionadas (ver Figura 4), como base para explicar a divulgação voluntária de informação. Isto poderá elucidar a frequência com que estas teorias são referidas nos artigos analisados.

Figura 4 – Relação entre as teorias



Fonte – Adaptado de An et al. (2011)

Constata-se, assim, que a teoria da agência e a teoria dos *stakeholders* apresentam o conceito da assimetria da informação e os *stakeholders* como conceitos inter-relacionados. A teoria dos *stakeholders* e a teoria da legitimidade revelam os conceitos da prestação de contas e legitimidade organizacional como conceitos inter-relacionados. A teoria da legitimidade e a teoria da sinalização apresentam como inter-relação os conceitos da sinalização e legitimidade organizacional. Finalmente, a teoria da sinalização e a teoria da agência apresentam como conceitos inter-relacionados a informação assimétrica e a sinalização.

Tabela 3 – Teorias mais abordadas na amostra

Teoria	Autores	Teoria	Autores
Teoria da Legitimidade	Guthrie e Petty (2000)	Teoria da Agência	Ng (2006)
	Guthrie et al. (2004)		Abeysekera (2006)
	Abeysekera (2006)		White et al. (2010)
	Guthrie et al. (2006)		Abeysekera (2007)
	Oliveira et al. (2010)		Schneider e Samkin (2008)
	An et al. (2011)		Singh et al. (2009)
	Dumay e Cai (2014)		White et al. (2010)
	Too et al. (2015)		An et al. (2011)
	Goebel (2015)		Dumay (2016)
	Schaper (2016)		Schaper (2016)
	Cabrita et al. (2017)		Garanina e Dumay (2017)
	Dumay e Guthrie (2017)		Cuozzo et al. (2017)
	Rossi et al. (2018)		Dumay e Guthrie (2017)

	Dumay et al. (2019) Ramírez e Tejada (2019) Beretta et al. (2019) Parshakov e Shakina (2020) Salvi et al. (2020) Rossi et al. (2021)		Habersam et al. (2018) Dumay et al. (2019) Beretta et al. (2019) Goebel (2019) Parshakov e Shakina (2020) Salvi et al. (2020) Rossi et al. (2021)
Teoria dos <i>Stakeholders</i>	Guthrie e Petty (2000) Guthrie et al. (2004) Abeysekera (2006) Guthrie et al. (2006) Oliveira et al. (2010) White et al. (2010) An et al. (2011) Ousama et al. (2011) Branswijck e Everaert (2012) Dumay e Cai (2014) Too e Yusoff (2015) Schaper (2016) Cabrita et al. (2017) Rossi et al. (2018) Dumay et al. (2019) Ramírez e Tejada (2019) Beretta et al. (2019) Parshakov e Shakina (2020) Dameri e Ferrando (2020)	Teoria da Sinalização	Abeysekera (2006) Singh et al. (2007) An et al. (2011) Rashid et al. (2012) Silva et al. (2014) Too e Yusoff (2015) Dumay (2016) Schaper (2016) Cabrita et al. (2017) Yang (2018) Dumay et al. (2019) Beretta et al. (2019) Salvi et al. (2020) Onuoha et al. (2020)

Fonte – Elaboração Própria

Na amostra, constata-se, também, em 3 artigos (Ng, 2006; Bontis et al. 2007; Schaper et al.) a referência à Teoria dos Jogos. Em 4 artigos (Chiucchi, 2013; Dumay, 2016; Schaper et al. 2017; Lardo et al. 2017) é também mencionada a Grande Teoria.

As restantes teorias abordadas, surgem apenas num único artigo, nomeadamente: a Teoria da Economia Clássica (Guthrie e Petty, 2000), a Teoria da Contabilidade Financeira (Ng, 2006), a Teoria da Estruturação (Johanson et al. 2006), a Teoria do Sistema (Bontis et al. 2007), a Teoria Microeconómica (Bontis et al. 2007), a Teoria Baseada na Liquidez (Kristandl e Bontis, 2007), a Teoria da Escolha Pública (Schneider e Samkin, 2008), a Teoria dos Conjuntos (Choong, 2008), a Teoria da Dependência dos Recursos (Abeysekera, 2010), a Teoria do Capital Humano (Schaper, 2016), a Teoria do Capital Social (Schaper, 2016), a *Actor-Network Theory* (Schaper, 2016), a Teoria da Sociologia Neo-Institucional (Berardino e Corsi, 2018), a Teoria Institucional (Duff, 2018), a Teoria

da Administração (Dumay et al. 2019) e a Teoria dos Custos Proprietários (Onuoha et al. 2020).

CAPÍTULO IV – ANÁLISE COMPLEMENTAR DOS DADOS

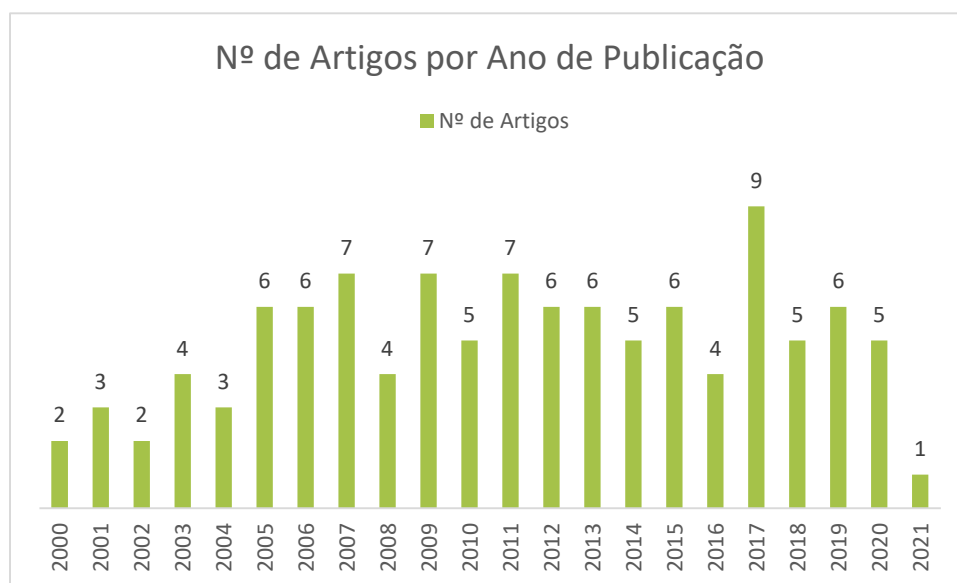
A partir da análise dos artigos, foi possível obter resultados complementares, de cariz bibliométrico, que serão apresentados neste capítulo, nomeadamente: o ano com maior número de publicações; os países e os continentes onde foram realizados os estudos dos artigos; o número de citações por artigo; o número de autores por artigo; o número de artigos publicados por autor e, ainda, as palavras-chave mais frequentes.

4.1 Ano com maior número de publicações

Através da análise dos artigos (ver figura 5), constata-se um ligeiro aumento no número de publicações no JIC no ano de 2005. Tal incremento poderá estar relacionado com o terceiro estágio de investigação em CI, com início no ano de 2004 e, também com a edição especial do JIC intitulada “*IC at the crossroads – theory and research*”, uma vez que este estágio se caracteriza pela indagação do desenvolvimento da teoria do CI. A partir desse momento, as publicações mantiveram um valor relativamente constante.

Contudo, no ano de 2017, ano com maior número de publicações (9 artigos), é de notar um pico nas publicações do JIC, no que concerne à DCI, o qual poderá ser motivado pelo quarto estágio de investigação do CI, caracterizado pela exploração do impacto do CI na sociedade e no ambiente.

Figura 5 - Número de artigos publicados por ano



Fonte – Elaboração Própria

4.2 Países e continentes onde foram realizados os estudos dos artigos

Tendo em consideração amostra total dos artigos (109 artigos), 67 artigos foram aplicados em 25 países diferentes (ver tabela 3). Através da RSL, foi possível concluir que os estudos se caracterizam pela DCI numa determinada organização de um país ou na comparação da DCI em organizações de vários países.

Constata-se que a Austrália (12 estudos) e o Reino Unido (9 estudos) são os países onde foram aplicados mais estudos (ver tabela 3). Seguem-se a Itália e a Alemanha com 8 estudos e a Malásia com 6 estudos. Ainda a Espanha, Índia, Dinamarca e Singapura com 4 estudos. Por sua vez, no Japão, Nova Zelândia, Áustria, Países Baixos e Sri Lanka foram realizados 3 estudos. Os EUA, China, Portugal e Suécia com 2 estudos. Finalmente, a África do Sul, Canadá, Quênia, Nigéria, França, Irlanda e Bélgica com apenas 1 estudo. É de notar que uma grande parte dos estudos é realizada em países industrializados (por exemplo, Austrália, Reino Unido e Itália) e, por outro lado, os países com menos estudos aplicados são países com economias emergentes (por exemplo, África do Sul, Quênia e Nigéria). Importa referir, que vários artigos foram aplicados em mais do que um país.

Tabela 4 - Número de estudos por país

País	Nº de Estudos
Austrália	12
Reino Unido	9
Itália	8
Alemanha	8
Malásia	6
Espanha	4
Índia	4
Dinamarca	4
Singapura	4
Japão	3
Nova Zelândia	3
Áustria	3
Países Baixos	3

Sri Lanka	3
EUA	2
China	2
Portugal	2
Suécia	2
África do Sul	1
Canadá	1
Quênia	1
Nigéria	1
França	1
Irlanda	1
Bélgica	1

Fonte – Elaboração Própria

Posto isto, é possível analisar qual o continente com mais estudos realizados (ver tabela 4). Assim, 46 estudos foram aplicados em países pertencentes ao continente europeu, 22 foram aplicados na Ásia, 15 na Oceania e 8 em África. Por último, o continente americano serviu de contexto a 3 estudos.

Tabela 5 - Número de estudos por continente

Continente	Nº de Estudos
Europa	46
Ásia	22
Oceania	15
África	3
América	3

Fonte – Elaboração Própria

4.3 Número de citações por artigo

Conforme é possível observar através da tabela 5, dos 109 artigos pertencentes à amostra, 16 artigos têm 100 ou mais citações. Os restantes artigos apresentam menos de 100 citações por publicação (ver apêndice IV). Petty e Guthrie (2000) têm publicado o artigo com mais citações (702 citações). Os autores revêm a literatura mais significativa sobre o CI de modo a permitir uma compreensão útil de como e do porquê da evolução do CI nas importantes contribuições teóricas e empíricas relacionadas com a DCI. Verifica-se,

ainda, que os artigos com um maior número de citações são os mais antigos, no entanto, Dumay (2016) destaca-se com um artigo relativamente recente, em comparação com os outros autores, com 193 citações. O autor oferece uma reflexão crítica sobre o futuro da DCI. Para além disso, desenvolve uma análise crítica do impacto da elaboração de relatórios de CI que considera relevante devido ao novo e ressurgente interesse pelo CI, com base no impulso para a elaboração de relatórios integrados.

Tabela 6 - Número de citações por artigo

Autor	Nº de Citações
Petty e Guthrie (2000)	702
Guthrie et al. (2004)	540
Guthrie e Petty (2000)	414
Bozzolan et al. (2003)	306
Guthrie et al. (2006)	237
Marr et al. (2004)	216
Williams (2001)	206
Dumay (2016)	193
Ordóñez de Pablos (2002)	160
Abdolmohammadi (2005)	153
Ordóñez de Pablos (2003)	136
Goh e Lim (2004)	134
April et al. (2003)	133
Choong (2008)	130
Abeysekera (2006)	103
Vandemaële et al. (2005)	100

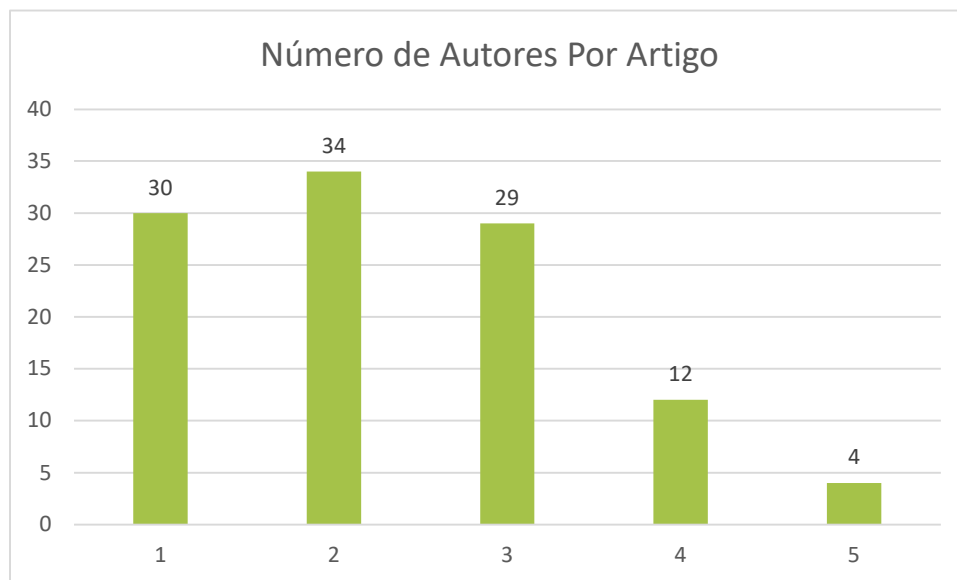
Fonte – Elaboração Própria

4.4 Número de autores por artigo

É possível verificar, através da figura 6, que apenas 30 artigos foram publicados por um autor, o que corresponde a 27% da amostra. O número de autores mais frequente é de dois autores por artigo (34 artigos) ou de três autores (29 artigos), o que significa que 58% dos artigos foram publicados por dois ou três autores. Seguidamente, por quatro autores, foram escritos 12 artigos, o que representa 11% da amostra. Por último, o número máximo

de autores que publicaram um artigo é de cinco e surge em 4 artigos, representando 4% da amostra. Em suma, verifica-se que 73% dos artigos foram publicados em coautoria.

Figura 6 – Número de autores por artigo



Fonte – Elaboração Própria

4.5 Número de artigos publicados por autor

No que concerne ao número de publicações por autor, constata-se que na amostra final (109 artigos), 190 autores estiveram envolvidos nos estudos. Desses 190 autores, apenas 34 publicaram dois ou mais artigos (ver tabela 6), o que representa 18% dos autores. Os autores Alwert, Bart, Bontis, Bornemann, Cai, Demartini, Farneti, Johanson, Lee, Low, Mouritsen, Rodrigues, Rossi, Samkin, Schaper, Schneider, Sharma, Silva, Skoog, Vergauwen, White e Zahn publicaram 2 artigos. Abhayawansa, Bukh, Goebel, Ordonez de Pablos, Ricceri e Singh publicaram 3 artigos. Nielsen e Petty publicaram 4 artigos. Finalmente, Davey publicou 5 artigos, Abeysekera e Guthrie escreveram 6 artigos e Dumay 9 artigos. Os restantes autores publicaram apenas 1 artigo (ver apêndice V). Considerados estarem entre “os pais” da investigação sobre o CI, é deste modo explicado, o número de artigos publicados por Dumay, Abeysekera e Guthrie no que a este tema diz respeito.

Tabela 7 - N° de artigos publicados por autor

Autor	N° de Artigos
Dumay	9

Abeysekera	6
Guthrie	6
Davey	5
Nielsen	4
Petty	4
Abhayawansa	3
Bukh	3
Goebel	3
Ordonez de Pablos	3
Ricceri	3
Singh	3
Alwert	2
Bart	2
Bontis	2
Bornemann	2
Cai	2
Demartini	2
Farneti	2
Johanson	2
Lee	2
Low	2
Mouritsen	2
Rodrigues	2
Rossi	2
Samkin	2
Schaper	2
Schneider	2
Sharma	2
Silva	2
Skoog	2
Vergauwen	2
White	2
Zahn	2

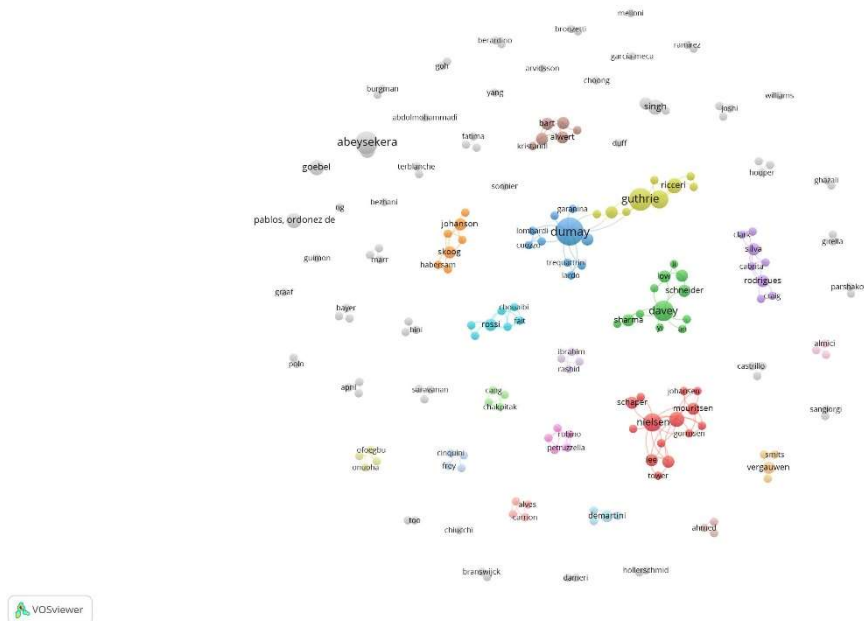
Fonte – Elaboração Própria

Através da utilização do *software* VOS viewer, foi possível analisar os artigos publicados em coautoria. Este *software* permite analisar graficamente a afinidade dos termos, que depende da distância entre os artigos. Assim, quanto menor a distância entre os termos, mais forte será a relação entre eles. O VOS permite, também, agrupar os documentos com base em semelhanças, representando um determinado tópico. Finalmente, o tamanho dos pontos representa o valor da unidade em análise. Estes pontos mostram a importância relativa do campo em estudo (Belluci et al., 2020).

Conforme é possível observar através da figura 7, muitos artigos foram publicados em coautoria, uma vez que as linhas representam as ligações entre os autores, nomeadamente, as publicações escritas em conjunto. Verificou-se, assim, que em 79 artigos predomina a coautoria, o que equivale a 73% dos artigos, como já se havia constatado no ponto 4.4.

Através da análise da figura 7, é de realçar a predominância de quatro *clusters*, nomeadamente azul, amarelo, vermelho e verde. Constata-se assim que, no *cluster* azul, Dumay é o autor com mais artigos escritos em coautoria, existindo uma ligação com o *cluster* amarelo, dado que tem artigos escritos com autores pertencentes a este cluster. Guthrie é o autor com mais ligações no *cluster* amarelo, o que significa que escreveu vários artigos com outros autores. No *cluster* verde, predomina Davey com mais coautorias. Finalmente, Nielsen, no *cluster* vermelho, é o autor com mais artigos publicados em coautoria. Em ilação, apesar de existir a formação de um vasto número de *clusters*, os autores não trabalham juntos, todavia, Dumay e Guthrie contrariam esta tendência.

Figura 7 - Número de artigos publicados por autor

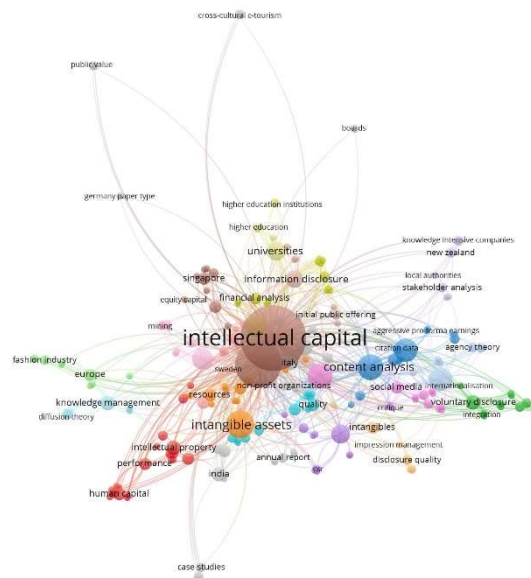


Fonte – Elaboração Própria

4.6 Palavras-chave mais frequentes

No que respeita às palavras-chave utilizadas, no total dos 109 artigos foram mencionadas 544 palavras-chaves das quais 245 distintas, o que significa que muitas delas foram indicadas em mais do que um artigo. Através da análise da figura 9, é de notar uma maior frequência das palavras-chave *intellectual capital*, *content analysis*, *universities* e *intangible assets*, relativamente às restantes.

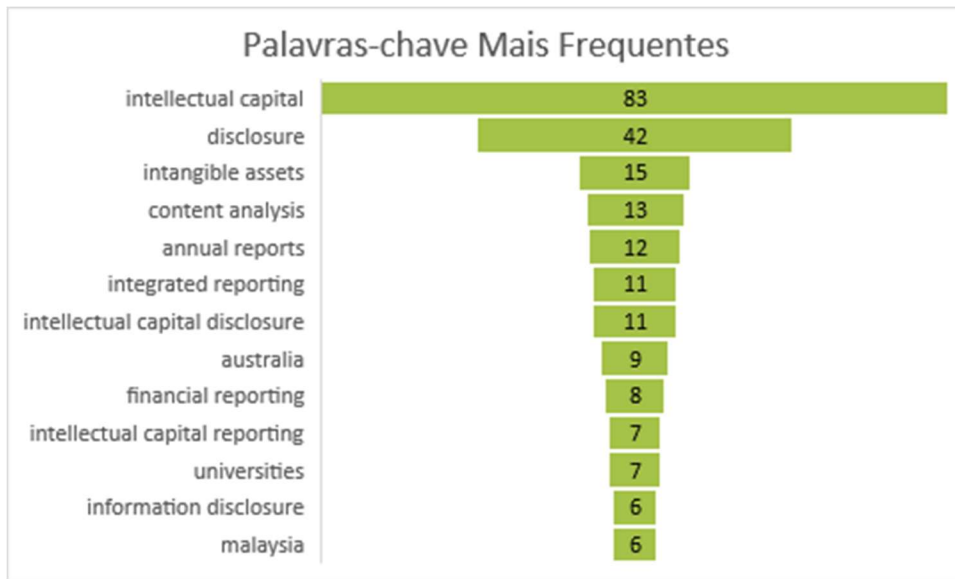
Figura 8 – Palavras-chave utilizadas nos artigos



Fonte – Elaboração Própria

Através da análise da figura 10, é possível afirmar que a palavra-chave mais recorrente é *intellectual capital*, repetida em 83 artigos, o que representa 76% da amostra. No entanto, existem outras palavras-chave predominantes como: *disclosure* (42 artigos), *intangible assets* (15 artigos), *content analysis* (13 artigos), *annual reports* (12 artigos), *integrated reporting* (11 artigos), *australia* (9 artigos), *financial reporting* (8 artigos), *intellectual capital reporting* (7 artigos), *universities* (7 artigos), *information disclosure* (6 artigos) e *malaysia* (6 artigos). As restantes palavras-chave foram mencionadas em 5 ou menos artigos (ver apêndice VI).

Figura 9 - Palavras-chave mais frequentes



Fonte – Elaboração Própria

Deste modo, é possível observar uma correspondência entre as palavras-chave que mais vezes foram mencionadas e as categorias mencionadas no capítulo III – Resultados. Por exemplo, a palavra-chave *content analysis* está diretamente ligada com os artigos da categoria **Análise de Conteúdo Como Metodologia Adotada**, ou ainda como a técnica adotada nas pesquisas, a palavra-chave *integrated reporting* com a categoria **A DCI nos Relatórios Integrados** e a palavra-chave *universities* com a categoria **DCI nas Universidades**.

Por outro lado, como observado no ponto 4.2, a Austrália e a Malásia são dos países com mais estudos na amostra com 12 e 6 artigos, respectivamente, o que justifica a ocorrência destas palavras-chave.

CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente capítulo serão analisadas as questões de investigação desta dissertação. Continuamente, são apresentados os contributos atingidos com esta dissertação. Finalmente, é feita uma reflexão sobre as limitações deste estudo e são evidenciadas orientações para investigações futuras no ramo da Divulgação do Capital Intelectual (DCI).

Com foco nas três questões de investigação (Q1 - Quais os principais temas abordados nos estudos sobre a Divulgação do Capital Intelectual?; Q2 - Quais as principais metodologias adotadas nos estudos sobre a Divulgação do Capital Intelectual?; Q3 - Quais as investigações futuras a realizar em função do estudo sobre a Divulgação do Capital Intelectual?; Q4: Quais as principais teorias adotadas nos estudos sobre a Divulgação do Capital Intelectual?), o propósito desta investigação consistiu em prover, através de uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), uma visão geral dos principais estudos sobre a DCI. Por forma a atingir o objetivo desta dissertação foram seguidas as linhas orientadoras do PRISMA e, seguidamente, procedeu-se à análise de todos os artigos publicados pelo *Journal of Intellectual Capital* (JIC), onde foram selecionados 109 artigos elegíveis para análise.

No que concerne aos resultados da primeira questão de investigação, foram identificadas inicialmente oito categorias e englobados os artigos com temas similares em cada uma delas. Assim, foram identificadas as seguintes categorias: (1) Práticas da DCI; (2) Natureza, Extensão e Qualidade da DCI; (3) Diretrizes ou Modelos de Relatórios de DCI; (4) Perceção da DCI pelos *Stakeholders*; (5) Análise de Conteúdo Como Metodologia Adotada; (6) Relação entre Initial Public Offering e a DCI; (7) DCI nas Universidades; (8) A DCI nos Relatórios Integrados. No entanto, 17 artigos da amostra não foram inseridos nas categorias definidas, uma vez que abordavam outras temáticas. A categoria Natureza, Extensão e Qualidade da DCI é a que compreende mais artigos, nomeadamente, 20 artigos. Contrariamente, os temas menos abordados ao longo da amostra são os inseridos nas categorias Análise de Conteúdo Como Metodologia Adotada e a Relação entre Initial Public Offering e a DCI, com apenas 6 artigos cada.

Relativamente aos resultados da segunda questão de investigação, de acordo com a análise dos estudos, constata-se a utilização de diferentes metodologias, sendo as metodologias quantitativas as mais utilizadas, em 49 artigos. As metodologias

qualitativas são adotadas em 42 artigos e, por último, as mistas em 18 artigos. Verificou-se, ainda, que a análise de conteúdo foi o método mais utilizado nos estudos da DCI, nomeadamente em 55 artigos. A utilização desta técnica incitou uma reflexão sobre a sua importância o que poderá ter motivado os vários estudos que incidiram sobre esta problemática, originando, deste modo, a categoria temática na resposta à primeira questão de investigação.

No que concerne à terceira questão de investigação, conclui-se que os autores tendem a sugerir estudos semelhantes, nomeadamente a utilização de métodos de investigação que não a AC (uma vez que, de acordo com resposta à segunda questão de investigação é o método mais utilizado nos estudos relativos à DCI), a utilização de meios de divulgação alternativos aos relatórios anuais (dado que, numa grande parte dos artigos, para finalidade de estudo, são analisados os relatórios anuais), a criação de modelos ou diretrizes para a DCI, a sugestão de elaboração de estudos longitudinais (o que poderá permitir uma análise à evolução da DCI) e, ainda, o estudo das tendências da DCI. É de notar, que 32 autores referem investigações futuras distintas das mencionadas.

Através da análise às teorias abordadas, conclui-se que 48 artigos abordam 22 teorias distintas. A teoria que surge mais vezes é a Teoria da Agência, seguidamente a Teoria da Legitimidade, a Teoria dos Stakeholders e a Teoria da Sinalização. De acordo com An et al., (2011) existe uma relação entre as quatro teorias mencionadas e servem como base para explicar a divulgação voluntária de informação. Isto explica a frequência com que estas teorias são referidas nos artigos analisados.

No que concerne especificamente à problemática da relação entre a DCI e a auditoria, constata-se que os principais estudos envolvem o *Corporate Governance*. (Li et al., 2012). É geralmente aceite que os comités de auditoria desempenham um papel importante na governação empresarial, particularmente no reforço da eficácia do conselho de administração no controlo da gestão. A este respeito, a literatura tem enfatizado a melhoria dos processos de relato financeiro como o contributo distintivo que um comité de auditoria eficaz pode dar, reduzindo assim as assimetrias de informação entre a gestão e as partes interessadas. Estudos anteriores examinaram o efeito da presença do comité de auditoria nos relatórios financeiros. Outros estudos, baseados principalmente nos EUA, examinaram a associação entre as características do comité de

auditoria, tais como independência, participação, conhecimentos financeiros e dimensão (como medidas da sua eficácia) e a qualidade das divulgações financeiras da empresa, demissão do auditor externo após a emissão de um relatório de continuidade, relatórios na internet e gestão de lucros. Em geral, as conclusões destes estudos indicam que os comités de auditoria são importantes nos processos de informação financeira. Contudo, não é claro se os resultados de estudos anteriores, particularmente os relativos à divulgação financeira, se estendem às práticas de DCI (Li et al., 2012). Ainda respeitante à auditoria, alguns autores procuram perceber se o tipo de auditoria afeta a DCI. Zakaria et al. (2018) afirma que o tipo de auditor afeta positiva e significativamente a DCI, dado que a independência dos seus auditores externos é um dos elementos importantes do controlo conduzido pela empresa. Uma auditoria independente conduzida por um gabinete de auditoria, cujos resultados são disponibilizados ao público, tem o efeito de aumentar a credibilidade de uma empresa, bem como de atrair investidores. O auditor externo é responsável por atuar como uma ponte entre a empresa e as suas partes interessadas. Quanto maior for a dimensão da empresa de auditoria externa independente, mais o auditor externo independente é capaz de proteger a reputação da empresa. Isto pode ser visto na qualidade da auditoria que é conduzida, em que os auditores externos independentes procurarão minimizar o grau de assimetria de informação que ocorre. Observa-se, assim, a existência de uma lacuna no que respeita aos estudos da auditoria aplicados à DCI.

Com base na RSL, constatamos que a auditoria tem sido negligenciada apesar da importância que esta revela na DCI. A realização de auditorias aos relatórios de CI permitiriam uma maior transparência das organizações. De facto, por vezes, e em conformidade com a teoria da legitimidade, as organizações tendem a divulgar apenas os aspetos positivos. Contudo, e conforme a revisão de literatura, os custos com auditorias são evidenciados no que respeita à DCI, o que nos leva a concluir que a auditoria já é posta em consideração no que a este tema diz respeito.

Com esta RSL, pretende-se dar um contributo teórico para a investigação da Divulgação do Capital Intelectual e preencher a lacuna que existe na literatura sobre o tema. Pretende-se, também, enfatizar a importância da auditoria na DCI. Relativamente aos contributos práticos, esta dissertação pode ser útil para os gestores das organizações. Através da

síntese dos vários estudos, é possível verificar as tendências atuais da DCI e o que pode ser explorado no sentido de criarem vantagens competitivas para as organizações.

Finalmente, a sua principal limitação está relacionada com a utilização de apenas uma revista científica para a realização da Revisão Sistemática da Literatura. Como ilação, para futuras investigações, seria interessante analisar o impacto de auditorias internas e externas aos relatórios de CI e qual a sua influência nos *stakeholders*, a fiabilidade dos relatórios de Capital Intelectual e, ainda, alargar a investigação a outras revistas indexadas nas bases de dados *ISI Web of Knowledge* e *Scopus*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdullah, D. F., & Sofian, S. (2012). The Relationship between Intellectual Capital and Corporate Performance. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 40(6), 537–541. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2012.03.227>
- Abeysekera, I. (2001). A Framework to Audit Intellectual Capital, *Journal of Knowledge Management Practice*, August 2001
- Abeysekera, I. (2006). The project of intellectual capital disclosure: Researching the research. *Journal of Intellectual Capital*, 7(1), 61–75. <https://doi.org/10.1108/14691930610639778>
- Abeysekera, I. (2007). Intellectual capital reporting between a developing and developed nation. *Journal of Intellectual Capital*, 8(2), 329–345. <https://doi.org/10.1108/14691930710742871>
- Abeysekera, I. (2008). Intellectual capital disclosure trends: Singapore and Sri Lanka. *Journal of Intellectual Capital*, 9(4), 723–737. <https://doi.org/10.1108/14691930810913249>
- Abeysekera, I. (2010). The influence of board size on intellectual capital disclosure by Kenyan listed firms. *Journal of Intellectual Capital*, 11(4), 504–518. <https://doi.org/10.1108/14691931011085650>
- Abeysekera, I. (2011). The relation of intellectual capital disclosure strategies and market value in two political settings. *Journal of Intellectual Capital*, 12(2), 319–338. <https://doi.org/10.1108/14691931111123449>
- Abeysekera, I., & Guthrie, J. (2012). An Updated Review of Literature on Intellectual Capital Reporting. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1362158>
- Abhayawansa, S. (2011). A methodology for investigating intellectual capital information in analyst reports. *Journal of Intellectual Capital*, 12(3), 446–476. <https://doi.org/10.1108/14691931111154733>
- Abhayawansa, S. A. (2014). A review of guidelines and frameworks on external reporting of intellectual capital. *Journal of Intellectual Capital*, 15(1), 100–141. <https://doi.org/10.1108/JIC-04-2013-0046>
- Abhayawansa, S.; Abeysekera, I. (2009). Intellectual capital disclosure from sell-side analyst perspective. *Journal of Intellectual Capital*, 10(2), 294–306. <https://doi.org/10.1108/14691930910952678>
- Ahmed Haji, A. (2015). The role of audit committee attributes in intellectual capital disclosures: Evidence from Malaysia. *Managerial Auditing Journal*, 30(8–9), 756–784. <https://doi.org/10.1108/MAJ-07-2015-1221>

- Ahmed Haji, A.; Mohd Ghazali, N. A. (2012). Intellectual capital disclosure trends: Some Malaysian evidence. *Journal of Intellectual Capital*, 13(3), 377–397. <https://doi.org/10.1108/14691931211248927>
- AkpınarVan Horn, RA. T.; Akdemir, A. (1999). Intellectual capital. *Third European Conference*
- Alves, H., Cepeda-Carrion, I., Ortega-Gutierrez, J., & Edvardsson, B. (2020). The role of intellectual capital in fostering SD-Oriented and firm performance. *Journal of Intellectual Capital*, 22(1), 57–75. <https://doi.org/10.1108/JIC-11-2019-0262>
- Alwert, K.; Bornemann, M.; Will, M. (2009). Does intellectual capital reporting matter to financial analysts? *Journal of Intellectual Capital*, 10(3), 354–368. <https://doi.org/10.1108/14691930910977789>
- An, Y.; Davey, H.; Eggleton, I. R. C. (2011). Towards a comprehensive theoretical framework for voluntary IC disclosure. *Journal of Intellectual Capital*, 12(4), 571–585. <https://doi.org/10.1108/14691931111181733>
- April, K. A.; Bosma, P.; Deglon, D. A. (2003). IC measurement and reporting: Establishing a practice in SA mining. *Journal of Intellectual Capital*, 4(2), 165–180. <https://doi.org/10.1108/14691930310472794>
- Arvidsson, S. (2011). Disclosure of non-financial information in the annual report: A management-team perspective. *Journal of Intellectual Capital*, 12(2), 277–300. <https://doi.org/10.1108/14691931111123421>
- Astuti, R. N., Fachrurrozie, F., Amal, M. I., & Zahra, S. F. (2020). Does audit committee quality mediate determinants of intellectual capital disclosure? *Journal of Asian Finance, Economics and Business*, 7(7), 199–208. <https://doi.org/10.13106/jafeb.2020.vol7.no7.199>
- Balasundaram, Nimalathasan (2019) Audit committee characteristics and their impact on intellectual capital disclosure: a study of listed manufacturing companies in Sri Lanka / Nimalathasan Balasundaram. *Asia-Pacific Management Accounting Journal (APMAJ)*, 14 (1). pp. 135-149. ISSN 2550-163
- Bart, C. K. (2001). Measuring the mission effect in human intellectual capital. *Journal of Intellectual Capital*, 2(3), 320–330. <https://doi.org/10.1108/14691930110400146>
- Bellucci, M., Marzi, G., Orlando, B., & Ciampi, F. (2021). Journal of Intellectual Capital: a review of emerging themes and future trends. *Journal of Intellectual Capital*, 22(4), 744–767. <https://doi.org/10.1108/JIC-10-2019-0239>
- Beretta, V.; Demartini, C.; Trucco, S. (2019). Does environmental, social and governance performance influence intellectual capital disclosure tone in integrated

- reporting? *Journal of Intellectual Capital*, 20(1), 100–124.
<https://doi.org/10.1108/JIC-02-2018-0049>
- Berezinets, I., Garanina, T., & Ilina, Y. (2016). Intellectual capital of a board of directors and its elements: introduction to the concepts. *Journal of Intellectual Capital*, 17(4), 632–653. <https://doi.org/10.1108/JIC-01-2016-0003>
- Bezhan, I. (2010). Intellectual capital reporting at UK universities. *Journal of Intellectual Capital*, 11(2), 179–207. <https://doi.org/10.1108/14691931011039679>
- Bini, L.; Dainelli, F.; Giunta, F. (2016). Business model disclosure in the Strategic Report: Entangling intellectual capital in value creation process. *Journal of Intellectual Capital*, 17(1), 83–102. <https://doi.org/10.1108/JIC-09-2015-0076>
- Bontis, N. (2003), "Intellectual Capital Disclosure in Canadian Corporations", *Journal of Human Resource Costing & Accounting*, Vol. 7 No. 1, pp. 9-20. <https://doi.org/10.1108/eb029076>
- Bontis, N.; Bart, C. K.; Bornemann, M.; Alwert, K. (2007). The German guideline for intellectual capital reporting: Method and experiences. *Journal of Intellectual Capital*, 8(4), 563–576. <https://doi.org/10.1108/14691930710830756>
- Bozzolan, S., Favotto, F., & Ricceri, F. (2003). Italian annual intellectual capital disclosure: An empirical analysis. *Journal of Intellectual Capital*, 4(4), 543–558. <https://doi.org/10.1108/14691930310504554>
- Branswijck, D.; Everaert, P. (2012). Intellectual capital disclosure commitment: Myth or reality? *Journal of Intellectual Capital*, 13(1), 39–56. <https://doi.org/10.1108/14691931211196204>
- Briner, R. B., & Denyer, D. (2012). Systematic Review and Evidence Synthesis as a Practice and Scholarship Tool. *The Oxford Handbook of Evidence-Based Management*, (January). <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199763986.013.0007>
- Bronzetti, G.; Veltri, S. (2013). Intellectual capital reporting in the Italian non-profit sector: Analysing a case study. *Journal of Intellectual Capital*, 14(2), 246–263. <https://doi.org/10.1108/14691931311323878>
- Brüggen, A., Vergauwen, P., & Dao, M. (2009). Determinants of intellectual capital disclosure: Evidence from Australia. *Management Decision*, 47(2), 233–245. <https://doi.org/10.1108/00251740910938894>
- Burgman, R.; Roos, G. (2007). The importance of intellectual capital reporting: Evidence and implications. *Journal of Intellectual Capital*, 8(1), 7–51. <https://doi.org/10.1108/14691930710715051>

- Cabrita, M.D.R.M.F.; Da Ribeiro Silva, M. L.; Gomes Rodrigues, A. M.; Muñoz Dueñas, M. D. P. (2017). Competitiveness and disclosure of intellectual capital: an empirical research in Portuguese banks. *Journal of Intellectual Capital*, 18(3), 486–505. <https://doi.org/10.1108/JIC-11-2016-0112>
- Camodeca, R.; Almici, A.; Sagliaschi, U. (2019). Strategic information disclosure, integrated reporting and the role of intellectual capital. *Journal of Intellectual Capital*, 20(1), 125–143. <https://doi.org/10.1108/JIC-02-2018-0048>
- Castilla-Polo, F., & Ruiz-Rodríguez, C. (2017). Content analysis within intangible assets disclosure: a structured literature review. *Journal of Intellectual Capital*, 18(3), 506–543. <https://doi.org/10.1108/JIC-11-2016-0123>
- Chaminade, C.; Johanson, U. (2003). Can guidelines for intellectual capital management and reporting be considered without addressing cultural differences? *Journal of Intellectual Capital*, 4(4), 528–542. <https://doi.org/10.1108/14691930310504545>
- Chiucchi, M. S. (2013). Measuring and reporting intellectual capital: Lessons learnt from some interventionist research projects. *Journal of Intellectual Capital*, 14(3), 395–413. <https://doi.org/10.1108/JIC-03-2013-0036>
- Choong, K. K. (2008). Intellectual capital: Definitions, categorization and reporting models. *Journal of Intellectual Capital*, 9(4), 609–638. <https://doi.org/10.1108/14691930810913186>
- Cinquini, L.; Passetti, E.; Tenucci, A.; Frey, M. (2012). Analyzing intellectual capital information in sustainability reports: Some empirical evidence. *Journal of Intellectual Capital*, 13(4), 531–561. <https://doi.org/10.1108/14691931211276124>
- Claver-Cortés, E., Zaragoza-Sáez, P.C., Molina-Manchón, H. and Úbeda-García, M. (2015), "Intellectual capital in family firms: human capital identification and measurement", *Journal of Intellectual Capital*, Vol. 16 No. 1, pp. 199-223. <https://doi.org/10.1108/JIC-04-2014-0046>
- Cuozzo, B.; Dumay, J.; Palmaccio, M.; Lombardi, R. (2017). Intellectual capital disclosure: a structured literature review. *Journal of Intellectual Capital*, 18(1), 9–28. <https://doi.org/10.1108/JIC-10-2016-0104>
- Dameri, R. P.; Ferrando, P. M. (2020). Implementing integrated reporting to disclose intellectual capital in health organisations: a case study. *Journal of Intellectual Capital*, 22(2), 311–336. <https://doi.org/10.1108/JIC-01-2020-0019>
- Davey, J.; Schneider, L.; Davey, H. (2009). Intellectual capital disclosure and the fashion industry. *Journal of Intellectual Capital*, 10(3), 401–424. <https://doi.org/10.1108/14691930910977815>

- Demartini, C., & Trucco, S. (2016). Does intellectual capital disclosure matter for audit risk? Evidence from the UK and Italy. *Sustainability (Switzerland)*, 8(9), 1–19. <https://doi.org/10.3390/su8090867>
- Demartini, P.; Paoloni, P. (2013). Awareness of your own intangible assets: A hypothesis of overlapping between ICS and CSRS processes. *Journal of Intellectual Capital*, 14(3), 360–375. <https://doi.org/10.1108/JIC-03-2013-0039>
- Di Berardino, D.; Corsi, C. (2018). A quality evaluation approach to disclosing third mission activities and intellectual capital in Italian universities. *Journal of Intellectual Capital*, 19(1), 178–201. <https://doi.org/10.1108/JIC-02-2017-0042>
- Dost, M., Badir, Y. F., Ali, Z., & Tariq, A. (2016). The impact of intellectual capital on innovation generation and adoption. *Journal of Intellectual Capital*, 17(4), 675–695. <https://doi.org/10.1108/JIC-04-2016-0047>
- Duff, A. (2018). Intellectual capital disclosure: evidence from UK accounting firms. *Journal of Intellectual Capital*, 19(4), 768–786. <https://doi.org/10.1108/JIC-06-2017-0079>
- Dumay, J. (2016). A critical reflection on the future of intellectual capital: from reporting to disclosure. *Journal of Intellectual Capital*, 17(1), 168–184. <https://doi.org/10.1108/JIC-08-2015-0072>
- Dumay, J. C.; Tull, J. A. (2007). Intellectual capital disclosure and price-sensitive Australian Stock Exchange announcements. *Journal of Intellectual Capital*, 8(2), 236–255. <https://doi.org/10.1108/14691930710742826>
- Dumay, J., & Cai, L. (2014). A review and critique of content analysis as a methodology for inquiring into IC disclosure. *Journal of Intellectual Capital*, 15(2), 264–290. <https://doi.org/10.1108/JIC-01-2014-0010>
- Dumay, J., & Garanina, T. (2013). Intellectual capital research: A critical examination of the third stage. *Journal of Intellectual Capital*, 14(1), 10–25. <https://doi.org/10.1108/14691931311288995>
- Dumay, J.; Cai, L. (2015). Using content analysis as a research methodology for investigating intellectual capital disclosure: A critique. *Journal of Intellectual Capital*, 16(1), 121–155. <https://doi.org/10.1108/JIC-04-2014-0043>
- Dumay, J.; Guthrie, J. (2017). Involuntary disclosure of intellectual capital: is it relevant? *Journal of Intellectual Capital*, 18(1), 29–44. <https://doi.org/10.1108/JIC-10-2016-0102>
- Dumay, J.; La Torre, M.; Farneti, F. (2019). Developing trust through stewardship: Implications for intellectual capital, integrated reporting, and the EU Directive 2014/95/EU. *Journal of Intellectual Capital*, 20(1), 11–39. <https://doi.org/10.1108/JIC-06-2018-0097>

- Engelman, R.M., Fracasso, E.M., Schmidt, S. and Zen, A.C. (2017), "Intellectual capital, absorptive capacity and product innovation", *Management Decision*, Vol. 55 No. 3, pp. 474-490. <https://doi.org/10.1108/MD-05-2016-0315>
- Farooq, O.; Nielsen, C. (2014). Improving the information environment for analysts: Which intellectual capital disclosures matter the most? *Journal of Intellectual Capital*, 15(1), 142–156. <https://doi.org/10.1108/JIC-12-2012-0109>
- Francioli, F. and Albanese, M. (2017), "The evaluation of core competencies in networks: the network competence report", *Journal of Intellectual Capital*, Vol. 18 No. 1, pp. 189-216. <https://doi.org/10.1108/JIC-01-2016-0014>
- Garanina, T.; Dumay, J. (2017). Forward-looking intellectual capital disclosure in IPOs: Implications for intellectual capital and integrated reporting. *Journal of Intellectual Capital*, 18(1), 128–148. <https://doi.org/10.1108/JIC-05-2016-0054>
- García-Meca, E. (2005). Bridging the gap between disclosure and use of intellectual capital information. *Journal of Intellectual Capital*, 6(3), 427–440. <https://doi.org/10.1108/14691930510611157>
- Gheyle, N. & Jacobs, T. (2017). Content Analysis: a short overview. Internal research note
- Girella, L., & Zambon, S. (2013). A political economy of intangibles reporting: The case of Japan. *Journal of Intellectual Capital*, 14(3), 451–470. <https://doi.org/10.1108/JIC-03-2013-0040>
- Goebel, V. (2015). Intellectual capital reporting in a mandatory management report: the case of Germany. *Journal of Intellectual Capital*, 16(4), 702–720. <https://doi.org/10.1108/JIC-02-2015-0011>
- Goebel, V. (2015). Is the literature on content analysis of intellectual capital reporting heading towards a dead end? *Journal of Intellectual Capital*, 16(3), 681–699. <https://doi.org/10.1108/JIC-04-2014-0048>
- Goebel, V. (2019). Drivers for voluntary intellectual capital reporting based on agency theory. *Journal of Intellectual Capital*, 20(2), 264–281. <https://doi.org/10.1108/JIC-01-2018-0019>
- Goh, P. C.; Lim, K. P. (2004). Disclosing intellectual capital in company annual reports: Evidence from Malaysia. *Journal of Intellectual Capital*, 5(3), 500–510. <https://doi.org/10.1108/14691930410550426>
- Graaf, J. (2013). Colouring the numbers - on the role of intellectual capital in financial reporting. *Journal of Intellectual Capital*, 14(3), 376–394. <https://doi.org/10.1108/JIC-03-2013-0037>

- Gray, R., Kouhy, R. and Lavers, S. (1995), "Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure", *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 8 No. 2, pp. 47-77. <https://doi.org/10.1108/09513579510146996>
- Grandin, 1995. (1995). The learning style of people with autism: An autobiography. In K. A. Quill (Ed.), *Teaching children with autism: Strategies to enhance communication and socialization*. Delmar Publishers, 8(2), 277–279.
- Guimón, J. (2005). Intellectual capital reporting and credit risk analysis. *Journal of Intellectual Capital*, 6(1), 28–42. <https://doi.org/10.1108/14691930510574645>
- Guthrie, J. (2001). The management, measurement and the reporting of intellectual capital. *Journal of Intellectual Capital*, 2(1), 27–41.
- Guthrie, J., & Petty, R. (2000). Intellectual capital: Australian annual reporting practices. *Journal of Intellectual Capital*, 1(3), 241–251. <https://doi.org/10.1108/14691930010350800>
- Guthrie, J., Petty, R., Yongvanich, K., & Ricceri, F. (2004). Using content analysis as a research method to inquire into intellectual capital reporting. *Journal of Intellectual Capital*, 5(2), 282–293. <https://doi.org/10.1108/14691930410533704>
- Guthrie, J., Petty, R., Yongvanich, K., & Ricceri, F. (2004). Using content analysis as a research method to inquire into intellectual capital reporting. *Journal of Intellectual Capital*, 5(2), 282–293. <https://doi.org/10.1108/14691930410533704>
- Guthrie, J.; Petty, R.; Ricceri, F. (2006). The voluntary reporting of intellectual capital: Comparing evidence from Hong Kong and Australia. *Journal of Intellectual Capital*, 7(2), 254–271. <https://doi.org/10.1108/14691930610661890>
- Guthrie, J.; Steane, P.; Farneti, F. (2009). IC reporting in the Australian Red Cross blood service. *Journal of Intellectual Capital*, 10(4), 504–519. <https://doi.org/10.1108/14691930910996616>
- Habersam, M.; Piber, M.; Skoog, M. (2018). Ten years of using knowledge balance sheets in Austrian public universities: A retrospective and prospective view. *Journal of Intellectual Capital*, 19(1), 34–52. <https://doi.org/10.1108/JIC-07-2017-0089>
- Henriques, L., & Bontis, N. (2011). Intellectual capital disclosure payback. *Management Decision*, 49(7), 1080–1098. <https://doi.org/10.1108/00251741111151154>
- Herremans, I. M. & Nazari, J. A., (2007). Extended VAIC model: Measuring intellectual capital components. *Journal of Intellectual Capital*, 8(4), 595–609. <https://doi.org/10.1108/14691930710830774>

- Husin, N. M.; Hooper, K.; Olesen, K. (2012). Analysis of intellectual capital disclosure - an illustrative example. *Journal of Intellectual Capital*, 13(2), 196–220. <https://doi.org/10.1108/14691931211225030>
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (2019). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Corporate Governance: Values, Ethics and Leadership*, 77–132. <https://doi.org/10.2139/ssrn.94043>
- Johanson, U.; Koga, C.; Skoog, M.; Henningson, J. (2006). The Japanese Government's intellectual capital reporting guideline: What are the challenges for firms and capital market agents? *Journal of Intellectual Capital*, 7(4), 474–491. <https://doi.org/10.1108/14691930610709121>
- Joshi, M.; Ubha, D. S.; Sidhu, J. (2012). Intellectual capital disclosures by Indian and Australian information technology companies: A comparative analysis. *Journal of Intellectual Capital*, 13(4), 582–598. <https://doi.org/10.1108/14691931211276142>
- Karagiannis, D.; Nemetz, M.; Bayer, F. (2009). A method for comprehensive intellectual capital management and reporting: The case of BOC Information Systems. *Journal of Intellectual Capital*, 10(1), 93–108. <https://doi.org/10.1108/14691930910922923>
- Kraus, S., Breier, M., & Dasí-Rodríguez, S. (2020). The art of crafting a systematic literature review in entrepreneurship research. *International Entrepreneurship and Management Journal*, 16(3), 1023–1042. <https://doi.org/10.1007/s11365-020-00635-4>
- Kristandl, G.; Bontis, N. (2007). The impact of voluntary disclosure on cost of equity capital estimates in a temporal setting. *Journal of Intellectual Capital*, 8(4), 577–594. <https://doi.org/10.1108/14691930710830765>
- Kujansivu, P. (2008). Intellectual Capital Management - Understanding Why Finnish Companies Do Not Apply Intellectual Capital Management Model. *Igarss 2014*, (1), 1–5.
- Lardo, A.; Dumay, J.; Trequattrini, R.; Russo, G. (2017). Social media networks as drivers for intellectual capital disclosure: Evidence from professional football clubs. *Journal of Intellectual Capital*, 18(1), 63–80. <https://doi.org/10.1108/JIC-09-2016-0093>
- Leitner, K. H. (2004). Intellectual capital reporting for universities: Conceptual background and application for Austrian universities. *Research Evaluation*, 13(2), 129–140. <https://doi.org/10.3152/147154404781776464>
- Li, J., Mangena, M., & Pike, R. (2012). The effect of audit committee characteristics on intellectual capital disclosure. *British Accounting Review*, 44(2), 98–110. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2012.03.003>

- Liao, L.; Low, M.; Davey, H. (2013). Chinese and English language versions: Intellectual capital disclosure. *Journal of Intellectual Capital*, 14(4), 661–686. <https://doi.org/10.1108/JIC-03-2013-0030>
- Liberati, A., Altman, D. G., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gøtzsche, P. C., Ioannidis, J. P. A., ... Moher, D. (2009). The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: Explanation and elaboration. *PLoS Medicine*, 6(7). <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000100>
- Lin, C. Y. Y., & Edvinsson, L. (2020). Reflections on JIC's twenty-year history and suggestions for future IC research. *Journal of Intellectual Capital*, 22(3), 439–457. <https://doi.org/10.1108/JIC-03-2020-0082>
- Liu, X.; Chakpitak, N.; Yodmongkol, P.; Cang, S. (2014). Analysis of intellectual capital disclosure in cross-cultural E-tourism enterprises. *Journal of Intellectual Capital*, 15(2), 249–263. <https://doi.org/10.1108/JIC-06-2013-0065>
- Low, M.; Samkin, G.; Li, Y. (2015). Voluntary reporting of intellectual capital: Comparing the quality of disclosures from New Zealand, Australian and United Kingdom universities. *Journal of Intellectual Capital*, 16(4), 779–808. <https://doi.org/10.1108/JIC-03-2015-0022>
- Luca, F., & Prather-Kinsey, J. (2018). Legitimacy theory may explain the failure of global adoption of IFRS: the case of Europe and the U.S. *Journal of Management and Governance*, 22(3), 501–534. <https://doi.org/10.1007/s10997-018-9409-9>
- Madhani, P. M. (2016). Intellectual Capital (IC) Intensity vs. Capital Intensity: Impact on Corporate Governance and Disclosure Practices of Firms. *SCMS Journal of Indian Management*, 13(4), 62–82. Retrieved from <http://ezproxy.laureate.net.au/login?url=https://search.proquest.com/docview/2232652293?accountid=176901>
- Manes Rossi, F.; Nicolò, G.; Tartaglia Polcini, P. (2018). New trends in intellectual capital reporting: Exploring online intellectual capital disclosure in Italian universities. *Journal of Intellectual Capital*, 19(4), 814–835. <https://doi.org/10.1108/JIC-09-2017-0119>
- Marr, B., Neely, A., & Schiuma, G. (2004). The dynamics of value creation: Mapping your intellectual performance drivers. *Journal of Intellectual Capital*, 5(2), 312–325. <https://doi.org/10.1108/14691930410533722>
- Melloni. (2015). Intellectual capital disclosure in integrated reporting: An impression management analysis. *Journal of Intellectual Capital*, 16(3), 661–680. <https://doi.org/10.1108/JIC-11-2014-0121>
- Melucci, M., & Pretto, L. (2007). PageRank: When order changes. *Lecture Notes in Computer Science (Including Subseries Lecture Notes in Artificial Intelligence and Lecture Notes in Bioinformatics)*, 4425 LNCS(2), 581–588. https://doi.org/10.1007/978-3-540-71496-5_54

- Mitchell Williams, S. (2001). Is intellectual capital performance and disclosure practices related? *Journal of Intellectual Capital*, 2(3), 192–203. <https://doi.org/10.1108/14691930110399932>
- Mohammad J. Abdolmohammadi. (2005). Intellectual capital disclosure and market capitalization. *Journal of Intellectual Capital*, 6(3), 397–416. <https://doi.org/10.1108/14691930510611139>
- Mouritsen, J. (2003). Intellectual capital and the capital market: The circulability of intellectual capital. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 16(1), 18–30. <https://doi.org/10.1108/09513570310464246>
- Mouritsen, J., Johansen, M. R., Larsen, H. T., & Bukh, P. N. (2001). Reading an intellectual capital statement: Describing and prescribing knowledge management strategies. *Journal of Intellectual Capital*, 2(4), 359–383. <https://doi.org/10.1108/EUM0000000006086>
- Mouritsen, J., Larsen, H. T., & Bukh, P. N. (2001). Valuing the future: intellectual capital supplements at Skandia [Electronic version]. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 14(4), 399–422.
- Ng, A. W. (2006). Reporting intellectual capital flow in technology-based companies: Case studies of Canadian wireless technology companies. *Journal of Intellectual Capital*, 7(4), 492–510. <https://doi.org/10.1108/14691930610709130>
- Nielsen, C.; Bukh, P. N.; Mouritsen, J.; Rosenkrands, M. R.; Gormsen, P. (2006). Intellectual capital statements on their way to the stock exchange: Analyzing new reporting systems. *Journal of Intellectual Capital*, 7(2), 221–240. <https://doi.org/10.1108/14691930610661872>
- Nikolaj Bukh, P. (2003). The relevance of intellectual capital disclosure: A paradox? *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 16(1), 49–56. <https://doi.org/10.1108/09513570310464273>
- Nonaka, I., Toyama, R., & Konno, N. (2000). SECI, Ba and Leadership: A Unified Model of Dynamic Knowledge Creation. *Long Range Planning*, 33(1), 5–34. [https://doi.org/10.1016/S0024-6301\(99\)00115-6](https://doi.org/10.1016/S0024-6301(99)00115-6)
- Oliveira, L.; Rodrigues, L. L.; Craig, R. (2010). Intellectual capital reporting in sustainability reports. *Journal of Intellectual Capital*, 11(4), 575–594. <https://doi.org/10.1108/14691931011085696>
- Onuoha, N. E.; Ofoegbu, G. N.; Okafor, R. G.; Onodugo, V. A. (2020). Voluntary disclosure of intellectual capital information by deposit money banks in Nigeria. *Journal of Intellectual Capital*, 21(6), 1035–1052. <https://doi.org/10.1108/JIC-09-2019-0229>

- Ordóñez de Pablos, P. (2002). Evidence of intellectual capital measurement from Asia, Europe and the Middle East. *Journal of Intellectual Capital*, 3(3), 287–302. <https://doi.org/10.1108/14691930210435624>
- Ordóñez de Pablos, P. (2003). Intellectual capital reporting in Spain: A comparative view. *Journal of Intellectual Capital*, 4(1), 61–81. <https://doi.org/10.1108/14691930310455397>
- Ordóñez de Pablos, P. (2005). Intellectual capital reports in India: Lessons from a case study. *Journal of Intellectual Capital*, 6(1), 141–149. <https://doi.org/10.1108/14691930510574717>
- Ousama, A. A.; Fatima, A. H.; Majdi, A. R. H. (2011). Usefulness of intellectual capital information: Preparers' and users' views. *Journal of Intellectual Capital*, 12(3), 430–445. <https://doi.org/10.1108/14691931111154724>
- Parshakov, P.; Shakina, E. (2020). Do companies disclose intellectual capital in their annual reports? New evidence from explorative content analysis. *Journal of Intellectual Capital*, 21(6), 853–871. <https://doi.org/10.1108/JIC-03-2019-0040> , (Book Review 1; Feldman, R., Sanger, J., (2006) *The Text Mining Handbook: Advanced Approaches in Analyzing Unstructured Data*, Cambridge University Press, Cambridge; Ferraris, A., Santoro, G., Dezi, L., How MNC's subsidiaries may improve their innovative performance? The role of external sources and knowledge management capabilities (2017) *Journal of Knowledge Management*, 21 (3), pp. 540-552; Franzosi, R., Content analysis (2004) *Handbook of Data Analysis*, pp. 547-565
- Patrocinio, E. C., Hipólito, C. Z., Patrocinio, E. C., & Hipólito, C. Z. (2015). Intellectual Capital in Family Firms: Human Capital Identification and Measurement. *Journal of Intellectual Capital*, 16(1), 199–223.
- Paul, J., & Criado, A. R. (2020). The art of writing literature review: What do we know and what do we need to know? *International Business Review*, 29(4), 101717. <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2020.101717>
- Petty, R., Guthrie, J. (2000). Intellectual capital literature review :Measurement, reporting and management. *Journal of Intellectual Capital*, 1(2), 155–176. <https://doi.org/10.1108/14691930010348731>
- Phillips, Robert A., Jay B. Barney, R. Edward Freeman and Jeffrey S. Harrison (2019). "Stakeholder Theory." In *The Cambridge Handbook of Stakeholder Theory*, edited by Jeffrey S. Harrison, Jay B. Barney, R. Edward Freeman and Robert A. Phillips, 1-16, Oxford: Oxford University Press, 2019.
- Ramírez, Y.; Tejada, Á. (2019). Digital transparency and public accountability in Spanish universities in online media. *Journal of Intellectual Capital*, 20(5), 701–732. <https://doi.org/10.1108/JIC-02-2019-0039>

- Rashid, A. A.; Ibrahim, M. K.; Othman, R.; See, K. F. (2012). IC disclosures in IPO prospectuses: Evidence from Malaysia. *Journal of Intellectual Capital*, 13(1), 57–80. <https://doi.org/10.1108/14691931211196213>
- Ricceri, F., 2008. Intellectual capital and knowledge management. London: Routledge.
- Riegler, C.; Höllerschmid, C. (2006). Voluntary disclosure on project intangibles from R&D in business reporting: A principles-based approach for R&D intensive companies. *Journal of Intellectual Capital*, 7(4), 511–528. <https://doi.org/10.1108/14691930610709149>
- Rossi, M.; Festa, G.; Chouaibi, S.; Fait, M.; Papa, A. (2021). The effects of business ethics and corporate social responsibility on intellectual capital voluntary disclosure. *Journal of Intellectual Capital*, 22(7), 1–23. <https://doi.org/10.1108/jic-08-2020-0287>
- Sánchez, M. P.; Elena, S.; Castrillo, R. (2009). Intellectual capital dynamics in universities: A reporting model. *Journal of Intellectual Capital*, 10(2), 307–324. <https://doi.org/10.1108/14691930910952687>
- Salvi, A.; Vitolla, F.; Raimo, N.; Rubino, M.; Petruzzella, F. (2020). Does intellectual capital disclosure affect the cost of equity capital? An empirical analysis in the integrated reporting context. *Journal of Intellectual Capital*, 21(6), 985–1007. <https://doi.org/10.1108/JIC-12-2019-0283>
- Sánchez-Cañizares, S. M., Ayuso Muñoz, M. Á., & López-Guzmán, T. (2007). Organizational culture and intellectual capital: A new model. *Journal of Intellectual Capital*, 8(3), 409–430. <https://doi.org/10.1108/14691930710774849>
- Sangiorgi, D.; Siboni, B. (2017). The disclosure of intellectual capital in Italian universities: What has been done and what should be done. *Journal of Intellectual Capital*, 18(2), 354–372. <https://doi.org/10.1108/JIC-09-2016-0088>
- Schaper, S. (2016). Contemplating the usefulness of intellectual capital reporting: Reasons behind the demise of IC disclosures in Denmark. *Journal of Intellectual Capital*, 17(1), 52–82. <https://doi.org/10.1108/JIC-09-2015-0080>
- Schaper, S.; Nielsen, C.; Roslender, R. (2017). Moving from irrelevant intellectual capital (IC) reporting to value-relevant IC disclosures: Key learning points from the Danish experience. *Journal of Intellectual Capital*, 18(1), 81–101. <https://doi.org/10.1108/JIC-07-2016-0071>
- Schneider, A.; Samkin, G. (2008). Intellectual capital reporting by the New Zealand local government sector. *Journal of Intellectual Capital*, 9(3), 456–486. <https://doi.org/10.1108/14691930810892036>
- Secundo, G., Massaro, M., Dumay, J., & Bagnoli, C. (2018). Intellectual capital management in the fourth stage of IC research: A critical case study in university

settings. *Journal of Intellectual Capital*, 19(1), 157–177.
<https://doi.org/10.1108/JIC-11-2016-0113>

Seetharaman, A., Helmi Bin Zaini Sooria, H., & Saravanan, A. S. (2002). Intellectual capital accounting and reporting in the knowledge economy. *Journal of Intellectual Capital*, 3(2), 128–148. <https://doi.org/10.1108/14691930210424734>

Sethi, S. P. (1979). A Conceptual Framework for Environmental Analysis of Social Issues and Evaluation of Business Response Patterns. *Academy of Management Review*, 4(1), 63–74. <https://doi.org/10.5465/amr.1979.4289184>

Sharma, S.; Dharni, K. (2017). Intellectual capital disclosures in an emerging economy: status and trends. *Journal of Intellectual Capital*, 18(4), 868–883.
<https://doi.org/10.1108/JIC-09-2016-0092>

Shih, K. H., Chang, C. J., & Lin, B. (2010). Assessing knowledge creation and intellectual capital in banking industry. *Journal of Intellectual Capital*, 11(1), 74–89. <https://doi.org/10.1108/14691931011013343>

Silva, Stratford, & Clark. (2014). Intellectual capital reporting: A longitudinal study of New Zealand companies. *Journal of Intellectual Capital*, 15(1), 157–172.
<https://doi.org/10.1108/JIC-03-2013-0034>

Singh, I.; van der Zahn, J.-L. W. M. (2008). Does intellectual capital disclosure reduce an IPO's cost of capital? The case of underpricing. *Journal of Intellectual Capital*, 8(3), 494–516. <https://doi.org/10.1108/14691930710774885>

Singh, I.; van der Zahn, J.-L. W. M. (2009). Intellectual capital prospectus disclosure and post-issue stock performance. *Journal of Intellectual Capital*, 10(3), 425–450.
<https://doi.org/10.1108/14691930910977824>

Singh, S.; Kansal, M. (2011). Voluntary disclosures of intellectual capital: An empirical analysis. *Journal of Intellectual Capital*, 12(2), 301–318.
<https://doi.org/10.1108/14691931111123430>

Smulowitz, S., Becerra, M., & Mayo, M. (2019). Racial diversity and its asymmetry within and across hierarchical levels: The effects on financial performance. *Human Relations*, 72(10), 1671–1696. <https://doi.org/10.1177/0018726718812602>

Sonnier, B. M. (2008). Intellectual capital disclosure: High-tech versus traditional sector companies. *Journal of Intellectual Capital*, 9(4), 705–722.
<https://doi.org/10.1108/14691930810913230>

Terblanche, W.; Villiers, C. de. (2019). The influence of integrated reporting and internationalisation on intellectual capital disclosures. *Journal of Intellectual Capital*, 20(1), 40–59. <https://doi.org/10.1108/JIC-03-2018-0059>

- Too, S. W.; Wan Yusoff, W. F. (2015). Exploring intellectual capital disclosure as a mediator for the relationship between IPO firm-specific characteristics and underpricing. *Journal of Intellectual Capital*, 16(3), 639–660. <https://doi.org/10.1108/JIC-08-2014-0098>
- Vafaei, A.; Taylor, D.; Ahmed, K. (2011). The value relevance of intellectual capital disclosures. *Journal of Intellectual Capital*, 12(3), 407–429. <https://doi.org/10.1108/14691931111154715>
- Vandemaele, S. N.; Vergauwen, P.G.M.C.; Smits, A. J. (2005). Intellectual capital disclosure in The Netherlands, Sweden and the UK: A longitudinal and comparative study. *Journal of Intellectual Capital*, 6(3), 417–426. <https://doi.org/10.1108/14691930510611148>
- Vergauwen, P.G.M.C.; van Alem, F. J. C. (2005). Annual report IC disclosures in The Netherlands, France and Germany. *Journal of Intellectual Capital*, 6(1), 89–104. <https://doi.org/10.1108/14691930510574681>
- Vitolla, F., Raimo, N., Marrone, A., & Rubino, M. (2020). The role of board of directors in intellectual capital disclosure after the advent of integrated reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(5), 2188–2200. <https://doi.org/10.1002/csr.1957>
- Vitolla, Filippo; Raimo, Nicola; Rubino, Michele (2019) : Intellectual Capital Disclosure and Firm Performance: An Empirical Analysis Through Integrated Reporting, In: Tipurić, Darko Hruška, Domagoj (Ed.): 7th International OFEL Conference on Governance, Management and Entrepreneurship: Embracing Diversity in Organisations. April 5th - 6th, 2019, Dubrovnik, Croatia, Governance Research and Development Centre (CIRU), Zagreb, pp. 245-255
- Wang, Q.; Sharma, U.; Davey, H. (2016). Intellectual capital disclosure by Chinese and Indian information technology companies: A comparative analysis. *Journal of Intellectual Capital*, 17(3), 507–529. <https://doi.org/10.1108/JIC-02-2016-0026>
- White, G.; Lee, A.; Tower, G. (2007). Drivers of voluntary intellectual capital disclosure in listed biotechnology companies. *Journal of Intellectual Capital*, 8(3), 517–537. <https://doi.org/10.1108/14691930710774894>
- White, G.; Lee, A.; Yuningsih, Y.; Nielsen, C.; Bukh, P. N. (2010). The nature and extent of voluntary intellectual capital disclosures by Australian and UK biotechnology companies. *Journal of Intellectual Capital*, 11(4), 519–536. <https://doi.org/10.1108/14691931011085669>
- Williams, R. I., Clark, L. A., Clark, W. R., & Raffo, D. M. (2021). Re-examining systematic literature review in management research: Additional benefits and execution protocols. *European Management Journal*, 39(4), 521–533. <https://doi.org/10.1016/j.emj.2020.09.007>

- Williams, S. M. (2001). Is Intellectual Capital Performance and Disclosure. *Journal of Intellectual Capital*, 2(3), 192–203. Retrieved from <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/14691930110399932/full/html>
- Yang, Y. (2018). Do aggressive pro forma earnings-reporting firms have difficulty disclosing intellectual capital? Australian evidence. *Journal of Intellectual Capital*, 19(5), 875–896. <https://doi.org/10.1108/JIC-03-2017-0051>
- Yi, A.; Davey, H. (2010). Intellectual capital disclosure in Chinese (mainland) companies. *Journal of Intellectual Capital*, 11(3), 326–347. <https://doi.org/10.1108/14691931011064572>
- Zakaria, A., Nindito, M., & Firmansa, E. (2018). The influence of characteristics of the board of commissioners, audit committee meetings and auditor type on intellectual capital disclosure. *Pressacademia*, 5(1), 144–151. <https://doi.org/10.17261/pressacademia.2018.819>

Apêndice I – Temas dos artigos que compõem a amostra

Autores	Temas
Petty e Guthrie (2000)	Os autores revêm a literatura mais significativa sobre o CI de modo a permitir uma compreensão útil de como e do porquê da evolução do CI. Focam-se, também, nas importantes contribuições teóricas e empíricas relacionadas com o CI, na mensuração e divulgação.
Guthrie e Petty (2000)	O artigo defende que a gestão do conhecimento é uma estratégia importante para as grandes empresas e que deverá ser refletida na DCI nos relatórios anuais das empresas.
Williams (2000)	Procurou determinar se o desempenho do CI de uma empresa mensurado pelo VAIC influencia a quantidade de divulgação no seu relatório anual.
Mouritsen et al. (2001)	Sugerem que os elementos do CI (humano, organizacional e estrutural) podem ser desenvolvidos nas suas qualidades descritivas e prescritivas. Oferecem outro modelo que relaciona os indicadores de capital intelectual com a estratégia de conhecimento da empresa.
Bart (2001)	Os autores tinham como objetivo analisar se as declarações de missão podem ter um lugar válido na mensuração e DCI de uma organização e demonstram a necessidade de mais investigação a este respeito.
Seetharamani et al. (2002)	Os autores pretendem identificar a forma como o CI é mensurado e divulgado nas demonstrações financeiras e avaliar se o balanço patrimonial é adequado para empreender os desafios colocados pela economia emergente do CI.
Ordóñez de Pablos (2002)	O estudo tem como objetivo fornecer uma estrutura conceitual para a análise de CI. Este estudo explora fatores interessantes sobre a dinâmica de mensuração e DCI nas empresas pioneiras na Ásia, Europa e Oriente Médio.
Ordóñez de Pablos (2003)	O artigo tem como objetivo perceber o aumento da importância dos recursos baseados no conhecimento organizacional. É feita uma revisão concisa do que é mais significativo sobre o CI, e ainda mostra uma imagem do que as empresas espanholas estão a fazer em termos de gestão do conhecimento e de mensuração e DCI.

Chaminade e Johanson (2003)	Os autores pretendem colocar a cultura na ordem do dia ao discutir e trabalhar com relatórios de CI e gestão de CI. A ideia básica é que estas diretrizes devem ter a capacidade de ser utilizadas dentro de muitas culturas diferentes.
April et al. (2003)	Este artigo apresenta os resultados de uma investigação sobre a mensuração do CI, divulgação e gestão na indústria mineira sul-africana.
Bozzolan et al. (2003)	Este estudo examina a DCI voluntária das empresas italianas cotadas em bolsa nos relatórios anuais a partir do ano 2001. O estudo visa responder a duas questões de investigação, nomeadamente: qual é a quantidade e o conteúdo da DCI e quais são os fatores que influenciam os diferentes comportamentos de divulgação voluntária.
Marr et al. (2004)	Os autores destacam a importância das representações visuais de intenções estratégicas de modo a compreender como os recursos organizacionais - especialmente os bens intangíveis e o CI - são utilizados para criar valor. Baseado na literatura, o artigo fornece uma taxonomia de fatores de valor organizacional.
Guthrie et al. (2004)	O objetivo deste documento é rever a utilização da AC como método de investigação na compreensão da DCI e oferecer algumas observações sobre a utilidade prática do método.
Goh e Lim (2004)	O objetivo do estudo é examinar as práticas de DCI das 20 principais empresas listadas com fins lucrativos na Malásia nos seus relatórios anuais, tanto qualitativa como quantitativamente.
Vergauwen e Alem (2005)	Este artigo reproduz e amplia a investigação Bontis sobre a DCI nas empresas canadianas e também elabora a pesquisa Beaulieu et al. sobre divulgação nas empresas suecas.
García-Meca (2005)	O objetivo do documento é examinar a informação relativa ao CI divulgado aos analistas financeiros e estudar se estes dados são considerados na tomada de decisão.
Abdolmohammadi (2005)	Este artigo visa desenvolver um quadro descritivo das componentes do CI nos relatórios anuais. O documento investiga, também, os efeitos da DCI na capitalização de mercado.
Vandemaele et al. (2005)	A DCI é investigada ao longo de três anos em três países diferentes (Países Baixos, Suécia e Reino Unido). O objetivo é utilizar a AC como um quadro para examinar

	os relatórios anuais das empresas com o propósito de fornecer uma visão geral das práticas de elaboração de relatórios de CI; examinar em que medida as várias categorias de CI estão representadas nos relatórios anuais das empresas da amostra; estudar a tendência no montante médio da DCI nos relatórios anuais nos três países e comparar o montante e as tendências da DCI entre os países.
Guimón (2005)	O artigo visa aumentar a compreensão sobre o papel dos intangíveis na análise de risco de crédito e os principais fatores que permitem ou desativam o impacto da DCI.
Ordoñez de Pablos (2005)	O artigo examina se existem diferenças entre os relatórios de CI indiano e os relatórios de CI europeu e quais ideias podem ser derivadas das diferenças.
Nielsen et al. (2006)	O artigo propõe e ilustra a utilização de algumas regras para uma leitura analítica dos indicadores de uma possível declaração de CI. O artigo demonstra as semelhanças entre um relatório de CI e um prospeto de uma IPO. Dá exemplo da utilização de um modelo prático e útil para analisar a divulgação de um relatório financeiro.
Ng (2006)	O artigo procura explorar o desenvolvimento de uma declaração de fluxo de CI com base numa estrutura que aproveita a pesquisa contemporânea sobre o CI.
Johanson et al. (2006)	O artigo analisa a <i>Guideline for Intellectual Property Information Disclosure</i> em relação às ambiciosas aspirações por detrás da diretriz e desta forma desenvolve uma agenda de investigação futura com o objetivo de abordar os principais desafios relativos à construção de diretrizes para futuros relatórios do CI.
Abeysekera (2006)	O artigo examina uma série de questões-chave relacionadas com a DCI, abordando alguns dos pontos fortes, fraquezas e lacunas da investigação existente.
Guthrie et al. (2006)	O artigo Investiga a DCI voluntária nas empresas cotadas de Austrália e Hong Kong e avalia a dimensão, a indústria e os efeitos no tempo sobre os níveis de DCI.
Riegler e Höllerschmid (2006)	O objetivo deste artigo é reunir as informações sobre os intangíveis do projeto de R&D fornecidas por sistemas de informação voluntária e obrigatória.
Singh e Zahn (2007)	O objetivo é examinar a associação entre o <i>underpricing</i> e o CI divulgados nas IPOs de Singapura. Um objetivo secundário é desenvolver a investigação de Bukh da DCI nas IPOs dinamarqueses.

White et al. (2007)	O artigo procura investigar os principais condutores e o nível da divulgação voluntária nos relatórios anuais numa empresa de biotecnologia.
Dumay e Tull (2007)	O artigo tem como objetivo examinar uma forma alternativa através da qual as empresas podem divulgar o seu CI a intervenientes externos que têm influência no preço das suas ações.
Abeysekera (2007)	O artigo procura examinar os padrões dos relatórios de CI de grandes empresas listadas numa nação em desenvolvimento, o Sri Lanka. O objetivo é realçar as diferenças na execução dos relatórios de CI entre as nações em desenvolvimento e as nações desenvolvidas.
Bontis et al. (2007)	O artigo procura descrever uma metodologia para a DCI que foi testada com sucesso na Alemanha. Especial atenção é dada ao desenvolvimento de uma pequena lista de condutores de CI para intervenções urgentes de gestão.
Kristandl e Bontis (2007)	O artigo investiga a associação entre o nível de divulgação voluntária e o custo do capital próprio.
Burgman e Roos (2007)	O artigo tem dois objetivos: identificar e explicar as principais forças que estão a causar a necessidade crescente de relatórios operacionais e de CI para as empresas europeias e identificar as condições necessárias e suficientes para os relatórios operacionais e de CI serem significativos para os utilizadores da informação.
Abeysekera (2008)	O objetivo deste artigo é investigar as tendências da DCI e as diferenças de categoria de divulgação das 20 principais empresas listadas numa nação em desenvolvimento, Sri Lanka, e numa nação moderadamente desenvolvida, Singapura. O documento visa realçar as diferenças na prática de DCI entre nações em desenvolvimento e nações desenvolvidas.
Sonnier (2008)	Este artigo tem como objetivo comparar o nível da DCI de empresas dos setores de alta tecnologia e tradicionais da economia.
Schneider e Samkin (2008)	O objetivo deste artigo é avaliar a extensão e a qualidade da DCI nos relatórios anuais do sector do governo local da Nova Zelândia.
Choong (2008)	O artigo tem como objetivo desenvolver um quadro concetual que possa ser utilizado para formalizar um modelo de relatório para o CI.

Karagiannis et al. (2009)	O artigo visa apresentar o método ICRB, um quadro abrangente para a gestão do CI que foi aplicado numa empresa de conhecimento. Este documento procura ilustrar tanto um método de gestão como uma ferramenta que permite uma gestão fácil e intuitiva e a elaboração de relatórios sobre o CI de uma organização.
Alwert et al. (2009)	O artigo visa determinar se os relatórios de CI das PMEs geram algum impacto sobre o comportamento de avaliação dos analistas.
Guthrie et al. (2009)	O documento pretende estudar e comparar o Serviço de Sangue da Cruz Vermelha Australiana e os relatórios de CI com um estudo anterior. O artigo procura analisar as práticas de relato do CI dentro desta organização.
Davey et al. (2009)	O artigo tem como objetivo examinar a natureza e extensão da DCI e de marketing entre empresas de moda, especificamente para comparar a DCI entre empresas de moda europeias e norte-americanas, bem como entre setores da indústria da moda.
Abhayawansa e Abeyssekera (2009)	O artigo tem como propósito estabelecer a importância da investigação sobre a utilização/divulgação de informação de CI por analistas do lado das vendas, utilizando a AC nos seus relatórios, na compreensão do papel do CI na comunicação do valor da empresa, introduzir possíveis quadros teóricos para interpretar os resultados de tais estudos e propor desenvolvimentos metodológicos.
Sánchez et al. (2009)	O artigo tem como objetivo analisar a crescente atenção às universidades e organizações de investigação a nível político e a crescente implementação nestas instituições de gestão do CI e de mecanismos de informação, tradicionalmente utilizados por empresas privadas. Pretende, ainda, apresentar um relatório de CI especialmente concebido para universidades, sugerindo indicadores de recursos relacionados com a atividade de investigação. Pretende, também, discutir os desafios atuais em relação ao estabelecimento de normas para as universidades gerirem e informarem sobre o seu CI e as dificuldades em captar a dinâmica do processo.
Singh e Zahn (2009)	O principal objetivo deste documento é investigar a associação entre a DCI em IPOs e o desempenho das ações pós-emissão.
Yi e Davey (2010)	O objetivo deste documento é divulgar a investigação sobre a extensão e qualidade do CI das empresas

	chinesas (continente) que têm ações A e H com cotação dupla.
Bezhani (2010)	O objetivo deste estudo é examinar o montante e a natureza da DCI voluntária das universidades britânicas, a relação entre o desempenho e o montante do CI divulgado e a opinião das universidades britânicas sobre uma DCI obrigatória.
Oliveira et al. (2010)	O objetivo deste artigo é analisar a DCI voluntária nos relatórios de sustentabilidade das empresas portuguesas. O documento visa destacar o nível, padrão e determinantes da DCI nesses relatórios de sustentabilidade e o potencial dos relatórios de sustentabilidade para serem um meio de DCI.
Abeysekera (2010)	O artigo examina o efeito da dimensão do conselho de administração nas empresas que divulgam mais, recursos de CI estratégico e tático, utilizando as 26 primeiras das 52 empresas classificadas pela Bolsa de Valores de Nairobi para capitalização de mercado em 2002 e 2003. Este estudo identifica a DCI por três categorias distintas: capital interno, capital externo, e capital humano. Assim, este estudo examina a influência do tamanho do conselho de administração em seis resultados de divulgação.
White et al. (2010)	O artigo compara a natureza e extensão da DCI nas empresas de biotecnologia britânicas e australianas. A questão de investigação motivadora foi se a natureza e extensão da DCI voluntária pelos preparadores de dados de relatórios financeiros nestes países refletia a maturidade relativa do Reino Unido, em comparação com a indústria australiana.
Arvidsson (2011)	O artigo analisa as opiniões das equipas de gestão relativamente a diferentes aspetos relacionados com a divulgação de informação não financeira no relatório anual. O foco está nos seguintes aspetos: incentivo, quantidade, foco, utilização de indicadores-chave de desempenho não financeiros e tendências.
Abhayawansa (2011)	O artigo descreve uma metodologia que permite a geração de inferências válidas e fiáveis sobre o que e como a informação sobre o CI é comunicada pelos analistas do lado das vendas nos seus relatórios de pesquisa.
Abeysekera (2011)	O artigo tem como objetivo investigar se o cenário político (guerra civil versus tréguas temporárias) de um

	país tem influência na atual narrativa, visual e numérica da DCI das empresas e se está a ser incluído no atual valor de mercado do capital próprio.
Vafaei et al. (2011)	O artigo examina se a DCI das empresas cotadas é ou não relevante em termos de valor nos mercados de ações e avalia o seu papel moderador no relato do valor dos lucros e do capital próprio comunicados, na sequência da adoção de normas internacionais de relato financeiro.
An et al. (2011)	O artigo tem como objetivo construir um quadro teórico abrangente para a interpretação das práticas da DCI voluntária nas organizações.
Ousama et al. (2011)	Este artigo visa investigar as perceções dos preparadores e utilizadores sobre a utilidade da informação do CI divulgada nos relatórios anuais das empresas cotadas em bolsa. Além disso, pretende examinar as diferenças significativas nas perceções da utilidade da informação de CI e das categorias de CI dos preparadores e utilizadores.
Singh e Kansal (2011)	O artigo investiga a DCI entre empresas e as variações nas 20 principais empresas farmacêuticas listadas na Índia, estuda a categoria e a DCI, visa descobrir o impacto da DCI na criação de CI em termos monetários, descobrir a correlação entre a avaliação de CI e a sua divulgação, e testar o significado da correlação.
Husin et al. (2012)	O objetivo deste artigo é fornecer uma análise do CI divulgado nos relatórios anuais (obrigatório e voluntário) e chamar a atenção para as questões específicas relacionadas com a metodologia utilizada, a AC. O objetivo é incorporar todas as formas da DCI - narrativas, números e imagens visuais - na análise, bem como destacar a necessidade de estudar tanto a quantidade (extensão) como a qualidade da divulgação.
Cinquini et al. (2012)	O objetivo deste artigo é investigar o conteúdo, frequência e qualidade da DCI voluntária e as mudanças que ocorreram ao longo de dois anos (2005 e 2006) numa amostra de 37 relatórios de sustentabilidade publicados por empresas italianas cotadas em bolsa.
Rashid et al. (2012)	O artigo visa investigar os fatores que influenciam a divulgação de informação sobre o CI no prospeto de IPO da Malásia.
Branswijck e Everaert (2012)	O objetivo deste artigo é comparar a DCI no prospeto de uma IPO com a DCI no relatório anual subsequente. Investiga se as empresas assumem um compromisso em

	relação à DCI e investiga se as empresas informam mais sobre o CI no prospeto.
Haji e Ghazali (2012)	O artigo examina a tendência de DCI ao longo de um período de três anos (2008-2010), quando o ambiente empresarial na Malásia se caracterizou por uma série de eventos importantes, tais como a recente crise financeira global de 2008/2009 e a reestruturação da governação empresarial.
Joshi et al. (2012)	O artigo investiga e compara a DCI voluntária das 20 maiores empresas do setor de software e tecnologia numa nação em desenvolvimento, a Índia, e numa nação desenvolvida, a Austrália. O documento pretende destacar as diferenças nas práticas de DCI das empresas que operam em duas economias diferentes.
Girella e Zambon (2013)	O artigo visa explorar as premissas económicas, políticas e sociais segundo as quais algumas agências governamentais decidiram promover a elaboração de relatórios do CI no seu país. Examina as premissas e condições contextuais que encorajaram (ou inibiram) a elaboração de relatórios CI e investiga a forma como estas premissas e condições interagem de diferentes maneiras, estabelecendo assim relações associadas.
Demartini e Paoloni (2013)	O objetivo do artigo é examinar o ponto de convergência entre o processo de elaboração da declaração de CI e a declaração de responsabilidade social das empresas.
Liao et al. (2013)	O artigo avalia a extensão e a qualidade da DCI nas versões em chinês e inglês dos relatórios anuais de 50 empresas chinesas que estão duplamente cotadas nas bolsas de valores Chinese Mainland e de Hong Kong.
Graaf (2013)	O artigo explora a forma como os gestores estão a mobilizar itens de CI quando se aproximam dos seus investidores e analistas. Existe uma falta de conhecimento em torno dos processos de tradução de CI, desde as divulgações corporativas até ao mercado de capitais. Pouco se sabe sobre a forma como os gestores mobilizam o seu CI para que os analistas e investidores o abracem e o considerem como parte relevante das divulgações corporativas.
Bronzetti e Veltri (2013)	O artigo analisa as práticas de elaboração de relatórios de CI de uma organização italiana sem fins lucrativos, ANPAS Piemonte, selecionada por ser um dos poucos casos com uma longa experiência na emissão de relatórios CI.

Chiucchi (2013)	Este artigo visa esclarecer os fatores que podem dificultar ou promover a utilização da contabilidade do CI para fins de gestão, contribuindo assim para compreender porque é que as estruturas de CI não estão tão disseminadas na prática.
Dumay e Cai (2014)	O objetivo deste artigo é rever e criticar o estado atual da AC como método de investigação para a DCI, a fim de determinar se tem um papel contínuo a desempenhar no desenvolvimento de novos conhecimentos sobre o CI.
Abhayawansa (2014)	O artigo tem como objetivo resumir, analisar e comparar as diretrizes e quadros que foram desenvolvidos com foco na elaboração de relatórios externos de CI.
Liu et al. (2014)	O objetivo deste artigo é apresentar um quadro para a DCI no E-tourism transcultural que inclui a identificação de fatores-chave de sucesso, bem como a seleção de indicadores a nível operacional.
Farooq e Nielsen (2014)	O artigo documenta a relação entre a DCI e o acompanhamento de analistas para empresas de biotecnologia cotadas na Bolsa de Valores de Copenhaga entre 2001 e 2010.
Silva et al. (2014)	O artigo examina os padrões da DCI das empresas da Nova Zelândia ao longo de um período longitudinal, comparando empresas intensivas em conhecimento com empresas tradicionais baseadas em produtos.
Too e Yusoff (2015)	O artigo examina o impacto direto e indireto das características específicas da empresa no nível de subpreço entre as IPO da Malásia (IPO).
Melloni (2015)	Com base em estudos de gestão de impressões, o objetivo deste artigo é avaliar a qualidade da DCI oferecida em relatórios integrados.
Goebel (2015)	O artigo visa investigar as relações das características da empresa com o CI divulgado num relatório de gestão obrigatório. Com base na regulamentação relevante na Alemanha, os componentes de CI do relatório de gestão obrigatório podem ser caracterizados como sendo parcialmente obrigatórios, parcialmente recomendados e parcialmente voluntários.
Goebel (2015)	Este artigo investiga se os resultados de AC anteriores de CI são comparáveis apesar das diferenças nos quadros de investigação de CI.
Dumay e Cai (2015)	O objetivo deste artigo é desenvolver a investigação prévia de Dumay e Cai (2014) para fornecer uma análise

	mais profunda do problema associado à utilização da AC como metodologia de investigação para a DCI.
Low et al. (2015)	O artigo examina a qualidade da DCI voluntária por universidades da Nova Zelândia, Austrália e Reino Unido.
Dumay (2016)	O objetivo do autor é oferecer uma reflexão crítica pessoal sobre o futuro do CI com base na experiência como investigador, autor, editor, professor e praticante de CI.
Bini et al. (2016)	O artigo avalia a divulgação do modelo de negócio. Como o modelo de negócio mostra como uma empresa cria e capta valor, a sua comunicação no relatório anual é considerada um fundo necessário para uma análise dinâmica, interpretação e avaliação da contribuição do CI para a vantagem competitiva de uma empresa.
Schaper (2016)	O objetivo do presente documento é investigar as razões e condições subjacentes que levaram as empresas que estavam originalmente envolvidas no projeto dinamarquês de diretrizes para declarações de CI a deixar de utilizar a estrutura adquirida.
Wang et al. (2016)	O artigo examina a extensão e qualidade da DCI voluntária nas empresas de tecnologia da informação da China e da Índia.
Castilla-Polo e Ruiz-Rodríguez (2017)	Os autores analisam a utilização da AC na divulgação voluntária de informação sobre ativos intangíveis. O objetivo deste artigo é conduzir uma análise estruturada da literatura que avalie as possibilidades e limitações da AC.
Cabrita et al. (2017)	Os objetivos deste estudo são duplos: investigar como os gestores bancários portugueses percebem o impacto da DCI na competitividade do banco e avaliar até que ponto os bancos portugueses relatam voluntariamente o CI nos relatórios anuais versus páginas web.
Garanina e Dumay (2017)	Este estudo contribui para a investigação de DCI. Centra-se na redução da assimetria de informação associada à teoria da agência, o objetivo do presente documento é investigar a extensão que os gestores e proprietários divulgam o CI em prospectos de IPO. Em particular, examina a influência no desempenho das ações pós-emissão com base nas IPO das empresas tecnológicas cotadas na NASDAQ de 2002 a 2013. Os paralelos são desenhados para o relatório integrado, que foi desenvolvido após a crise financeira global devido às

	deficiências detetadas nas formas reguladas de informação financeira.
Cuozzo et al. (2017)	O objetivo deste artigo é fornecer uma revisão bibliográfica atualizada da DCI para: identificar os principais temas desenvolvidos neste fluxo de investigação; investigar a evolução da teoria; e obter insights para orientar futuras agendas de investigação em benefício de investigadores e utilizadores da DCI.
Sharma e Dharni (2017)	O artigo estuda o estatuto e a tendência da DCI por empresas selecionadas na Índia. Foram medidas três categorias de DCI em seis grupos industriais. Foi também estudada a relação das três categorias de divulgações, ou seja, capital humano, capital relacional e capital estrutural com as medidas de desempenho organizacional tais como vendas, R&D, intensidade de R&D, lucro líquido e intensidade de exportação.
Dumay e Guthrie (2017)	O artigo apresenta um ensaio exploratório avaliando se a DCI involuntária é um valor relevante para as partes interessadas. .
Dumay (2016)	O objetivo do autor é oferecer uma reflexão crítica pessoal sobre o futuro do CI com base na experiência como investigador, autor, editor, professor e praticante de CI.
Schaper et al. (2017)	Este artigo fornece conhecimentos para uma potencial mudança nos relatórios de CI, em grande parte informados por uma perspetiva contabilística, para divulgações relacionadas com o CI.
Lardo et al. (2017)	O objetivo deste artigo é investigar a relação entre a popularidade numa rede de comunicação social e as receitas, despesas e valor de mercado de uma empresa. Além disso, as redes de comunicação social são analisadas como instrumentos para a DCI voluntária e involuntária.
Sangiorgi e Siboni (2017)	O artigo visa investigar o montante e a natureza da DCI voluntária nas universidades italianas e aferir a opinião dos gestores universitários sobre a gestão e a elaboração de relatórios de CI.
Di Berardino e Corsi (2018)	Este artigo tem como objetivo verificar se o relato obrigatório sobre a qualidade evidencia a contribuição do CI para a criação de valor, aumentando a conscientização das universidades sobre a gestão do CI e o desenvolvimento da terceira missão.

Yang (2018)	O objetivo deste artigo é investigar se firmas agressivas de relatórios de lucros pró-forma são difíceis em relação a sinalizar CI suficiente, e como o mercado reage a relatórios agressivos de lucros pro forma.
Duff (2018)	O objetivo deste documento é examinar a extensão e a qualidade da DCI voluntária por empresas profissionais de contabilidade no Reino Unido.
Rossi et al. (2018)	O objetivo deste artigo é explorar uma nova forma de divulgar o CI nas universidades através dos seus sítios Web. Indo além das ferramentas tradicionais utilizadas para a DCI, este estudo visa identificar os possíveis determinantes da DCI através da web.
Habersam et al. (2018)	O artigo apresenta os resultados de um estudo longitudinal sobre a utilização de balanços de conhecimentos obrigatórios nas universidades públicas austríacas. Contribui para o discurso sobre a quarta fase da investigação do CI. Espera-se que as conclusões retiradas da análise do material empírico contribuam para a continuação da investigação sobre a quarta fase do CI e para melhorar as práticas de DCI.
Dumay et al. (2019)	Este artigo examina a lacuna entre a elaboração de relatórios e o comportamento dos gestores para desafiar os atuais fundamentos teóricos da prática e investigação da DCI. Os autores exploram como as principais características do CI e dos relatórios integrados podem ser combinadas para desenvolver um modelo alargado para que as empresas cumpram a Diretiva da UE 2014/95/UE e aumentar a confiança nas divulgações e relatórios das empresas.
Ramírez e Tejada (2019)	O artigo investiga a extensão e a qualidade da DCI online através de websites e meios de comunicação social em relação às necessidades de informação das partes interessadas nas universidades públicas espanholas. Além disso, este documento examina se existem diferenças na DCI online de acordo com o tipo de universidade.
Beretta et al. (2019)	O artigo examina como o conteúdo e as propriedades semânticas da DCI encontradas nos relatórios integrados estão associadas ao desempenho da empresa.
Goebel (2019)	O objetivo do artigo é investigar os condutores de relatórios voluntários de CI com base na teoria da agência. Este estudo responde a apelos à investigação crítica dos relatórios de CI utilizando a abordagem de

	mensuração de CI de Goebel (2015a) para investigar o papel do valor do CI e do preço errado dos relatórios de CI.
Camodeca et al. (2019)	O objetivo deste documento é utilizar um modelo teórico e empírico para investigar a adoção do quadro de relatórios integrados como uma escolha estratégica para sinalizar o CI aos investidores em ações, com referência específica à indústria farmacêutica.
Terblanche e Villiers (2019)	O artigo examina se a preparação de um relatório integrado e/ou se uma lista cruzada está associada a uma maior DCI.
Parshakov e Shakina (2020)	Este estudo sugere uma alternativa à AC confirmatória e demonstra empiricamente que a AC exploratória permite novos conhecimentos sobre o mecanismo de DCI. Ao fazê-lo, esta investigação contribui tanto para os avanços metodológicos como empíricos na investigação sobre a DCI.
Salvi et al. (2020)	O artigo examina o impacto da DCI no custo do capital próprio no contexto de relatórios integrados, o que representa a fronteira final no campo da divulgação das empresas.
Onuoha et al. (2020)	O objetivo deste artigo é investigar a extensão e qualidade da DCI voluntária por bancos de depósito de dinheiro na Nigéria.
Alves et al. (2020)	Esta investigação visa compreender a relação entre CI, <i>Service Dominant Orientation</i> (SD-Orienta-tion) e desempenho das empresas.
Dameri e Ferrando (2020)	O artigo fornece soluções empíricas e teóricas a alguns aspetos críticos do Quadro Internacional de Relatórios Integrados.
Rossi et al. (2021)	O artigo examina o efeito potencial que a ética empresarial em geral e a responsabilidade social empresarial, mais especificamente, podem exercer sobre a DCI voluntária para as empresas eticamente mais empenhadas do mundo.

Apêndice II – Métodos de investigação utilizados nos artigos que compõem a amostra

Autores	Métodos de Investigação
Petty e Guthrie (2000)	Os autores elaboraram uma revisão de literatura do CI, nomeadamente da sua mensuração, gestão e relato.
Guthrie e Petty (2000)	Os autores utilizaram a AC como quadro para examinar os relatórios anuais das empresas com o objetivo de fornecer uma visão geral das práticas de DCI. A amostra foi constituída pelas 19 maiores empresas australianas cotadas em bolsa e uma outra empresa que se apresenta como sendo um exemplo das melhores práticas no campo da elaboração de relatórios sobre o CI. Os autores examinaram até que ponto as várias categorias de CI estão representadas nos relatórios anuais das 20 empresas da amostra.
Williams (2000)	Os autores definiram uma amostra de 40 empresas selecionadas aleatoriamente das empresas publicamente cotadas no Reino Unido, entre 31 de dezembro de 1995 e 31 de dezembro de 1999, por forma a analisar a quantidade de DCI nos relatórios anuais e o desempenho da performance do CI.
Mouritsen et al. (2001)	Os autores utilizaram o <i>Systematic Software Engineering</i> de modo a desenvolver uma declaração de CI.
Bart (2001)	Nos últimos dez anos, recolheram dados sobre as práticas de declaração de missão, como parte de um projeto de investigação. Até à data, 559 organizações responderam ao questionário, criando assim uma das maiores bases de dados sobre as práticas de declaração de missão no mundo. Este conjunto de dados constituiu a base da investigação exploratória relatada no documento.
Seetharamani et al. (2002)	Este artigo é um estudo descritivo baseado em "informação secundária", como artigos de seminários internacionais sobre CI, revistas, excertos de livros, normas internacionais de contabilidade, e Web sites.
Ordóñez de Pablos (2002)	Os autores realizaram questionários a empresas que operam na Ásia, Europa e no Médio Oriente. Utilizaram também uma análise aprofundada dos relatórios CI das empresas participantes. A partir do inquérito inicial, selecionaram uma amostra de empresas

	que estavam a elaborar o relatório de CI. Em particular, analisaram relatórios de CI de empresas que operam na Áustria, Dinamarca, Índia, Israel, Coreia, Espanha e Suécia. Toda esta informação foi compilada e processada para obter uma imagem holística dos indicadores do CI.
Ordóñez de Pablos (2003)	O autor analisa como as empresas espanholas gerem, mensuram e divulgam o CI nas três componentes básicas de CI. Analisou os relatórios de CI.
Chaminade e Johanson (2003)	A diretriz foi sujeita a um teste Delphi no final do projeto. O objetivo era verificar se a informação contida nas diretrizes era completa, útil, viável e clara. Dos seis países participantes, 47 peritos, representando uma variedade de instituições, estiveram envolvidos no método Delphi. A análise do método Delphi teve lugar em três rondas entre novembro de 2000 e março de 2001. Cada uma destas rondas baseou-se num questionário diferente.
April et al. (2003)	A metodologia de investigação emprega uma AC de relatórios anuais para as 20 maiores empresas cotadas em África do Sul, combinado com entrevistas com indivíduos seniores em empresas mineiras. Os dados são analisados de acordo com um quadro selecionado de CI constituído por 24 indicadores através das três categorias de capital interno, externo e humano.
Bozzolan et al. (2003)	Este estudo centra-se numa amostra de 30 organizações escolhidas entre as empresas não financeiras cotadas na Bolsa de Valores Italiana. O método utilizado para analisar a DCI foi a AC.
Marr et al. (2004)	Os autores apresentam os resultados de um estudo de caso longitudinal sobre como o mapa de criação de valor foi aplicado no departamento de desenvolvimento de novos produtos de uma empresa líder mundial no fabrico de mobiliário. O principal objetivo deste estudo de caso é demonstrar como o quadro teórico de um mapa de criação de valor pode apoiar na prática a tomada de decisões de gestão.
Guthrie et al. (2004)	Os autores analisam a utilização da AC como método de investigação na compreensão da DCI e para oferecer algumas observações sobre a utilidade prática do método. Além disso, o documento examina várias questões do método de investigação relacionadas com a utilização de AC que têm sido discutidos na literatura de

	contabilidade socioambiental, mas não ainda na literatura do CI, que consideram ser relevantes para as investigações em curso no domínio da DCI. Este documento dá conta de várias questões de desenvolvimento que enfrentámos quando utilizámos AC para examinar a divulgação voluntária do CI em relatórios anuais por várias organizações.
Goh e Lim (2004)	Foi realizada uma AC das práticas de DCI de 20 relatórios anuais das 20 maiores empresas cotadas na bolsa da Malásia, com fins lucrativos, tanto qualitativa como quantitativamente.
Vergauwen e Alem (2005)	A amostra inclui empresas listadas nas listas de ações primárias dos respetivos países em junho de 2002. Estas listagens consistem no AEX holandês, no CAC40 francês e no XETRA-DAX alemão, resultando num total de 95 empresas possíveis. A AC é realizada em relatórios anuais de empresas de amostra.
García-Meca (2005)	A base de dados é constituída por 257 relatórios de apresentações realizados por empresas espanholas e 217 relatórios de analistas emitidos durante 2000 e 2001. Através da AC, o documento mostra que informação relacionada com o CI é amplamente reportada aos analistas financeiros e qual a utilizada no seu processo de tomada de decisão.
Abdolmohammadi (2005)	As componentes do CI são utilizadas como unidades de AC para analisar os relatórios anuais de uma amostra de 58 empresas da Fortune 500 ao longo do período de cinco anos de 1993-1997.
Vandemaele et al. (2005)	A AC é aplicada aos relatórios anuais das empresas da amostra, são analisados 180 relatórios anuais dos Países Baixos, Suécia e Reino Unido a fim de fazer uma comparação entre países. Foram escolhidos três anos de medição (1998, 2000 e 2002).
Guimón (2005)	É realizada uma Revisão de Literatura complementada com 2 casos de estudo. O primeiro apresenta os resultados de um workshop experimental com 12 analistas de risco de crédito do Banco Santander Central Hispano, um importante banco espanhol. O segundo caso de estudo analisa a forma como o Banco Europeu de Investimento integra os intangíveis na sua avaliação de processo de projetos.

Ordoñez de Pablos (2005)	Foi realizado um caso de estudo para analisar como as empresas indianas constroem o relatório de CI. Em particular, foram selecionadas três empresas indianas líderes: <i>Reliance Industries Limited</i> , <i>Balrampur Chini Mills</i> e <i>Shree Cement Limited</i> .
Nielsen et al. (2006)	O documento propõe um modelo para analisar declarações de CI e aplica este modelo a uma declaração de CI e a um prospeto de IPO, uma vez que estes dois formulários de relatório são sugeridos para serem semelhantes. Assim, são analisados utilizando a mesma metodologia.
Ng (2006)	São adotados estudos de caso de empresas de tecnologia <i>wireless</i> sediadas no Canadá para examinar a inter-relação entre componentes do CI com uma visão baseada em recursos, bem como deficiências nos seus relatórios financeiros atuais no que diz respeito ao CI.
Johanson et al. (2006)	Os autores realizam uma comparação da GIPD com duas outras propostas de orientações do CI, nomeadamente o MERITUM e a Diretriz Dinamarquesa para as declarações de CI, respetivamente, de uma perspetiva de comunicação do mercado de capitais e de uma perspetiva de controlo de gestão. São feitas referências a 12 empresas japonesas que publicaram relatórios de propriedade intelectual.
Abeysekera (2006)	As questões metodológicas em torno da investigação sobre DCI nos relatórios anuais das empresas são examinadas em relação à utilização de documentos de origem, quadros de codificação e métodos de investigação. São revistas tanto as perspetivas teóricas positivistas como as críticas utilizadas para fornecer a base teórica da análise da DCI.
Guthrie et al. (2006)	É efetuado um estudo empírico realizado em duas fases. Na primeira etapa, um estudo exploratório de DCI voluntária para as 20 maiores empresas australianas cotadas na bolsa em 1998. A segunda fase, utilizando dados de 2002, examina a DCI voluntária de 50 entidades listadas na Austrália e 100 em Hong Kong. A AC é utilizada para recolha de dados.
Riegler e Höllerschmid (2006)	Os autores utilizaram uma abordagem de caso de estudo experimental num projeto de investigação conjunta com uma organização, não universitária, de investigação e tecnologia. Os métodos utilizados no projeto incluíram

	entrevistas semiestruturadas, técnicas Delphi e raciocínio normativo.
Singh e Zahn (2007)	Utilizando um quadro teórico baseado nas noções de incerteza e assimetria de informação, o estudo examina empiricamente, através de um modelo estatístico, 334 prospectos de IPO de Singapura entre 1997 e 2004.
White et al. (2007)	Utiliza um índice de divulgação de CI de divulgações voluntárias numa grande amostra de empresas de biotecnologia cotadas, e testa a relação entre divulgações voluntárias do valor dos intangíveis com variáveis tradicionais da teoria da agência. As relações são testadas estatisticamente usando correlação e análise de regressão múltipla.
Dumay e Tull (2007)	O documento mostra que, ao aplicar a metodologia empírica " <i>event studies</i> " para o exercício financeiro 2004-2005, as componentes do CI são utilizadas para classificar os anúncios de empresas sensíveis aos preços na Bolsa de Valores Australiana (ASX), e para examinar qualquer relação entre a DCI e a anormalidade acumulada retorno do preço das ações de uma empresa.
Abeysekera (2007)	O documento examina cada uma das 30 maiores empresas de capitalização bolsista cotadas na bolsa de Colombo em 1998/1999 e 1999/2000. Utilizando a AC, analisa os relatórios anuais destas empresas para determinar os tipos de CI divulgados no Sri Lanka. Compara depois estas conclusões com um estudo semelhante realizado na Austrália durante o mesmo período.
Bontis et al. (2007)	Com base em metodologias estabelecidas de auto-avaliação de gestão da qualidade e conceitos de dinâmica do sistema, foi aplicada uma concepção de investigação de ação para desenvolver um quadro de relatórios de CI.
Kristandl e Bontis (2007)	Dois índices de divulgação são desenvolvidos e aplicados numa regressão OLS sobre 95 empresas cotadas da Áustria, Alemanha, Suécia e Dinamarca; os índices são definidos de acordo com o contexto temporal (histórico, orientado para o futuro) da informação fornecida nos relatórios anuais.
Burgman e Roos (2007)	A abordagem para este documento foi examinar documentos, relatórios, orientações, compêndios, relatórios anuais, pareceres, submissões e legislação relevantes.

Abeysekera (2008)	O estudo investiga as 20 maiores empresas de capitalização bolsista cotadas na bolsa de Colombo em 1998-2000. Usando AC, analisa os relatórios anuais destas empresas para determinar as tendências de divulgação de IC no Sri Lanka. Em seguida, compara estas conclusões com um estudo semelhante não publicado, realizado em Singapura durante o mesmo período.
Sonnier (2008)	A fim de fornecer um quadro para avaliar o nível de divulgação das diferentes categorias de CI, o autor desenvolve um modelo de CI baseado numa integração da <i>resource-based view</i> da empresa, da gestão do conhecimento, e da literatura de CI. O modelo chama-se modelo de IC RBV. A AC foi realizada utilizando o formulário SEC Form 10-K de relatórios anuais de 143 empresas de alta tecnologia e 141 empresas do setor tradicional de comércio público dos EUA para o ano fiscal de 2000 e 2004. As componentes do CI tal como delineados no modelo RBV IC são objeto da análise, sendo a frequência de divulgação utilizada como medida de divulgação
Schneider e Samkin (2008)	Este artigo faz uso de um índice de DCI construído através de um processo de consulta participativa das partes interessadas para desenvolver um índice de divulgação que mede a extensão e a qualidade dos relatórios de capital intelectual nos relatórios anuais de 2004/2005 de 82 autoridades governamentais locais da Nova Zelândia. O índice final incluía 26 itens divididos em três categorias: capital interno, externo e capital humano.
Choong (2008)	Este documento propõe um modelo de relatório com uma definição formal e classificações de CI para analisar e divulgar o CI gerado por uma empresa.
Karagiannis et al. (2009)	Confiança no <i>method engineering</i> , bem como na modelação são apresentados meios comparáveis e expressivos para gerir e divulgar o CI de uma organização.
Alwert et al. (2009)	Foi desenvolvida uma conceção de teste que incluiu uma revisão bibliográfica, um <i>brain trust</i> com peritos financeiros, um inquérito quantitativo e uma experiência com analistas baseada em dois estudos de caso.
Guthrie et al. (2009)	Foi realizada uma AC aos relatórios anuais e DCI entre 2002 e 2005. Foram realizadas várias entrevistas com

	vários funcionários-chave durante 2006 para identificar o porquê e como divulgam informações do CI.
Davey et al. (2009)	Foi desenvolvido um quadro de codificação proposto por Guthrie e Petty e adaptado por Shareef e Davey para o contexto da moda e foram analisadas as 15 maiores empresas europeias e as 15 maiores empresas norte-americanas com relatórios anuais acessíveis de 2005.
Abhayawansa e Abeyssekera (2009)	O documento defende a necessidade de analisar o CI da perspectiva dos analistas do lado das vendas, e depois defende a utilização de vários quadros teóricos para enriquecer a atual compreensão do papel do CI tal como é utilizado/divulgado pelos analistas do lado das vendas. As metodologias atuais utilizadas neste tipo de pesquisa são criticadas com vista a propor múltiplos métodos de pesquisa.
Sánchez et al. (2009)	O artigo analisa a literatura recente tanto sobre questões conceituais como sobre experiências em relação ao CI. São analisados o relatório de CI austríaco, o observatório do exercício universitário europeu e algumas experiências recentes do governo regional de Madrid relativas às universidades de Madrid.
Singh e Zahn (2009)	A análise baseia-se numa amostra de 259 IPOs cotadas na Bolsa de Valores de Singapura (SGX) entre 1 de julho de 1999 e 30 de junho de 2005. O desempenho das ações pós-emissão é medido utilizando os rendimentos de compra e retenção ajustados ao mercado através de uma janela de observação de 500 dias de negociação após a sua admissão à cotação. A DCI é medida utilizando um índice de 81 itens.
Yi e Davey (2010)	No estudo foi construído um índice abrangente de DCI para codificar os relatórios anuais de 49 empresas com dupla cotação na China continental, utilizando AC.
Bezhani (2010)	A AC foi utilizada para examinar a quantidade e natureza de DCI dos relatórios anuais de 30 universidades britânicas. Os Diretores de Finanças foram escolhidos como representantes para responder a um questionário em linha sobre as declarações do CI e os relatórios obrigatórios de CI para universidades.
Oliveira et al. (2010)	Um índice de divulgação voluntária de intangíveis é construído e implementado para analisar a DCI nos relatórios de sustentabilidade de 2006 das empresas portuguesas, publicados no site do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável de

	Portugal. São testadas quatro hipóteses sobre associações entre esse índice de divulgação e variáveis específicas da empresa.
Abeysekera (2010)	O estudo desenvolve hipóteses utilizando a teoria da dependência de recursos. Utilizando a AC para a geração de dados, este estudo classifica as empresas que divulgam mais versus aquelas que divulgam menos, utilizando a média de todas as empresas para cada resultado da divulgação.
White et al. (2010)	A DCI foi medida em relatórios anuais e demonstrações financeiras publicados nos sítios Web das empresas. Foi utilizado um índice de divulgação dinamarquês para avaliar a divulgação voluntária por 156 empresas sobre clientes, empregados, IT, estratégia, I&D e processos.
Arvidsson (2011)	Os dados baseiam-se num questionário abrangente dirigido aos gestores de relações com investidores nas maiores empresas cotadas na Bolsa de Estocolmo.
Abhayawansa (2011)	Este artigo apresenta uma metodologia baseada na AC para investigar o que e como as informações de CI são comunicadas por meio de relatórios de analistas. Aborda as questões enfrentadas pelo analista de conteúdo e justifica as decisões tomadas referindo-se às autoridades da AC e à literatura existente.
Abeysekera (2011)	Utilizando a AC para a geração de dados, este estudo identifica a divulgação narrativa, visual e numérica do CI nos relatórios anuais das empresas. Foram obtidos dados financeiros a partir dos relatórios anuais das empresas e da bolsa de valores. A regressão do painel de efeito fixo foi realizada separadamente para o período de guerra civil e período de tréguas temporárias.
Vafaei et al. (2011)	Uma medida de DCI, baseada numa AC de relatórios anuais de uma amostra de empresas cotadas na Grã-Bretanha, Austrália, Hong Kong e Singapura, é incorporada nos modelos para examinar os papéis diretos e moderadores da DCI na avaliação de uma empresa.
An et al. (2011)	As quatro teorias mais utilizadas na área, nomeadamente a teoria da agência, teoria dos stakeholders, teoria da sinalização e teoria da legitimidade, foram integradas em termos dos conceitos inter-relacionados relacionados com a DCI voluntária.
Ousama et al. (2011)	O documento utilizou um método de inquérito por questionário para recolher dados. Os questionários

	foram distribuídos a empresas (chefes de finanças e contabilistas), preparadores, corretores (analistas), bancos (oficiais de crédito) e utilizadores. Os dados foram analisados utilizando estatísticas descritivas, t-test e ANOVA.
Singh e Kansal (2011)	Este é um estudo exploratório e empírico da DCI numa amostra de empresas em 2009, utilizando a AC. A DCI é determinada como valor de mercado menos valor contabilístico. Escala de cinco pontos (0-4), pontuação média de divulgação, intervalo, qui-quadrados, correlação de Karl Pearson e teste t de Student são utilizados para análise e interpretação.
Husin et al. (2012)	Usando a AC, este artigo analisa 30 das maiores empresas cotadas na bolsa de valores dos relatórios anuais de 2008 de CI. Os resultados são utilizados para discutir questões metodológicas específicas tais como a utilização de um índice de CI, escolha da unidade de análise, quantidade versus qualidade, presença/ausência versus múltiplas divulgações, e a utilização de narrativas, números, e imagens visuais.
Cinquini et al. (2012)	O quadro do CI é constituído por três níveis: "categorias CI", "itens CI" e "indicadores CI", enquanto a AC foi realizada utilizando um esquema multidimensional de qualidade composto por três perfis de divulgação, nomeadamente, orientação temporal, natureza da informação e tipo de informação.
Rashid et al. (2012)	A amostra é constituída por 130 empresas dos setores de tecnologia e produtos industriais da Malásia que passaram por uma IPO entre 2004 e 2008. Inicialmente, a extensão do índice de DCI é quantificada utilizando a metodologia de AC. A análise de regressão múltipla é então utilizada para examinar as associações de nove potenciais variáveis explicativas com o nível de DCI.
Branswijck e Everaert (2012)	Este estudo investigou o prospeto e o relatório anual utilizando uma amostra de 55 empresas que se candidataram a uma lista inicial na Bélgica e nos Países Baixos de 2005-2009. Foi utilizado um quadro de codificação de 86 itens para realizar a AC.
Haji e Ghazali (2012)	Foi construída uma lista de controlo para medir a extensão e qualidade da DCI nos relatórios anuais das empresas da Malásia. A extensão da DCI foi medida

	<p>numa base dicotômica (0, 1) enquanto a qualidade da DCI foi medida utilizando uma escala de quatro pontos (0-3). Este estudo utiliza uma abordagem de AC.</p>
Joshi et al. (2012)	<p>O estudo investiga as 20 maiores empresas por capitalização bolsista cotadas na Bolsa de Valores de Bombay na Índia e na Bolsa de Valores Australiana no ano 2007-2008. Usando o método de AC, o estudo analisa os relatórios anuais destas empresas para determinar as tendências de DCI na Índia e na Austrália. Foram utilizados instrumentos estatísticos e gráficos para comparar e contrastar as DCI nos dois países.</p>
Girella e Zambon (2013)	<p>A relação entre a recomendação para a elaboração de relatórios empresariais de CI e as ligações contextuais será analisada de uma perspectiva de economia política, tal como proposto por Cooper e Sherer, e outros, e modificada pelo tipo de análise discursiva inspirada por Burchell et al.</p>
Demartini e Paoloni (2013)	<p>Em particular, este estudo é realizado à luz da perspectiva da "investigação de ação". Os dados foram recolhidos através de entrevistas aprofundadas com gestores e de discussões de grupo.</p>
Liao et al. (2013)	<p>É construído um índice de DCI. A AC é utilizada para codificar os 100 relatórios anuais de acordo com uma escala de cinco pontos.</p>
Graaf (2013)	<p>O estudo aplica uma abordagem performativa ao CI, na qual a teoria do enquadramento é mobilizada para compreender a dualidade dos indicadores financeiros. O material empírico foi recolhido através de uma abordagem de estudo de caso, centrada nas práticas de relato intercalar de uma empresa sueca de jogos em linha. O estudo investigou um total de 16 anúncios de ganhos e as conferências telefónicas que os acompanharam no período de 2008-2011. Além disso, foram realizadas cinco entrevistas com gestores de topo e analistas financeiros.</p>
Bronzetti e Veltri (2013)	<p>Este é um estudo de caso exploratório e qualitativo centrado numa única organização de estudo de caso. O estudo teve lugar ao longo de oito anos. A descrição e análise do caso são baseadas nos relatórios do CI publicados pela empresa.</p>
Chiucchi (2013)	<p>Foi utilizado um estudo de caso múltiplo de três empresas italianas, que têm vindo a mensurar o seu CI há vários anos, adotando uma perspectiva crítica. O</p>

	projeto de investigação propriamente dito foi levado a cabo utilizando uma abordagem intervencionista.
Dumay e Cai (2014)	No total, são analisados 110 artigos que utilizam a AC como metodologia de investigação para a investigação da DCI. A investigação é desenvolvida em linha com outros artigos que investigam criticamente a investigação de CI conduzida por Guthrie et al. (2012), Dumay e Garanina (2013) e Dumay (2014). Para ajudar a compreender o impacto dos artigos de investigação de CI, o conjunto de dados é complementado pela inclusão de dados de citação do Google Scholar. Os autores também diferenciam o artigo de outras revisões de investigação de CI, examinando criticamente os resultados e implicações dos artigos analisados.
Abhayawansa (2014)	O documento analisa os pressupostos subjacentes a 20 orientações e quadros que foram desenvolvidos com enfoque na elaboração de relatórios de CI utilizando um quadro autoconstruído.
Liu et al. (2014)	O método descrito neste documento envolve um modelo de processo de CI iniciado a partir da formulação da estratégia, seguindo o analista de fatores-chave de sucesso, utilizando um instrumento detalhado de modelo estrutural interpretativo, e a seleção de indicadores utilizando a abordagem Delphi. O documento explica as decisões metodológicas associadas ao contexto multicultural do E-turismo: seleção do painel de especialistas apropriado; a abordagem à recolha de dados; e a seleção dos indicadores mensuráveis.
Farooq e Nielsen (2014)	A DCI foi calculada a partir das demonstrações financeiras aplicando o índice de divulgação de Bukh et al. (2005), enquanto os analistas que se seguiram aos dados foram recuperados do <i>Institutional Brokers' Estimate System</i>
Silva et al. (2014)	A AC foi utilizada para examinar os relatórios de CI de cinco empresas de conhecimento intensivo e cinco empresas tradicionais baseadas em produtos cotadas na Bolsa de Valores da Nova Zelândia durante 2004-2010.
Too e Yusoff (2015)	A AC dos prospectos de IPO foi utilizada para 331 empresas que foram admitidas à cotação entre 2002 e 2008. A extensão da divulgação foi calculada através da aplicação do índice de divulgação de Bukh et al. (2005).
Melloni (2015)	A análise manual do conteúdo de todos os relatórios disponíveis no web site do Conselho Internacional de

	<p>Relatórios Integrados é feita considerando tanto o conteúdo da DCI como os atributos linguísticos específicos (evidência, orientação temporal e tom). Além disso, o estudo testa a relação entre o tom positivo da DCI e as características específicas que podem incentivar os gestores a manipular a sua divulgação para determinar se as empresas utilizam a DCI para gerir as percepções públicas do comportamento empresarial.</p>
Goebel (2015)	<p>Foi realizada uma AC de 428 relatórios de gestão de grupo de empresas alemãs cotadas em bolsa para relatórios de CI exigidos, recomendados e voluntários. Para investigar a relação de certas características das empresas com os relatórios de CI, este estudo conduziu uma análise de regressão considerando os retornos das empresas, a dimensão e a indústria.</p>
Goebel (2015)	<p>É realizada uma AC de 428 relatórios de gestão alemães, capturando as pontuações dos relatórios de CI individuais para investigar o papel de certos itens de CI amplamente utilizados. As relações das pontuações de CI para diferentes combinações de itens de CI amplamente utilizados são analisadas mais aprofundadamente numa análise de correlação para indicar a comparabilidade de resultados anteriores.</p>
Dumay e Cai (2015)	<p>No total, 110 artigos que utilizam AC como metodologia de investigação para investigar a DCI são analisados com base no quadro concetual de investigação e lógica de conceção de AC de Krippendorff (2013), e ligados a questões relacionadas com AC como metodologia de investigação para investigar a DCI.</p>
Low et al. (2015)	<p>Foi desenvolvido um quadro de CI para medir os relatórios de CI no setor universitário. A AC foi utilizada para analisar os relatórios anuais de 2011 antes da realização de uma análise comparativa trienal de 90 universidades (oito universidades da Nova Zelândia, 38 universidades australianas, e 44 universidades do Reino Unido).</p>
Dumay (2016)	<p>Oferece uma reflexão em primeira mão sobre o futuro do CI, utilizando as provas recolhidas do CI no terreno e as reflexões pessoais do autor.</p>
Bini et al. (2016)	<p>Centrando-se numa amostra de empresas britânicas cotadas que operam em indústrias de alta tecnologia, este documento faz uma AC da divulgação do "Business Model" apresentada no Relatório Estratégico. Para</p>

	desenvolver a análise, refere-se a uma abordagem ontológica que engloba as principais contribuições de investigação para este tópico.
Schaper (2016)	Este estudo baseia-se tanto em dados de inquéritos como em entrevistas aprofundadas de funcionários-chave de 58 organizações. A análise qualitativa do conteúdo utilizando codificação temática é utilizada para cristalizar aspetos entre as razões apresentadas, para os categorizar e para investigar possíveis relações. Os resultados são interpretados através de uma estrutura concetual contendo a teoria da difusão de elementos, moda de gestão e teoria dos modismos e ciclos de vida, bem como o fracasso da implementação de técnicas de gestão do conhecimento.
Wang et al. (2016)	O método de investigação adotado para este estudo é a AC. A investigação limita-se à informação sobre o CI divulgada no relatório anual das empresas. A amostra para esta pesquisa baseia-se em 20 empresas de IT cotadas por capitalização bolsista na bolsa de Shenzhen ou Shanghai, e as maiores 20 empresas cotadas na bolsa indiana.
Castilla-Polo e Ruiz-Rodríguez (2017)	Os autores analisam a literatura existente sobre o tema nas principais bases de dados internacionais. No total, foram revistos 74 artigos empíricos que utilizam a AC como metodologia de investigação para a divulgação de ativos intangíveis. Relativamente à seleção das fontes, os autores devem indicar que a revisão de literatura estruturada realizada inclui estudos académicos publicados em revistas ou apresentados em conferências e que são sempre sujeitos a um duplo processo de revisão anónima.
Cabrita et al. (2017)	A metodologia envolvida no estudo exploratório inclui a recolha de dados secundários - relatórios anuais e websites - recolhidos junto dos 28 bancos que operam em Portugal, e entrevistas semiestruturadas de 25 gestores bancários. A AC é aplicada utilizando um índice construído com base em dois quadros europeus - <i>Intellectus</i> e <i>InCaS</i> - ligeiramente modificados para ter em consideração as peculiaridades do setor.
Garanina e Dumay (2017)	Os autores aplicam uma metodologia em duas fases, utilizando a AC dos prospetos para determinar a extensão da DCI, e de seguida combinando estes dados do mercado de dados com a análise de regressão para

	determinar a influência da DCI nos prospectos de IPO no desempenho das ações após a emissão.
Cuozzo et al. (2017)	Os artigos de investigação de dez revistas relevantes para o período de 17 anos entre 2000 e 2017 são categorizados e analisados numa revisão estruturada da literatura de modo a saber quais são os principais temas que têm sido desenvolvidos no âmbito da investigação sobre DCI, qual é o foco e a crítica da investigação sobre DCI e qual é o futuro da investigação sobre DCI.
Sharma e Dharni (2017)	Com base na Classificação Industrial Nacional 2008, foram incluídos no estudo seis setores, nomeadamente farmacêutico, metais básicos, manufatura industrial, energia, serviços financeiros e tecnologia da informação, tendo sido selecionadas 20 empresas de cada sector com base na disponibilidade de dados de 2004-2005 a 2013-2014. Para recolher os dados, foi preparada uma lista de palavras-chave relacionadas com várias dimensões do CI e a contagem das palavras-chave foi pesquisada nos relatórios anuais das empresas.
Dumay e Guthrie (2017)	O documento fornece uma reflexão crítica sobre os desenvolvimentos atuais e futuros na investigação da DCI. Os argumentos normativos baseiam-se na experiência e na perícia, juntamente com exemplos da literatura sobre a DCI e dos meios empresariais contemporâneos, para criticar a investigação e a prática existentes em matéria da DCI e para oferecer novas vias para a investigação futura.
Schaper et al. (2017)	O documento baseia-se em dados obtidos de 21 entrevistas semiestruturadas com inquiridos de 16 empresas. Os inquiridos foram contactados no seguimento de um exercício genealógico realizado nas 102 empresas envolvidas no Projeto de Diretrizes Dinamarquesas entre 1999 e 2003.
Lardo et al. (2017)	Uma análise empírica avalia as correlações entre as métricas das redes sociais de uma equipa de futebol e dos jogadores no Facebook, Twitter, Google Plus, Instagram e o valor de mercado, receitas e taxas de transferência de jogadores do seu clube de futebol. São também relatados exemplos de divulgação atempada de CI.
Sangiorgi e Siboni (2017)	O estudo aplica uma AC e um inquérito. A AC foi aplicada a um grupo de Relatórios Sociais Voluntários emitidos por universidades italianas, enquanto o

	inquérito foi submetido a todos os gestores de topo das universidades italianas.
Di Berardino e Corsi (2018)	A convergência entre o enquadramento do CI e a abordagem de avaliação da qualidade é testada através de uma investigação empírica numa amostra de 71 universidades italianas financiadas pelo governo. As análises estatísticas utilizam dados recolhidos para o período 2004-2014 durante a avaliação nacional para a atividade de investigação e o desempenho da terceira missão. O impacto da terceira missão no ecossistema universitário é verificado utilizando os índices relacionados com as taxas de desenvolvimento territorial.
Yang (2018)	A AC de 610 relatórios anuais de empresas australianas cotadas na <i>Australian Securities Exchange 200</i> é utilizada para obter informações de CI.
Duff (2018)	O método de investigação adotado para este estudo é a AC considerando a DCI nos relatórios anuais das empresas, relatórios de responsabilidade social corporativa, websites e materiais de recrutamento. A amostra para esta investigação baseia-se em 20 empresas de contabilidade profissional. O estudo utiliza a teoria institucional como lente teórica.
Rossi et al. (2018)	Este documento analisa os websites institucionais de uma amostra de universidades italianas adaptando o quadro teórico desenvolvido por Low et al. (2015) às peculiaridades do sistema universitário italiano. Além disso, a relação entre certos fatores explicativos identificados em pesquisas anteriores e a extensão da DCI em linha representada por dois índices de divulgação foi testada através de um modelo ordinário de regressão de mínimos quadrados.
Habersam et al. (2018)	Num estudo de caso qualitativo longitudinal, analisaram duas séries de entrevistas e documentos qualitativos a fim de revelar os efeitos funcionais e disfuncionais do Balanço de Conhecimento em uso.
Dumay et al. (2019)	Este ensaio baseia-se em literatura académica e exemplos da prática à crítica das teorias que explicam a divulgação e a elaboração de relatórios das empresas, mas que não alteram o comportamento de gestão
Ramírez e Tejada (2019)	O estudo aplica uma AC e um inquérito. A AC foi utilizada para analisar os websites e as redes sociais (Twitter, Facebook, LinkedIn e Instagram) de todas as

	universidades públicas espanholas no ano 2019, enquanto que o inquérito foi submetido a todos os membros dos Conselhos Sociais das universidades públicas espanholas.
Beretta et al. (2019)	Todos os relatórios das empresas europeias listadas de 2011 a 2016 disponíveis através da base de dados integrada de exemplos de práticas emergentes de relatórios são analisados. A AC é utilizada para avaliar a qualidade da DCI, enquanto uma análise de regressão testa a variação das propriedades semânticas da DCI de acordo com o desempenho das empresas.
Goebel (2019)	Um relatório de gestão obrigatório oferece um cenário de investigação único na Alemanha. Os resultados da AC de 428 relatórios de gestão alemães são utilizados numa análise de regressão com alavancagem, difusão da propriedade, valor de CI e preços errados. Além disso, uma abordagem de correspondência de pontuação de propensão examina a relação entre os relatórios de CI e o valor do CI.
Camodeca et al. (2019)	A escolha de elaborar um relatório integrado é modelada como um meio para os gestores divulgarem estrategicamente informações relevantes em termos de preços relacionadas com o CI. É utilizado o modelo de divulgação voluntária desenvolvido por Verrecchia (1983), introduzindo também o papel dos analistas financeiros para derivar uma equação empírica directamente reproduzível.
Terblanche e Villiers (2019)	O documento compara o conteúdo da DCI de amostras de empresas correspondentes, através da AC.
Parshakov e Shakina (2020)	Este estudo aplica uma técnica de <i>text-mining</i> no âmbito de uma AC a um grande volume de relatórios anuais de grandes empresas dos EUA para determinar se e, em caso afirmativo, até que ponto as empresas divulgam o seu CI.
Salvi et al. (2020)	Os autores empregam a AC para medir os níveis de DCI juntamente com uma análise de painel sobre uma amostra de 164 relatórios integrados.
Onuoha et al. (2020)	Foram recolhidos dados de um inquérito de 271 informadores e feita uma AC dos relatórios anuais de 12 "Deposit Money Banks" na Nigéria. Os dados recolhidos foram analisados utilizando análise de factores, teste t, teste Friedman para amostra relacionada e teste Wilcoxon de classificação assinada.

Alves et al. (2020)	A concetualização da relação entre as três construções foi testada através da modelação de equações estruturais numa amostra de 101 empresas da base de dados espanhola da SABI.
Dameri e Ferrando (2020)	O presente documento apresenta um estudo de caso destinado a implementar o <i>International Integrated Reporting Framework</i> numa organização italiana sem fins lucrativos no domínio da saúde. A investigação baseia-se na construção teórica a partir de casos, investigação de ação e abordagem intervencionista.
Rossi et al. (2021)	A conceção da investigação baseia-se numa abordagem indutiva. Como parte da investigação quantitativa global, os autores analisaram o impacto da ética empresarial e da responsabilidade social da empresa na comunicação transparente do CI. Os dados em análise foram investigados utilizando a regressão linear múltipla.

Apêndice III – Teorias adotadas nos artigos que compõem a amostra

Teorias	Autores
Teoria da Agência	<p>Ng (2006) Abeysekera (2006) White et al. (2010) Abeysekera (2007) Schneider e Samkin (2008) Singh et al. (2009) White et al. (2010) An et al. (2011) Dumay (2016) Schaper (2016) Garanina e Dumay (2017) Cuzzo et al. (2017) Dumay e Guthrie (2017) Habersam et al. (2018) Dumay et al. (2019) Beretta et al. (2019) Goebel (2019) Parshakov e Shakina (2020) Salvi et al. (2020) Rossi et al. (2021)</p>
Teoria da Legitimidade	<p>Guthrie e Petty (2000) Guthrie et al. (2004) Abeysekera (2006) Guthrie et al. (2006) Oliveira et al. (2010) An et al. (2011) Dumay e Cai (2014) Too et al. (2015) Goebel (2015) Schaper (2016) Cabrita et al. (2017) Dumay e Guthrie (2017) Rossi et al. (2018) Dumay et al. (2019) Ramírez e Tejada (2019) Beretta et al. (2019) Parshakov e Shakina (2020) Salvi et al. (2020) Rossi et al. (2021)</p>

Teoria dos Stakeholders	<p>Guthrie e Petty (2000)</p> <p>Guthrie et al. (2004)</p> <p>Abeysekera (2006)</p> <p>Guthrie et al. (2006)</p> <p>Oliveira et al. (2010)</p> <p>White et al. (2010)</p> <p>An et al. (2011)</p> <p>Ousama et al. (2011)</p> <p>Branswijck e Everaert (2012)</p> <p>Dumay e Cai (2014)</p> <p>Too e Yusoff (2015)</p> <p>Schaper (2016)</p> <p>Cabrita et al. (2017)</p> <p>Rossi et al. (2018)</p> <p>Dumay et al. (2019)</p> <p>Ramirez e Tejada (2019)</p> <p>Beretta et al. (2019)</p> <p>Parshakov e Shakina (2020)</p> <p>Dameri e Ferrando (2020)</p>
Teoria da Sinalização	<p>Abeysekera (2006)</p> <p>Singh et al. (2007)</p> <p>An et al. (2011)</p> <p>Rashid et al. (2012)</p> <p>Silva et al. (2014)</p> <p>Too e Yusoff (2015)</p> <p>Dumay (2016)</p> <p>Schaper (2016)</p> <p>Cabrita et al. (2017)</p> <p>Yang (2018)</p> <p>Dumay et al. (2019)</p> <p>Beretta et al. (2019)</p> <p>Salvi et al. (2020)</p> <p>Onuoha et al. (2020)</p>
Grande Teoria	<p>Chiucchi (2013)</p> <p>Dumay (2016)</p> <p>Schaper et al. (2017)</p> <p>Lardo et al. (2017)</p>
Teoria dos Jogos	<p>Ng (2006)</p> <p>Bontis et al. (2007)</p> <p>Schaper et al. (2017)</p>
Teoria da Economia Clássica	Guthrie e Petty (2000)
Teoria da Contabilidade Financeira	Ng (2006)
Teoria da Estruturação	Johanson et al. (2006)

Teoria do Sistema	Bontis et al. (2007)
Teoria Microeconómica	Bontis et al. (2007)
Teoria Baseada na Liquidez	Kristandl e Bontis (2007)
Teoria da Escolha Pública	Schneider e Samkin (2008)
Teoria dos Conjuntos	Choong (2008)
Teoria da Dependência dos Recursos	Abeysekera (2010)
Teoria do Capital Humano	Schaper (2016)
Teoria do Capital Social	Schaper (2016)
Teoria Ator-Network	Schaper (2016)
Teoria da Sociologia Neo-Institucional	Berardino e Corsi (2018)
Teoria Institucional	Duff (2018)
Teoria da Administração	Dumay et al. (2019)
Teoria dos Custos Proprietários	Onuoha et al. (2020)

Apêndice IV – Número de citações por artigo

Author/Autor	Cited by
Petty e Guthrie (2000)	702
Guthrie et al. (2004)	540
Guthrie e Petty (2000)	414
Bozzolan et al. (2003)	306
Guthrie et al. (2006)	237
Marr et al. (2004)	216
Williams (2001)	206
Dumay (2016)	193
Ordóñez de Pablos (2002)	160
Abdolmohammadi (2005)	153
Ordóñez de Pablos (2003)	136
Goh e Lim (2004)	134
April et al. (2003)	133
Choong (2008)	130
Abeysekera (2006)	103
Vandemaele et al. (2005)	100
Vergauwen e Alem (2005)	96
Dumay e Cai (2014)	92
Abeysekera (2010)	90
An et al. (2011)	90
Mouritsen et al. (2001)	88
Sánchez et al. (2009)	87
Seetharaman et al. (2002)	85
Yi e Davey (2010)	85
White et al. (2007)	83
Abeysekera (2007)	72
Melloni (2015)	71
Bezhani (2010)	69
Schneider e Samkin (2008)	66
Arvidsson (2011)	66
Ordóñez de Pablos (2005)	63
Dumay e Cai (2015)	63
Vafaei et al. (2011)	60
Cuozzo et al. (2017)	59
Dumay e Tull (2007)	58
Abeysekera (2008)	57
García-Meca (2005)	56
Kristandl e Bontis (2007)	53
Singh e Kansal (2011)	53

Dumay e Guthrie (2017)	51
Oliveira et al. (2010)	47
Burgman e Roos (2007)	46
Cinquini et al. (2012)	45
Rashid et al. (2012)	44
Chaminade e Johanson (2003)	43
Ng (2006)	42
Chiucchi (2013)	40
Singh e Zahn (2007)	39
Sonnier (2008)	37
Dumay et al. (2019)	36
Bart (2001)	35
Haji e Ghazali (2012)	35
White et al. (2010)	34
Low et al. (2015)	34
Silva et al. (2014)	33
Johanson et al. (2006)	32
Alwert et al. (2009)	32
Sangiorgi e Siboni (2017)	31
Nielsen et al. (2006)	30
Joshi et al. (2012)	30
Abhayawansa et al. (2014)	30
Abhayawansa e Abeysekera (2009)	29
Husin et al. (2012)	29
Guimón (2005)	28
Bontis et al. (2007)	28
Abeysekera (2011)	28
Davey et al. (2009)	26
Branswijck e Everaert (2012)	26
Garanina e Dumay (2017)	25
Ousama et al. (2011)	24
Wang et al. (2016)	24
Schaper et al. (2017)	23
Rossi et al. (2018)	23
Abhayawansa (2011)	22
Berardino e Corsi (2018)	22
Guthrie et al. (2009)	20
Bini et al. (2016)	20
Lardo et al. (2017)	19
Beretta et al. (2019)	19
Goebel (2015)	18
Habersam et al. (2018)	18

Schaper (2016)	17
Cabrera et al. (2017)	17
Castilla-Polo e Ruiz-Rodríguez (2017)	15
Sharma e Dharni (2017)	14
Demartini e Paoloni (2013)	13
Liao et al. (2013)	13
Farooq e Nielsen (2014)	13
Too e Yusoff (2015)	12
Graaf (2013)	11
Camodeca et al. (2019)	11
Bronzetti e Veltri (2013)	10
Terblanche e Villiers (2019)	10
Salvi et al. (2020)	9
Singh e Zahn (2009)	8
Duff (2018)	8
Goebel (2019)	7
Goebel (2015)	6
Ramírez e Tejada (2019)	5
Karagiannis et al. (2009)	4
Girella e Zambon (2013)	4
Riegler e Höllerschmid (2006)	3
Liu et al. (2014)	3
Yang (2018)	3
Parshakov e Shakina (2020)	3
Alves et al. (2020)	2
Onuoha et al. (2020)	0
Dameri e Ferrando (2020)	0
Rossi et al. (2021)	0

Apêndice V – Número de artigos publicados por autor

Autor	Número de artigos publicados
Abdolmohammadi	1
Ahmed	1
Alem	1
Almici	1
Alves	1
An	1
April	1
Arvidsson	1
Bayer	1
Berardino	1
Beretta	1
Bezhani	1
Bini	1
Bosma	1
Bozzolan	1
Branswijck	1
Bronzetti	1
Burgman	1
Cabrita	1
Camodeca	1
Cang	1
Carrion	1
Castrillo	1
Chakpitak	1
Chaminade	1
Chiucchi	1
Choong	1
Chouaibi	1
Cinquini	1
Clark	1
Corsi	1
Craig	1
Cuozzo	1
Dainelli	1
Dameri	1
Deglon	1
Dharni	1
Duenas	1
Duff	1

Edvardsson	1
Eggleton	1
Elena	1
Everaert	1
Fait	1
Farooq	1
Fatima	1
Favotto	1
Ferrando	1
Festa	1
Frey	1
Garanina	1
García-meca	1
Ghazali	1
Girella	1
Giunta	1
Goh	1
Gormsen	1
Graaf	1
Guimon	1
Gutierrez	1
Habersam	1
Haji	1
Henningsson	1
Hollerschmid	1
Hooper	1
Husin	1
Ibrahim	1
Johansen	1
Joshi	1
Kansal	1
Karagiannis	1
Koga	1
Kristandl	1
Lardo	1
Larsen	1
Li	1
Liao	1
Lim	1
Liu	1
Lombardi	1
Majdi	1

Marr	1
Melloni	1
Neely	1
Nemetz	1
Ng	1
Nicolo	1
Ofoegbu	1
Okafor	1
Olesen	1
Oliveira	1
Onodugo	1
Onuoha	1
Othman	1
Ousama	1
Palmaccio	1
Paoloni	1
Papa	1
Parshakov	1
Passetti	1
Petruzzella	1
Piber	1
Polcini	1
Polo	1
Raimo	1
Ramirez	1
Rashid	1
Riegler	1
Rodríguez	1
Roos	1
Rosenkrands	1
Roslender	1
Rubino	1
Russo	1
Sachez	1
Sagliaschi	1
Salvi	1
Sangiorgi	1
Saravanan	1
Schiuma	1
See	1
Seetharam	1
Shakina	1

Siboni	1
Sidhu	1
Smits	1
Sonnier	1
Sooria	1
Steane	1
Stratford	1
Taylor	1
Tejada	1
Tenucci	1
Terblanche	1
Too	1
Torre	1
Tower	1
Trequattrini	1
Trucco	1
Tull	1
Ubha	1
Vafao	1
Vandemaele	1
Veltri	1
Villier	1
Vitolla	1
Wang	1
Will	1
Williams	1
Yang	1
Yi	1
Yodmongkol	1
Yongvanich	1
Yuningsih	1
Yusoff	1
Zambon	1
Alwert	2
Bart	2
Bontis	2
Bornemann	2
Cai	2
Demartini	2
Farneti	2
Johanson	2
Lee	2

Low	2
Mouritsen	2
Rodrigues	2
Rossi	2
Samkin	2
Schaper	2
Schneider	2
Sharma	2
Silva	2
Skoog	2
Vergauwen	2
White	2
Zahn	2
Abhayawansa	3
Bukh	3
Goebel	3
Ordonez de Pablos	3
Ricceri	3
Singh	3
Nielsen	4
Petty	4
Davey	5
Abeysekera	6
Guthrie	6
Dumay	9

Apêndice VI – Palavras-chave utilizadas na amostra dos artigos

Palavra-chave	Número de ocorrências
intellectual capital	83
disclosure	42
intangible assets	15
content analysis	13
annual reports	12
integrated reporting	11
intellectual capital disclosure	11
australia	9
financial reporting	8
intellectual capital reporting	7
universities	7
information disclosure	6
malaysia	6
india	4
intellectual property	4
italy	4
knowledge management	4
voluntary disclosure	4
accounting	3
china	3
europa	3
financial analysis	3
germany	3
human capital	3
ic research	3
intangibles	3
narratives	3
performance	3
quality	3
resources	3
singapore	3
social media	3
spain	3
sri lanka	3
united kingdom	3
agency theory	2
annual report	2
benchmarking	2
biotechnology	2

capitalization	2
case studies	2
corporate governance	2
data analysis	2
denmark	2
disclosure quality	2
earnings	2
fashion industry	2
information	2
information asymmetry	2
information technology	2
initial public offering	2
involuntary disclosure	2
japan	2
knowledge	2
management	2
management report	2
measurement	2
new zealand	2
non-profit organizations	2
political economy	2
regulation	2
relational capital	2
stakeholder analysis	2
stakeholders	2
structural capital	2
structured literature review	2
the netherlands	2
value relevance	2
accounting industry	1
accounting standards	1
action research	1
aggressive pro forma earnings	1
analyst following	1
analyst reports	1
asia	1
asset valuation	1
austria	1
balanced scorecard	1
banking industry	1
biotechnology sector	1
boards	1

brands	1
business model	1
canada	1
capital	1
citation data	1
companies act	1
company reports	1
competitiveness	1
conference call	1
consumer behaviour	1
content management	1
corporate disclosure	1
cost of capital	1
cost of equity capital	1
credit	1
critical analysis	1
critique	1
cross-cultural e-tourism	1
csr	1
customers	1
deposit money banks	1
developing countries	1
diffusion theory	1
disclosure channels	1
disclosure commitment	1
earnings announcement	1
economy	1
entrepreneurship	1
equilibrium	1
equity	1
equity capital	1
eu directive 2014/94/eu	1
explorative content analysis	1
external users	1
extra-financial reporting	1
financial performance	1
flowcharts	1
football clubs	1
fourth stage intellectual capital research eco-sys	1
framing	1
france	1
germany paper type	1

health care	1
health services sector	1
hidden value	1
higher education	1
higher education institutions	1
hong kong	1
ic measurement framework	1
ic/intangibles reporting	1
implementation failure	1
impression management	1
incremental value-relevance	1
information management	1
institutional theory	1
integration	1
intellectual assets	1
intellectual capital disclosure research and pract	1
intellectual capital disclosures	1
intellectual capital measurement and reporting sys	1
intellectual capital statement	1
intellectual capital statements	1
intellectual capital value	1
internationalisation	1
internet	1
internet reporting	1
interpretative structural model	1
interventionist research	1
ipo	1
ireland	1
kenya	1
knowledge balance sheet	1
knowledge intensive companies	1
ksf	1
legitimacy	1
local authorities	1
longitudinal	1
longitudinal study	1
management fashion	1
management fashion lifecycle	1
management information	1
mandatory	1
market reaction	1
mediator	1

methodology	1
middle east	1
mining	1
mispricing	1
multiple case study research	1
multiple regression analysis	1
narrative reporting	1
non-financial information	1
non-financial performance	1
non-financial reporting	1
nonprofit organisations	1
north america paper type	1
numbers	1
online disclosure	1
organizations	1
path model	1
perception	1
performativity	1
pharmaceutical sector	1
pharmaceuticals industry	1
portugal	1
preparers	1
pricing	1
public companies	1
public interest services	1
public policy	1
public sector organizations	1
public value	1
qualitative information	1
quality disclosure	1
quality evaluation	1
quantity	1
recommendations	1
reporting	1
reports	1
requirements	1
research	1
research and development	1
research design	1
research framework	1
research impact	1
research innovation	1

research methods	1
research organizations	1
retailers	1
risk analysis	1
sd-orientation	1
sell-side analysts	1
service orientation	1
share prices	1
small to medium-sized enterprises	1
social media metrics	1
social responsibility	1
south africa	1
standards	1
stewardship theory	1
stock exchanges	1
stock prices	1
strategic information disclosure	1
strategic report	1
survey	1
sustainability reports	1
sustainable development	1
sweden	1
text mining	1
theories	1
third mission	1
tone analysis	1
traditional product-based companies	1
underpricing	1
university	1
usefulness	1
value analysis	1
vision	1
visual images	1
voluntary	1
voluntary disclosures	1
voluntary reporting	1
websites	1
wireless	1